

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 79, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 625/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.878, de 07 de novembro de 2019, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Chapada FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 625

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Portarias que outorgam autorização, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 345, de 11 de dezembro 2013 - Fundação Francisca Elci Monteiro Pádua, no município de Arneiroz - CE;
2. Portaria nº 366, de 25 de abril 2014 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado de São João da Vitória do Município de Vitória da Conquista - ACRPSJVC, no município de Vitória da Conquista - BA;
3. Portaria nº 1.945, de 7 de junho 2017 - Associação Comunitária Ipanema de Radiodifusão, no município de Vitória da Conquista - BA;
4. Portaria nº 4.971, de 28 de setembro 2017 - Associação Beneficente e Cultural do Distrito de Roldão - ABCDR, no município de Morada Nova - CE;
5. Portaria nº 5.869, de 20 de dezembro 2017 - Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Tum FM, no município de Juazeiro - BA;
6. Portaria nº 6.604, de 20 de dezembro 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lagoa Santa, no município de Lagoa Santa - GO;
7. Portaria nº 7.560, de 3 de janeiro 2018 - Associação Beneficente e Cultural Semente da Paz, no município de Cascavel - CE;
8. Portaria nº 7.561, de 3 de janeiro 2018 - Associação de Difusão Comunitária NSP Socorro, no município de Macapá - AP;
9. Portaria nº 4.910, de 8 de novembro 2018 - Associação dos Produtores Rurais do Povoado Maracujá, no município de Aldeias Altas - MA;
10. Portaria nº 4.177, de 27 de agosto 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão e Educação a Voz da Serra, no município de Livramento de Nossa Senhora - BA;

11. Portaria nº 4.185, de 27 de agosto 2019 - Instituto de Comunicação e Cultura de Estrela do Norte, no município de Estrela do Norte - GO;

12. Portaria nº 4.194, de 21 de agosto 2019 - Associação de Difusão Comunitária Vida FM, no município de Juazeiro - BA;

13. Portaria nº 4.324, de 30 de agosto 2019 - Associação de Comunicação Comunitária e Cultural de Pumba e Adjacências, no município de Cruz das Almas - BA;

14. Portaria nº 4.405, de 3 de setembro 2019 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Guanambi, no município de Guanambi - BA;

15. Portaria nº 4.978, de 24 de setembro 2019 - Associação Cultural Comunitária Nova Voz para Trindade, no município de Trindade - GO;

16. Portaria nº 5.141, de 30 de setembro 2019 - Associação Comunitária, Cultural dos Sítios Bonita, Tamboril e São Félix, no município de Assaré - CE;

17. Portaria nº 5.878, de 7 de novembro 2019 - Associação Rádio Comunitária Chapada FM, no município de Teresina de Goiás - GO;

18. Portaria nº 406, de 10 de fevereiro 2020 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Sertão de Forquilha - Rádio Comunitária Sertão FM, no município de Forquilha - CE;

19. Portaria nº 7.226, de 10 de fevereiro 2020 - Associação Comunitária Terra, no município de Balsas - MA;

20. Portaria nº 2.343, de 21 de maio 2020 - Associação Rádio Comunitária Canarana FM, no município de Canarana - BA;

21. Portaria nº 1.773, de 7 de janeiro 2021 - Associação Comunitária do Distrito de Angico - ASDA, no município de Mairi - BA;

22. Portaria nº 1.784, de 21 de janeiro 2021 - Associação de Radiodifusão Comunitária Novidade FM, no município de Barreiras - BA;

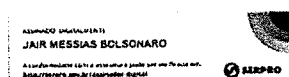
23. Portaria nº 1.785, de 21 de janeiro 2021 - Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdense, no município de Rio Verde - GO;

24. Portaria nº 1.790, de 21 de janeiro 2021 - Associação Comunitária dos Amantes de Radio de Urandi - ACARU, no município de Urandi - BA;

25. Portaria nº 2.102, de 2 de março 2021 - Associação de Apoio Aos Deficientes de Pacajus, no município de Pacajus - CE; e

26. Portaria nº 2.104, de 2 de março 2021 - Associação Rádio Comunitária Salobro FM, no município de Canarana - BA.

Brasília, 29 de novembro de 2022.



Brasília, 21 de Dezembro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044725/2018-68, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Chapada FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.496.664/0001-02, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00770/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o então Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5878, de 07 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11/11/2019.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 5878/2019/SEI-MCTIC de 05 de Novembro de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/11/2019, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4785676** e o código CRC **7C093BCD**.

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 64, de 27 de setembro de 2019, Seção 1, Página 16, Anexo IV, Autorização nº 02, processo nº 01506.003405/2019-90, publicada em 30/09/2019, onde se lê: "Arqueólogo de campo: Luiz Fernando Erig Lima", leia-se: "Arqueólogo de campo: David Lugli Turtera Pereira".

Na Portaria nº 70, de 01 de novembro de 2019, Seção 1, Página 13, Anexo V, Autorização nº 18, publicada em 04/11/2019, onde se lê: "01504.000204/2018-33", leia-se: "01504.000240/2018-33".

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.878-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.992, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Institui o Canal "IdearumMCTIC" e cria a Equipe de Avaliação de Projetos de Pesquisadores e Desenvolvedores - EAPPD, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir o canal "IdearumMCTIC" no sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com a finalidade de viabilizar a apresentação voluntária e gratuita de ideias, pesquisas, projetos e protótipos, na área de ciência, tecnologia, inovação e comunicações, por pesquisadores e desenvolvedores interessados em contribuir com o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Art. 2º Para a submissão de qualquer proposta por meio do canal "IdearumMCTIC", deve o proponente:

I - apresentar a "Declaração de Ciência e Concordância", conforme modelo constante no Anexo, por meio da qual declara estar ciente e concorda com as disposições previstas nesta Portaria, bem como se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados juntamente com a proposta; e

II - submeter as ideias, pesquisas, projetos e protótipos, por meio do Formulário de Informações da Proposta, que se encontra disponível na página do MCTIC.

§ 1º O pesquisador ou desenvolvedor participante é responsável pela veracidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.

§ 2º A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime ou contravenção.

Art. 3º As propostas recebidas pelo canal "IdearumMCTIC" serão avaliadas e, se forem selecionadas, receberão orientações sobre acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo MCTIC em suas respectivas áreas temáticas.

§ 1º Não haverá nenhum tipo de contraprestação financeira, incentivo ou financiamento ao pesquisador ou desenvolvedor em razão do recebimento ou seleção de propostas.

§ 2º O cadastramento das propostas não interfere nos direitos de propriedade intelectual envolvidos nas ideias, pesquisas, projetos e protótipos apresentados, que permanecem resguardados conforme legislação vigente.

Art. 4º A avaliação e seleção das propostas serão realizadas pela Equipe de Avaliação de Projetos de Pesquisadores e Desenvolvedores - EAPPD, criada no âmbito do MCTIC, com as seguintes atribuições:

I - conhecer as ações previstas no Planejamento Estratégico do MCTIC e no Plano Plurianual, nos Planos de Ação das diversas Secretarias, bem como os projetos e programas desenvolvidos nas Unidades Vinculadas ao MCTIC, para discernir e orientar o melhor aproveitamento das ideias pesquisas, projetos e protótipos apresentados pelo canal "IdearumMCTIC", em prol do desenvolvimento da pesquisa e da inovação;

II - catalogar o material recebido pelo canal "IdearumMCTIC" em cadastro próprio e realizar as estatísticas necessárias para permitir consultas e avaliação dos resultados;

III - emitir parecer sobre os níveis de Technology Readiness Level - TRL e a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade das propostas, bem como a sua aderência aos interesses estratégicos do MCTIC;

IV - responder aos interessados que tiverem propostas selecionadas, fornecendo-lhes orientação, em função do nível real de TRL avaliado pela Equipe, e propondo-lhes ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação, como forma de motivação; e

V - avaliar e propor às Secretarias finalísticas as propostas de seus interesses apresentadas pelo portal, conforme o nível de TRL de cada proposta, ou enviar diretamente à determinada Secretaria, caso se trate de alguma atividade específica já em curso.

§ 1º A EAPPD poderá solicitar apoio de especialistas e consultores ad hoc, para melhor avaliar as propostas e sua aderência a atividades específicas do MCTIC.

§ 2º Outras atribuições atinentes à política de pesquisa e inovação do MCTIC poderão ser conferidas à EAPPD.

Art. 5º A EAPPD será composta por servidores do MCTIC, com capacidade de avaliar os níveis de TRL e a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade dos projetos informados, bem como a sua aderência aos interesses estratégicos do MCTIC, sendo:

I - um representante indicado diretamente pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a quem caberá a coordenação da equipe;

II - um representante da Secretaria de Tecnologias Aplicadas - SETAP;

III - um representante da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação -

SEMPI;

IV - um representante da Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas - SEFAE; e

V - um representante da Secretaria de Telecomunicações - SETEL.

§ 1º Cada membro efetivo terá um suplente, que participará dos trabalhos na ausência do titular.

§ 2º Os representantes, titular e suplente, das Secretarias finalísticas serão indicados pelos respectivos Secretários em conjunto com o Coordenador da EAPPD.

§ 3º Outros membros poderão ser convidados a compor a equipe, em caso de necessidade, a critério do Coordenador.

Art. 6º O Coordenador da EAPPD possui as seguintes atribuições:

I - convocar as reuniões conforme a necessidade;

II - participar da avaliação das propostas de projetos apresentados;

III - informar ao Ministro e aos Secretários específicos as propostas selecionadas;

IV - encaminhar ao Ministro, quando solicitado, os relatórios parciais e finais das propostas, acompanhados das avaliações realizadas pela EAPPD;

V - manter atualizado o cadastro do material recebido pelo canal "IdearumMCTIC" e dos pesquisadores e desenvolvedores que enviaram propostas;

VI - solicitar aos Secretários do MCTIC as indicações dos representantes das Secretarias finalísticas para comporem a EAPPD;

VII - fomentar a elaboração de outras normas específicas para o funcionamento da EAPPD, a partir da consecução dos trabalhos; e

VIII - cumprir e fazer cumprir esta Portaria.

Parágrafo único. Outras atribuições poderão ser conferidas ao Coordenador da EAPPD, quando necessário.

Art. 7º Para o desenvolvimento das atividades da EAPPD poderão ser criados subgrupos temáticos, de modo a operacionalizar as demandas específicas sobre assuntos de complexidade que excedam a capacidade de entendimento dos membros da Equipe.

Art. 8º A Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle do MCTIC funcionará como secretaria executiva da EAPPD, a fim de prestar o apoio administrativo necessário às suas atividades.

Art. 9º A EAPPD reunir-se-á ordinariamente, conforme a necessidade, e extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou por solicitação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º As reuniões da EAPPD serão realizadas com a participação da maioria simples de seus membros e as decisões serão adotadas por maioria simples, cabendo ao Coordenador apenas o voto de qualidade.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas por correspondência eletrônica oficial, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 3º Poderão ser realizadas reuniões da EAPPD em conjunto com outros colegiados do MCTIC para assessoramento em assuntos específicos.

Art. 10. Qualquer membro da EAPPD deverá declarar-se impedido de analisar as propostas em que:

I - participe da equipe do projeto como coordenador, orientador ou membro;

II - participe da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

Art. 11. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação desta Portaria serão decididos pelo Coordenador da EAPPD, em conjunto com os demais Secretários, CONJUR ou o Ministro do MCTIC, se necessário.

Art. 12. As normas de funcionamento do canal "IdearumMCTIC" e da EAPPD poderão ser revistas por proposta de 2/3 (dois terços) dos membros da EAPPD ou dos Secretários do MCTIC apresentada ao Coordenador da EAPPD, que levará ao conhecimento do Ministro.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

ANEXO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a/o [identificação do interessado] está ciente e concorda com as disposições previstas na Portaria MCTIC nº 5992/2019, que instituiu o canal "IdearumMCTIC", bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados juntamente com a proposta.

Local-UF, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome do Representante Legal)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.373, DE 24 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.035089/2017-01, de 14 de junho de 2017, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Quadrac Telecomunicações e Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.698.978/0001-18, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Cordão óptico conectorizado, com fibras embainhadas individualmente, com revestimento externo de material dielétrico.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 4.754, de 1 de novembro de 2016, publicada em 3 de novembro de 2016.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.035089/2017-01, de 14 de junho de 2017.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 643/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 1º de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900, Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos constantes das Portarias nºs 345, 2013; 366, de 2014; 1.945, 4.971, 5.869 e 6.604, de 2017; 7.560, 7.561 e 4.910, de 2018; 4.177, 4.185, 4.194, 4.324, 4.405, 4.978, 5.141, e 5.878, de 2019; 406, 7.226 e 2.343, de 2020; 1.773, 1.784, 1.785, 1.790, 2.102 e 2.104, de 2021.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 01/12/2022, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3778343** e o código CRC **1907EE15** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.006409/2009-42

SUPER nº 3778343

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 11571/2020/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.044725/2018-68.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

BRUNO LINS
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Cruz Luna Lins, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete**, em 21/12/2020, às 19:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6266880** e o código CRC **5F955876**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11571/2020/MCOM - Processo nº 01250.044725/2018-68 - Nº SEI: 6266880

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	01250.044725/2018-68
Interessado:	Associação Rádio Comunitária Chapada FM
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
CNPJ:	28.496.664/0001-02
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	GO
Localidade:	Teresina de Goiás
Tipo:	Autorização - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	417

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária**, em 26/11/2019, às 13:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4861807** e o código CRC **C49957C1**.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4861807

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM	
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM	
CNPJ: 28.496.664/0001-02	
Endereço de Sede: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.795-000
Município: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
Nome do representante legal:	ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO
Endereço eletrônico (e-mail)	abertcomsei@gmail.com

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.795-000
Município: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.795-000
Município: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 13 ° (N/S) 46 ' 41 "
	Longitude: 47 ° W 15 ' 59 "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº **01250.029201/2018-47**, publicado no Diário Oficial da União de **04/06/2018**, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.


X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;


XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e


XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO			
Cargo: PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 016543802070	
RG: 1994401	Órgão Emissor: SSP-PI	CPF: 724.375.021-49	
Endereço: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, ZONA RURAL			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GO	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			


Nome do dirigente: EGUIMAR JACOB VARGAS JUNIOR			
Cargo: VICE-PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 014751252097	
RG: 1904730	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 697.384.161-91	
Endereço: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, CENTRO			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GO	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

Nome do dirigente: WALLAS RODRIGUES FARIAS			
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO		Tit. Eleitor: 052569881082	
RG: 3007284	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 027.110.421-03	
Endereço: FAZENDA PROGRESSO, GO-118, ZONA RURAL			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GO	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

Nome do dirigente: DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA			
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES		Tit. Eleitor: 002436062003	
RG: 856648	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 169.818.981-87	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, CENTRO			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GO	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.

 <p align="center">MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	07/2018
	Vencimento	31/07/2018
Nome do Contribuinte / Recolhedor ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM	CNPJ ou CPF do Contribuinte	28.496.664/0001-02
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	240101 / 00001
Instruções As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	100,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
<p align="center">GRU SIMPLES</p> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN87D8AC74245987956BBA0EADFE0D5E21]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	100,00

89920000001-2 00000001010-3 95523151882-4 20421220107-2



31/07/2018 - BANCO DO BRASIL - 12:24:14
217214726 0446

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
 Código de Barras 89920000001-2 00000001010-3
 95523151882-4 20421220107-2
 Data do pagamento 31/07/2018
 Competência MM/AAAA 07/2018
 Data de Vencimento 31/07/2018
 CNPJ 28496664/0001-02
 Valor Principal 100,00
 Valor em Dinheiro 100,00
 Valor em Cheque 0,00
 Valor Total 100,00

NR.AUTENTICACAO 7.928.083.49A.1AE.E00

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.496.664/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PEDRO ALVARES CABRAL	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **20/09/2017** às **15:17:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

ATA AGE 01/2017. DE 14/08/2017.
DELIBERAÇÕES: Fundação, votação e aprovação
do Estatuto Social e eleição e posse da primeira
Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA
CHAPADA FM, de TERESINA DE GOIÁS-GO.**

Aos 14 dias do mês de agosto de 2017, às 14h00min, à AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000, reuniram-se os membros da comunidade, com o objetivo de FUNDAR A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, APROVAR O ESTATUTO SOCIAL E ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA DA ENTIDADE, por aclamação foram escolhidos IZABEL AMANCIO DE SOUZA RESENDE para presidir e ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO para secretariar esta AGE. Fazendo uso da palavra, a presidente explicou a todos que as associações existem para promover o desenvolvimento social, cultural e comunitário, buscando o exercício pleno da cidadania e que têm um papel de suma importância na história da formação e do desenvolvimento das comunidades organizadas. Disse, também, que a criação da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, é fundamental para o caráter de nossa comunidade. Sua função é buscar melhorias sociais, culturais e educacionais em toda sua amplitude, aí incluindo, os aspectos administrativos e também sociais, sendo que, com a entidade devidamente constituída, o próximo passo será lutar por uma rádio comunitária. Dessa forma, a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, será o colegiado que irá determinar como deve ser o trabalho da emissora e as contribuições que a rádio comunitária irá beneficiar a população, buscando benefícios e fechando parcerias com outras entidades e instituições de ensino, no intuito de fomentar a educação e cultura de nossa cidade. Todos os presentes concordaram com a importância da criação da associação e da Rádio Comunitária para o nosso município e que todos se dispunham a carrear esforços para o desenvolvimento da entidade e para viabilizar a criação da rádio comunitária, foi colocado em votação e foi **APROVADA POR UNANIMIDADE A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, que a partir desta data, fica devidamente **CONSTITUÍDA**. Em seguida a Presidente apresentou o estatuto social da entidade para apreciação, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, em seguida foi proposta a formação da primeira Diretoria por consenso, que colocada em votação foi aprovada por unanimidade, **ENTÃO A PRESIDENTE APRESENTOU OS NOMES COM SEUS RESPECTIVOS CARGOS PARA A DIRETORIA, QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: IZABEL AMANCIO DE SOUZA RESENDE, CPF: 445.014.981-53, RG: 417873 SSP-MS, DATA DE NASCIMENTO: 04/10/1963, NATURALIDADE: APARECIDA DO TABOADO-MS, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADA, PROFISSÃO: COMERCIÁRIA, ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000 ----- CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: WALLAS RODRIGUES FARIAS, CPF: 027.110.421-03, RG: 3007284 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 15/04/1989, NATURALIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIÁRIO, ENDEREÇO: FAZENDA PROGRESSO, GO-118, ZONA RURAL, S/Nº, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000 ----- CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE**

FM Hs-19
L-A-3
LIDADE:

EREÇÃO
SINA DE
DIVINO

perguntas - Goiás

TAREFARIATO Nº DE NOTAS
COMARCA DE BELA VISTA DE GOIÁS - ESTADO DE GOIÁS
VILMON MARTINS DO NASCIMENTO
TAREFARIO DE INQUANTO
Rua Antônio Riquie nº 484 - Centro - Fone: (02) 2651-1154 - CEP 75.290-001 - Bela Vista de Goiás - GO
R: 206 Livro: A-3 Av:
Protocolo: 480 Livro: A-3
Teresina de Goiás -GO 24.856.221/90-2017
César Antônio Pinto Alarido - Tabelião e Registrador

RS-GO
TABELIONATO 1º DE NOTAS
COMARCA DE NELA VISTA DE GOIAS - ESTADO DE GOIAS
VILMON MARTINS DO NASCIMENTO
TABELÃO REGISTRADO
Rua Antonio Rios 400 - Centro - Fone: (62) 263-1188 - CEP 75000-000 - Rua Nova de Goiás - GO
0118170308317034800023 - Verifique em
http://restrutura.jus.br/assessoria
Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de
IZABEL AMANCIO DE SOUZA REZENDE, Dn(a)
Emol.: R\$ 4,00 Fund. Est.: R\$ 56,70 Dup.: R\$ 3,00
Tereza de Goiás-GO, 24 de agosto de 2017.
César Antônio Pinto Atala, Tabelião e Registrador



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Durino G de Sousa	Durino G de Sousa
Antônio de Paula Loureiro Lima Filho	Antônio de Paula Loureiro Lima Filho
Wallas Rodrigues Farias	Wallas Rodrigues Farias
Abel Amâncio Souza Resende	Abel Amâncio Souza Resende

Teresina - Goiás



1º OFÍCIO DE NOTAS



TELEFONATO 1º DE NOTAS
SE VISTA DE GOIÁS - ESTADO DE GOIÁS
MARCA DE SE VISTA DO NASCIMENTO
WALLAS RODRIGUES FARIAS
011817030191317094050221 - Verifique em:
<http://extrajudicial.tjdft.jus.br/selo>
Reconheço por verdadeira a assinatura indicada de
IZABEL AMANCIO DE SOUZA RESENDE. Dou Fé
Emol: R\$ 4,00 Fund. Est.: R\$ 1,56/Tx. Jud.: R\$ 0,00
Teresina de Goiás-GO, 24 de agosto de 2017.
César Antônio Pinto Araújo - Tabelião e Registrador

24.856-22/0001-24
CARTÓRIO TERESINA
24.856-22/0001-24

WESLEY CAPITULINO FERNANDES
ADVOGADO
OAB/MA 16626

4 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRS Quadra 505 - Bloco C - Lote 1, 2 e 3 - CEP: 70.350-530 | Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojk.com.br
Tabelião: McArthur D. Andrade Camargo
CARTÓRIOJK
RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[EP4Kfex] -- DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA
Selo TJDF20170011383135MCHD
BSB, 18/08/2017 - 13:41:27
AMBC-Consultar selo: "www.tjdft.jus.br"
JOAO RIBEIRO DA SILVA
AA 998726

4 1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRS Quadra 505 - Bloco C - Lote 1, 2 e 3 - CEP: 70.350-530 | Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojk.com.br
Tabelião: McArthur D. Andrade Camargo
CARTÓRIOJK
RECONHEÇO e dou fe por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
[EP4L8D4] -- WALLAS RODRIGUES FARIAS
Selo TJDF20170011383203TF5H
BSB, 18/08/2017 - 13:45:15
AMBC-Consultar selo: "www.tjdft.jus.br"
JOAO RIBEIRO DA SILVA
AA 998728



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

ATA AGE 02/2018. DE 28/06/2018,
DELIBERAÇÕES: Alteração, votação e aprovação
do novo Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO**
COMUNITÁRIA CHAPADA FM de **TERESINA DE**
GOIÁS-GO.

Aos 28 dias do mês de junho de 2018, às 11h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação, à **AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000.** Fazendo uso da palavra o presidente senhor **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO** disse a todos que devido as alterações na Portaria 4334/2015, publicada pelo Ministério das Comunicações se faz necessário alterar o Estatuto Social da entidade com a finalidade de adequá-lo à nova legislação, o presidente apresentou para apreciação o Estatuto Social da entidade consolidado com as alterações, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM.** Sem nada mais a tratar o Presidente encerrou a presente reunião e, eu, **WALLAS RODRIGUES FARIAS**, Diretor Administrativo, lavrei esta ATA, que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo Presidente e na lista de presença por todos os presentes, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com

RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0464706]-ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO

Selo TJDF 20180080633088MFUR
BSB, 02/07/2018 - 15:02:53 - Consultar selo: www.tjdft.jus.br
GBOS-Tabellão: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLDO DE SOUZA ARAUJO

QUALQUER MANCHA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

PREMIO DE QUALIDADE TOTAL
CERTIFICADO

AAB816043

4º Ofício de Notas do DF
Brevemente Autorizado

28.515.972/0001-38

CARTÓRIO TERESINA

Distrito Jud. de Teresina de Goiás

Comarca de Cavalcante-GO

Praca Tiradentes, Nº 43, Sub-02-Centro

CEP: 73795-000

Teresina de Goiás-GO

Página 1 de 2

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS. CEP: 73.795-000

[illegible]

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRA Quadra 905 - Bloco C - Lote 1 2º Et - CEP 70.350-830 | Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartodojnk.com.br
Zébelên -ão Arthur de Andrade Camargo

CARTÓRIOJNK

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[CNScoub80] - WALLAS RODRIGUES FARIAS
[CNScSDGO] - DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA
.....
Selo TJDFDT20180011027112NSSX e TJDFDT20180011027113GVBE
BSB, 02/07/2018 - 15:32:19
LFDS-Consultar selo: ""www.tjdft.jus.br""

SANDRO CUSTODIO DE OLIVEIRA

AA 2588809



4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
 FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
 4oficiodenotas@gmail.com

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
 CERTIFICADO 1990

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
 [0466598] - **ESQUIVAR JACOB VARGAS JUNIOR**
 [0464706] - **ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO**

 Selo TJDF20180090633114JTEZ e TJDF20180090633115NDLT
 BSB, 02/07/2018 - 15:05:16 - Consultar selo: www.tjdf.jus.br
 GBDS-Tabellão: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

UNICOMER EMENHA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

4º Ofício
 Alisson Jacopo de Moura
 4º Ofício de Notas - DF
 Escrivão Autorizado

AAB816046

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Página 2 de 2

01701708141240130890009

Protocolo: 494 Fls. 1 a 15 R. 217 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás -GO. 25 de julho de 2018

Rafael Martins de Castro Nascimento Tabelião e Oficial Registrador

Em 25 de julho de 2018



Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

28.515.972/0001-38

CARTÓRIO TERESINA

Distrito Jud. de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante-GO
Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro
CEP: 73795-000
Teresina de Goiás-GO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

ESTATUTO SOCIAL



CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 01º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, de **TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS**, com sede, na **AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM utilizará como denominação fantasia **RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 02º- A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como:

I. beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade alem de desenvolver o turismo local e suas potencialidades;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social promovendo feiras agropecuárias para amostra de produtos cultivados no município;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- f) Fomentar pela democracia, independencia e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo religioso, convicção política e filosófica;
- g) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva, lutar pela melhoria da saúde e assistência social;
- h) Lutar por melhorias na educação, cultura e desporto, pela economia e trabalho, pela habitação e meio ambiente, apoio a juventude, velhice e migração;
- i) Manter a comunidade em torno da solução de seus problemas.
- j) Promover eventos sociais, de lazer e culturais como feiras, exposições, feiras e cursos agropecuários, mostras culturais, oficinas, cursos profissionalizantes.
- k) Atuar junto aos órgãos competente para buscar moradias através do projeto minha casa minha vida.


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



Página 1 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



- l) Apoiar, colaborar e ajudar o poder público, sempre que for necessário para a organização de eventos culturais e sociais em benefício à comunidade.
- m) Celebrar convenios com o poder público municipal, estadual, federal, autarquias de qualquer natureza e instituições de ensino público e privado, para execução de ações educativas, culturais e serviços que gere emprego, que promova geração de renda e desenvolvimento social em benefício a comunidade local, **nos termos do art. 2º, §1º e §2º.**
- n) Desenvolver projetos sociais de erradicação da fome, com arrecadação de alimentos, distribuição de cestas básicas e desenvolvimento de hortas e lavouras comunitárias.
- o) Construção de moradias com recurso próprio ou por meio de parcerias e/ou convênios com o poder público ou iniciativa privada.

II. respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o vínculo, a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

§2º É vedada a subordinação o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§3º Será obrigatória à pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§4º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



Página 2 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

Art. 03º - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos nela sediadas.

PARAGRAFO ÚNICO - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 04º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

SEÇÃO II DA CATEGORIA DE ASSOCIADOS

Art. 05º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- II. **Contribuintes ou Efetivos** – formada por pessoas que se filiaram e que participam efetivamente das reuniões, AG e que contribuem financeiramente com sua mensalidade.
- III. **Honorários** – Formados por aqueles que mereçam o reconhecimento por algum gesto honroso a esta entidade, que os fazem por aclamação serem merecedores deste título vitalício.

Art. 06º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.


CAPITULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 07º – São deveres de todos os associados:

- a) Respeitar e cumprir as decisões das Assembleias e dos órgãos dirigentes da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;
- c) Cooperar com todas as iniciativas e atividades da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM;
- d) Conhecer o Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM;
- e) Participar das reuniões para as quais forem convocados;
- f) Desempenhar, responsavelmente, as atribuições que lhe forem confiadas;
- g) Zelar pelo nome da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM.

SEÇÃO II


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8458-B



Página 3 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 08º - São direitos de todos os associados:

- I. fica assegurado a todos os associados, pessoa física, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como ter direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativas existentes;
- II. fica assegurado, o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instancias deliberativa existentes.
- III. ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação por escrito à Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoais, exceto se aprovado em reunião da Diretoria;
- IV. recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria ou do Conselho Comunitário;

Art. 09º - Os associados perdem seus direitos:


- a) Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- b) Se deixarem de participar das atividades da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, pelo período de 01 (um) ano;
- c) Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- d) Se praticarem atos nocivos ao interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- e) Se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** ou de seus membros;
- f) Se praticarem atos ou valerem-se do nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

CAPITULO V DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

Art. 10º - O associado deixa de ser membro da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** se praticar, com justa causa, os seguintes atos:

- a) violação do estatuto social;
- b) difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- c) atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- d) desvio dos bons costumes;
- e) conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- f) por falta de pagamento de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B

Página 4 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

Art. 11º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão de 30 (trinta) dias até 01 (um) ano;
- III. eliminação do quadro social.

§1º - Havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, deverá ser assegurado ao associado o direito da ampla defesa, devendo ser devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§2º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria, por maioria simples de votos dos diretores presentes;

§3º - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria, ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral;

§4º - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

§5º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

CAPITULO VI DOS ORGÃOS E SEU FUNCIONAMENTO

Art. 12º - São órgãos da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM:


- I. assembléia Geral;
- II. diretoria;
- III. conselho Comunitário.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13º - A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberações da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, será composta por seus associados em dia com seus deveres perante a entidade.

§1º - As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, com antecedência mínima de 03 (três) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

§2º - A AG deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar.


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB/TO 8499-B



Página 5 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

§3º - A AG convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com 10 (dez) dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais e filiados a pelo menos seis meses.

Art. 14º - A Assembléia Geral Ordinariamente ocorrerá:

- I. a cada ano, no dia 30 do mês de Janeiro para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais;
- II. a cada 04 (quatro) anos para eleição da Diretoria;
- III. a cada 04 (quatro) anos para eleição do Conselho Comunitário.

Art. 15º - A Assembléia Geral Extraordinariamente, poderá ser convocada para:

- I. destituição dos dirigentes;
- II. alteração estatutária;
- III. para decisões administrativas;
- IV. alienação de bens imóveis ou móveis;
- V. para admissão e exclusão de associados.

Art. 16º - Quando a assembleia geral for convocada pelos associados, deverá o Presidente convocá-la no prazo de no mínimo 03 (três) dias, contados da data entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação;

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 17º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor de Operações, **eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.**

§1º - Os membros da Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM poderão ser substituídos para finalização do mandato, mediante decisão em AGE, especialmente convocada para esta finalidade.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 18º - São atribuições da Diretoria:

- I. administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- II. convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. representar a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM em atos públicos ou internos;


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



Página 6 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

- IV. realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- V. apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- VII. desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- VIII. criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- IX. alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA DIRIGENTE

Art. 19º - São atribuições do **PRESIDENTE**:

- I. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente;
- II. coordenar e presidir as reuniões da diretoria;
- III. assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação;
- IV. movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis;
- V. votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral;
- VI. praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos;
- VII. participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário.

Art. 20º - São atribuições do **VICE-PRESIDENTE**:

- I. participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- III. substituir o Diretor Administrativo, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto;

Art. 21º - São atribuições do **DIRETOR ADMINISTRATIVO**:

- I. gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade;
- II. dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação;
- III. assinar conta conjunta com os demais responsáveis;
- IV. assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- V. secretariar as reuniões da diretoria;
- VI. lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria;
- VII. dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria;
- VIII. organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

Art. 22º - São atribuições do **DIRETOR DE OPERAÇÕES**:

- I. implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural;


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



Página 7 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

- III. supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- IV. promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

SEÇÃO IV DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 23º - O CONSELHO COMUNITÁRIO é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

§1º Em até 30 dias após o início de funcionamento da emissora de rádio, a entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, com regimento próprio, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas, com mandato de 04 anos, sendo admitida a recondução.

§2º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§3º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§4º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.


Art. 24º - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- I. fiscalizar a programação da emissora;
- II. solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III. fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- IV. realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V. receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI. submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 25º - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

CAPÍTULO VII DAS ELEIÇÕES

Art. 26º - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Diretoria, acompanhada de nominata


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 5499-B



Página 8 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

completa e pelo devido expresse consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - Com exatidão da primeira diretoria, somente poderão concorrer a algum cargo da Diretoria, membros com no mínimo 01 (um) ano de associado na entidade e que estejam em dia com suas obrigações estatutárias, devendo para isso, solicitar junto a Diretoria, certidão de nada consta para comprovação de sua real situação perante a entidade.

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da AG.

CAPITULO VIII DA PROGRAMAÇÃO

Art. 27º - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPITULO IX DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 28º - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Art. 29º - A receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

§1º - Toda receita deverá ser utilizada única e exclusivamente, para a consecução das finalidades institucionais expressa neste estatuto,


Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



Página 9 de 10

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

§2º - Após parecer da Diretoria, os balancetes e prestações de contas das despesas deverão ser levados para aprovação da AG.

CAPITULO X DA REFORMA DO ESTATUTO E A DISSOLUÇÃO

Art. 30º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este estatuto não é reformável no tocante à administração.

Art. 31º - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado à entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, observadas as disposições contidas nos Artigos. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32º - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a AG, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 33º - O presente estatuto foi aprovado na **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 02/2018 DE 28 DE JUNHO DE 2018** e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, 28 de junho de 2018

Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente



Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

Página 10 de 10

Protocolo: 494 Fis: 1 a 15 R: 217 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás -GO. 25 de julho de 2018



Rafael Martins de Castro Nascimento - Tabelião e Oficial Registrador

Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

28.515.972/0001-

CARTÓRIO TERESINA

Distrito Jud. de Teresina de Goiás

Comarca de Cavalcante-GO

Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-C

CEP: 73795-000

Teresina de Goiás-GO

Protocolo: 497 Fis: 1 a 10 R: 220 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás -GO. 01 de agosto de 2018



Rafael Martins de Castro Nascimento - Tabelião e Oficial Registrador

Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

28.515.972/0001-38

CARTÓRIO TERESINA

Distrito Jud. de Teresina de Goiás

Comarca de Cavalcante-GO

Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro

CEP: 73795-000

Teresina de Goiás-GO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

ATA AGE 01/2018. DE 28/06/2018, DELIBERAÇÕES:
Renúncia da Presidente, eleição e posse da Diretoria da
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM,
de **TERESINA DE GOIÁS-GO.**

Aos 28 dias do mês de junho de 2018, às 10h00min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação à **AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000.** Fazendo uso da palavra a presidente senhora **IZABEL AMANCIO DE SOUZA RESENDE** cumprimentou a todos, dando início aos trabalhos. A presidente disse que para se adequar as alterações da Legislação, a mesma decidiu renunciar ao cargo de Presidente da entidade. Com a vacância do cargo, os presentes escolheram **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO** para presidir e **WALLAS RODRIGUES FARIAS** para Diretor Administrativo da reunião. O presidente então propôs a realização de novas eleições, proposta que colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida iniciou o processo eleitoral para escolha da mesa diretora da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, sendo decidida pelos presentes que a escolha da nova Diretoria seja feita por consenso, proposta aprovada por unanimidade. Em seguida foi formada para apreciação dos associados uma chapa única, **QUE COLOCADOS EM VOTAÇÃO, FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE**, ficando assim constituída: **CARGO: PRESIDENTE, NOME: ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE NASCIMENTO: 01/04/1982, NATURALIDADE: TERESINA-PI, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, S/Nº, ZONA RURAL, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000** ----- **CARGO: VICE-PRESIDENTE, NOME: EGUIMAR JACOB VARGAS JUNIOR, CPF: 697.384.161-91, RG: 1904730 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 04/09/1979, NATURALIDADE: NOVO BRASIL DE GOIÁS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000** ----- **CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO, NOME: WALLAS RODRIGUES FARIAS, CPF: 027.110.421-03, RG: 3007284 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 15/04/1989, NATURALIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIÁRIO, ENDEREÇO: FAZENDA PROGRESSO, GO-118, ZONA RURAL, S/Nº, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000** ----- **CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES, NOME: DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA, CPF: 169.818.981-37, RG: 856648 SSP-DF, DATA DE NASCIMENTO: 15/12/1958, NATURALIDADE: GOIÁS-GO, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIÁRIO, ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000.** Confirmado o resultado, os eleitos tomaram posse para suas funções e atribuições, **PARA UM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS, QUE SE INICIA HOJE, DIA 28/06/2018 À 28/06/2022**, eu, **WALLAS RODRIGUES FARIAS**, Diretor Administrativo desta AGE, lavrei esta ATA que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo presidente, e na lista de presença por todos os demais presentes. Sem mais nada a tratar a presidente encerrou a presente reunião, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 105/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0464706]-ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

Selo TJDF 20180090613153WXX0
BSB, 02/07/2018 - 15:07:09 - Consultar selo: www.tjdft.jus.br
GBDS-Tabellão: Evaldo Reitoria dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

Qualquer emenda ou rasura invalida o documento

Petição (3224481)

01250.044725/2018-68 / pg. 24

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

Página 1 de 2

Wesley Capolino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

28.515.972/0001-38
CARTÓRIO TERESINA
Distrito Jud. de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante-GO
Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro
CEP: 73795-000
Teresina de Goiás-GO

Protocolo: 494 Fls. 1 a 15 R: 217 Livro A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás - GO, 25 de julho de 2018



Rafael Martins de Castro Nascimento - Tabelião e Oficial Registrador

Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

28.515.972/0001-38
CARTÓRIO TERESINA
Distrito Jud. de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante-GO
Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro
CEP: 73795-000
Teresina de Goiás-GO

Protocolo: 496 Fls. 1 a 2 R: 219 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás - GO, 01 de agosto de 2018



Rafael Martins de Castro Nascimento - Tabelião e Oficial Registrador

Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

LISTA DE PRESENÇA

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Antonio de Paula Loureiro Lima Filho	Antonio de Paula Loureiro Lima Filho
Wallas Rodrigues Farias	Wallas Rodrigues Farias
DIVINO GREGORIO DE SOUSA	Divino G de Sousa
Egummar Jacob Vargas Junior	Egummar Jacob Vargas Junior

28.515.972/0001-38

CARTÓRIO TERESINA

Distrito Jud. de Teresina de Goiás

Comarca de Cavalcante-GO

Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro

CEP: 73795-000

Teresina de Goiás-GO

Protocolo 496 Fls. 1 a 2 R. 219 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás-GO, 01 de agosto de 2018.

Rafael Martins de Castro Nascimento - Tabelião e Oficial Registrador

Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
CRS Quadra 505 - Bloco C - Lotes 1, 2 e 3 - CEP: 70.500-300 - Brasília - DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojk.com.br
Tabelião: Mc Arthur D'Araújo Camargo

CARTÓRIOJK

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[CMScubS3]-WALLAS RODRIGUES FARIAS
[CMScSDG3]-DIVINO GREGORIO DE SOUSA

Selo TJDF 20180011027129UKIT e TJDF 20180011027129EZXW
BSB, 02/07/2018 - 15:36:00
LFDS-Consultar selo: "www.tjdft.jus.br"

SANDRO CUSTODIO DE OLIVEIRA

AA 2588812

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
Oficiodnotenotas@gmail.com

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0466598]-EGUMMAR JACOB VARGAS JUNIOR
[0464706]-ANTONIO DE PAULA LOUREIRO LIMA FILHO

Selo TJDF 20180090633169ZEZE e TJDF 20180090633170AYEA
BSB, 02/07/2018 - 15:08:12 - Consultar selo: www.tjdft.jus.br
GBDS-Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

QUALQUER EMENDA OU MANEIRA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

Alison Jacinto
4º Ofício de Notas do DF
Escritório Autorizado

AA 16067



Protocolo 494 Fls. 1 a 15 R. 217 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás-GO, 25 de julho de 2018.

Rafael Martins de Castro Nascimento - Tabelião e Oficial Registrador

Rafael M. Castro Nascimento
Tabelião e Oficial Registrador

28.515.972/0001-38

CARTÓRIO

Distrito Jud. de Teresina de Goiás

Comarca de Cavalcante-GO

Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro

CEP: 73795-000

Teresina de Goiás-GO

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B

**COMPROVAÇÃO DE NACIONALIDADE E
MAIORIDADE DA DIRETORIA**

**DOCUMENTOS PESSOAIS DA
DIRETORIA**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ		REGISTRO GERAL	1.994.401
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA		DATA DE EXPIRAÇÃO 20-Mai-1998	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"		NOME ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA	
		FILHO Antonio de Pádua Loureiro Lima	
		Neuza Alves da Silva Lima	
		Teresina - PI	
		01-Abr-1982.	
		Nascto 50.201 liv.62 fls.36.	
		Exp. Teresina - PI 29-Abr-1982.	
<i>Antônio de Pádua Loureiro Lima</i> <small>SUBSCRITA DO TITULAR</small> <i>Filho</i>		<small>SIGNATURA DO DIRETOR</small>  <small>LEI Nº 7.116 DE 29-08-83</small>	
CARTEIRA DE IDENTIDADE			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
1245051675

VALOR

NOME
DIVINO GREGORIO DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / CNIL EMISSOR / UF
656648 SSP DF

CPF
169.818.981-87

DATA NASCIMENTO
15/12/1958

RELACÃO
VICENTE GREGORIO DA
SILVA
JULIA DE SOUSA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
00579976156

VALIDADE
13/02/2021

1ª HABILITAÇÃO
24/08/1987

OBSERVAÇÕES

Divino Gregorio de Sousa
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO
26/02/2016

Jaime Augusto de Castro Fells
Nº 41964155801
DF744822718

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1245051675

NOVO BRASIL-60
CARTÓRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
916614793

VALOR

NOME
ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO

DOC. IDENTIDADE / CNIL EMISSOR / UF
1994401 SSP PI

CPF
724.375.021-49

DATA NASCIMENTO
01/04/1982

RELACÃO
ANTONIO DE PADUA
LOUREIRO LIMA
NEUSA ALVES DA SILVA
LIMA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
01536935912

VALIDADE
07/03/2019

1ª HABILITAÇÃO
18/11/2000

OBSERVAÇÕES

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSÃO
20/03/2014

Márcio Augusto de Castro Fells
Nº 54202045498
DF736209158

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

PROIBIDO PLASTIFICAR
916614793

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1.904.730

25/02/2015

EGUIMAR JACOB VARGAS JÚNIOR

EGUIMAR JACOB VARGAS
CARMEI MIRANDA VARGAS

NOVO BRASIL / GO

04/09/1979

C.N.R.G.C. Nº. 1.887, FOLHA 292, LIVRO A-7, REGISTRO CIVIL (14/09/1979)
NOVO BRASIL - GO

697.384.161-91

48555255

Eduardo B. S. S.
Carimelo B. S. S.


PIB 03

LEI Nº 7.116 DE 29/09/03

CARTERA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DEPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO





[Signature]

REGISTRO GERAL 3.007.284 DATA DE EXPEDIÇÃO 13-08-2008

NOME **WALLAS RODRIGUES FARIAS**

FILIAÇÃO Deomir Rodrigues de Souza
Antônia Farias Moreira

NATURALIDADE Teresina de Goiás-GO DATA DE NASCIMENTO 15-04-1989

DOC. ORIGEM C.Nasc.Nº 142,Fls.37,Liv.A-1,
Teresina de Goiás-GO

Assinatura do titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DPY - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NH1

Assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

006876953

POLEGAR DIREITO

Assinatura do titular

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR WALLAS RODRIGUES FARIAS

DATA DE NASCIMENTO 15/04/1989 Nº INSCRIÇÃO 0523 6968 1082 ZONA 099 SEÇÃO 0047

MUNICÍPIO / UF TERESINA DE GOIÁS/GO DATA DE EMISSÃO 05/08/2017

JUIZ ELEITORAL

Atestado do Det. Kleber Dias Bispo do TRE-GO

Amaz

Cartão de uso pessoal e obrigatório

Dados de identificação pessoal e de identificação

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição 027.110.421-03

Nome WALLAS RODRIGUES FARIAS

Nascimento 15/04/1989

MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1245051675

Nome: DIVINO GREGORIO DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 856648 SSP DF

CPF: 169.818.981-87 DATA NASCIMENTO: 15/12/1958

FILIAÇÃO: VICENTE GREGORIO DA SILVA
JULIA DE SOUSA

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: AD

Nº REGISTRO: 00579976156 VALIDADE: 13/02/2021 1ª HABILITAÇÃO: 24/08/1987

OBSERVAÇÕES:

Divino G de Sousa
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF DATA EMISSÃO: 26/02/2016

Jayme Gregório de Sousa
Chefe de Departamento

41964155801
DF744822718

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1245051675

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
916614793

Nome: ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 1994401 SSP PI

CPF: 724.375.021-49 DATA NASCIMENTO: 01/04/1982

FILIAÇÃO: ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA
NEUEA ALVES DA SILVA LIMA

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: AD

Nº REGISTRO: 01536935912 VALIDADE: 07/03/2019 1ª HABILITAÇÃO: 18/11/2000

OBSERVAÇÕES:

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF DATA EMISSÃO: 20/03/2014

Márcio Augusto de Castro Faria
Chefe de Departamento

54202045498
DF736209158

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

PROIBIDO PLASTIFICAR
916614793



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTrito FEDERAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nº 648

NOME: DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA

Vicente Gregório da Silva

Júlia de Sousa

Celso-00

15-dezembro-1953

02-maio-1983

Antônio de Santa Silva

DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SECRETARIA DE ECONOMIA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO-FISCAL

1 F. 001

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE CONTRIBUÍVEL

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE REGISTRO NA

CADEIA DE FISCALIZAÇÃO

10/5/83

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM (a) PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, com sede na AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000, inscrita no CNPJ: 28.496.664/0001-02, através de seu presidente Sr. ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE NASCIMENTO: 01/04/1982, NATURALIDADE: TERESINA-PI, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, S/Nº, ZONA RURAL, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA, Presidente Nacional da ABERTCOM - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Comunitária, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP - TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Nº. 01, Setor Parque Mirante, Arraias, estado de Tocantins, CEP: 77.330-000, fone: (63) 98454-6336. A QUEM CONFERE PODERES PARA: representar a entidade junto ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ANATEL e CARTÓRIOS, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à outorgante, podendo para tanto o dito procurador PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHE EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE - DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE E O QUE FOR NECESÁRIO PARA CUMPRIMENTO DESSA PROCURAÇÃO, podendo para isso, requerer e assinar documentos que for preciso e praticar quaisquer outros atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Teresina de Goiás-GO, 02 de julho de 2018.

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPN QD 504, ED. MARIANA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF

FONE: (61) 3326-5234/3033-2500/3702-7474

406@denotaf.com

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0454706]-ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

.....

.....

.....

Selo TJDF 20180090633150XVXF

BBB, 02/07/2018 - 15:07:18 - Consultar selo: www.tjdft.jus.br

GBDS-Tabellão: Evaldo Feltosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EMISSÃO 08/12/2014

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smartina

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

Ofício Nº. 01/2018

Teresina de Goiás-GO, 02 de agosto de 2018.

A Senhora.

INALDA CELINA MADIO.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério de Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações - Esplanada dos Ministérios
BRASÍLIA-DF

ASSUNTO: MANIFESTAÇÕES DE APOIO, ANEXO

CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO

PROCESSO: Nº. 01250.044725/2018-68

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, faço uso deste expediente para apresentar, como forma de anexo ao processo de atendimento ao Edital 112/2018/SEI-MCTIC, os seguintes documentos

- MANIFESTAÇÕES DE APOIO DE PESSOA JURIDICA

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM
PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA
Procurador

MANIFESTAÇÕES DE APOIO PJ

ANEXO: 01

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

7

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: FAMPA MUNICIPAL DE TERESINHA DE GOIÁS	
CNPJ: 07.237.123/0001-54	
ENDEREÇO: RUA TIAM DENTES	
BAIRRO: CENTRO	Nº: 43
CIDADE: TERESINHA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: VALDENI PEREIRA DOPES	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 26 de AGO de 2017



ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.257.125/0001-64 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 18/06/1996	
NOME EMPRESARIAL CAMARA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CAMARA MUNICIPAL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-5-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 105-5 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal			
LOGRADOURO PC TIRADENTES		NÚMERO 43	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TEL/FONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIAS			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/01/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 23/08/2017 às 08:15:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

**ATA DE SESSÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE TERESINA DE GOIÁS PARA O PERÍODO DE 2017 A 2018.**

As onze horas do primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Ginásio de Esportes, situado na Avenida Pedro Álvares Cabral s/nº, nesta Cidade de Teresina de Goiás, reuniram-se os senhores Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, eleitos em 02 de outubro de 2016, os quais assinaram o livro de presença, agentes políticos do Município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, sob a Presidência do Vereador o Senhor **ROMILSON HENRIQUE JACUNDÁ**, vereador mais votado, de acordo com a Lei Orgânica do Município, dentre os presentes, o qual designou para secretariar os trabalhos a Senhora Maria Cirlene de Moraes, estando presente para tomar posse os Vereadores, **VALDEMI PEREIRA LOPES**, **HUDSON FERNANDES DA SILVA**, **JURANDY FERREIRA DA SILVA**, **VALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS**, **MARTINHO SOARES DA SILVA**, **RAMON DE SOUZA DINIZ**, **WILLIAM CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS** e **GERSON JUSTINO SOARES**, o Prefeito eleito o Senhor **JOSAQUIM MIRANDA**, e o Vice-Prefeito eleito o Senhor **LEANDRO FERREIRA DA SILVA**. Para a finalidade de eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Teresina de Goiás, para o período de 2017/2018. O Presidente declarou aberta a sessão, esclarecendo que o momento era oportuno para a apresentação de chapas. Suspensa a sessão por 5 (cinco) minutos para apresentação de chapas e em seguida reaberta, foi constatada a apresentação de apenas 02 (duas) chapas composta pelos seguintes membros: Chapa 01 **ROMILSON HENRIQUE JACUNDÁ** - Presidente; **HUDSON FERNANDES DA SILVA** - Vice-Presidente; **GERSON JUSTINO SOARES** - 1º Secretário e Chapa 02 composta por **VALDEMI PEREIRA LOPES** - Presidente; **MARTINHO SOARES DA SILVA** - Vice-Presidente; **WILLIAM CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS** - 1º Secretário e **RAMON DE SOUZA DINIZ** - 2º Secretário. Por decisão unânime dos Vereadores integrantes da Câmara Municipal, ficou estabelecido que a votação para escolha da mesa diretora seria feita em votação aberta. Em seguida o Senhor Presidente iniciou a chamada nominal dos vereadores para declararem seus votos. Diante do resultado da votação e tendo sido considerada eleita a chapa 02 com seis (06) votos, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Teresina de Goiás, para o período de 2017/2018 ficou composta e empossada da seguinte forma: **VALDEMI PEREIRA LOPES** - Presidente; **MARTINHO SOARES DA SILVA** - Vice-Presidente; **WILLIAM CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS** - 1º Secretário e **RAMON DE SOUZA DINIZ** - 2º Secretário. Nada mais tendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão solene. Eu Maria Cirlene de Moraes, secretária, lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e os demais Vereadores presentes, além das autoridades e populares que quiserem assinar.

Assinaturas

[Handwritten signatures of the officials and council members]

Terresina - Goiás

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - TERESINA - GOIÁS
Protocolo: 462 - Fm 271 a 271 - R 136 - Livro A-2
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Terresina de Goiás - GO, 05 de janeiro de 2017
Pelo Tabelião Dr. Cesar Antonio Pinto Alencar
Emol: R\$ 41,00 Taxa: R\$ 12,64 Fundos: R\$ 5,55

28.515.972/0001-38
CARTÓRIO TERESINA
Distrito Jud. de Terresina de Goiás
Comarca de Terresina - GO
Praça Tiradentes, 731 - Centro
Terresina de Goiás - GO

COMARCA DE TERESINA - GO
TABELIÃO Nº 0001 - Centro - Fone: (61) 3581-1164 - CEP 75.240-000 - Terresina de Goiás - GO
01181704031739094900266 - Verifique em:
<http://portal.trf1.jus.br/portal>
AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins que a fotocópia confere com o documento que me foi apresentado. Do R. Emol: R\$ 3,00 Fund. Est: R\$ 1,17 Taxa Jud: R\$ 0,00
Terresina de Goiás-GO, 14 de setembro de 2017.
Cesar Antonio Pinto Alencar - Tabelião e Registrador

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL GIRASSOL	
CNPJ: 21.011.657/0001-24	
ENDEREÇO: RODOVIA GO-118 KM 227	
BAIRRO: ZONA RURAL	Nº: S/Nº
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: PATRICIA MENEZES SIQUEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 14 de SETEMBRO de 2017



ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.011.657/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/11/2009
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL GIRASSOL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 221	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 8407-2398	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/11/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **01/08/2018** às **15:29:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL GIRASSOL

Aos dois dias do mês de Janeiro de 2015 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) admissão de novos associados 2) eleição da nova diretoria e 3) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembléia a atual Presidente da entidade a Sra. **CALMORICIA FERREIRA MOTA** e para secretariar a Sra. **Patrícia Menegatti Siqueira**. A Senhora Presidente declarou aberta à assembléia e convidou a se associarem as pessoas abaixo qualificadas que aceitaram e foram aprovadas por unanimidade dos presentes na assembléia: Patricia Menegatti Siqueira, brasileira, casada, administradora Hospitalar, inscrita no CPF sob nº 140.781.268-80 e RG: 20.855.903-6 SSP/SP, Luis Fernando de Freitas Penteado, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 288.080.438-86 e RG: 30 038 577-08 SSP-SP, Daltro Garcia Pinatti, brasileiro, casado, pesquisador, inscrito no CPF sob nº 156.114.348-00 e RG 2.584.290-000 SSP-SP, Anderson Fanale Rinaldi, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 179.580.658-33 e RG: 28.068.028-4 SSP/SP, Abinel de Souza Rocha, brasileiro, separado extra judicialmente, Administrador, inscrito no CPF: 498.363.238-72 e RG: 7.386.609-x SSP/SP, Bruna Dona Pan Rinaldi, brasileira, casada, securitária, inscrita no CPF sob nº 259.972.598-46 e RG: 27.710.583-3 SSP/SP. Dando seqüência aos trabalhos colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente Patrícia Menegatti Siqueira**, 1º **Diretor LUIS FERNANDO DE FREITAS PENTEADO**, 2º **Diretor DALTRO GARCIA PINATTI**, **CONSELHO FISCAL: Anderson Fanale Rinaldi, Abinel de Souza Rocha, Bruna Dona Pan Rinaldi**. Todos os acima qualificados, são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembléia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Foi aprovado também que a nova diretoria eleita deve providenciar os tramites legais obrigatórios tais como alteração no CNPJ, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente declarou encerrada a assembléia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pela presidente eleita e secretária desta assembléia e pela presidente desta assembléia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com a presidente desta assembléia.

Teresina de Goiás (GO) 02 de Janeiro de 2015

Calmoricia Ferreira Mota
CALMORICIA FERREIRA MOTA
Presidente desta Assembléia
338.138.501.00

Patrícia Menegatti Siqueira
Patrícia Menegatti Siqueira
Presidente eleita e secretária desta assembléia

Oficial de Reg. Civil das Pes. Naturais e Tabelião de Notas
Rua Dr. Armando Pinto, nº420 - Centro - Caieiras - SP
Armando Luiz de Oliveira - Oficial e Tabelião
Reconheço por semelhança 01 firma sem Valor econômico infra
de PATRICIA MENEGATTI SIQUEIRA e dou fé.
Caieiras - SP, 02 de fevereiro de 2015
Em testemunho da verdade.
RODOLFO SORIA DE SOUZA - Tabelião
Valor 4,75 Cart. 0175 Guias 26
Unidade assenta com o Tabelião de Notas

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS E TABELIÕES
SÃO JOÃO D'ALIANÇA - COMARCA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Rua Teotônio Fernandes Graças, Quadra 3, Lote 7, Centro, São João D'Alença - GO. CEP 73700-000
Tel: (62) 3436-1819 e-mail: cartoriosaojoaoalencia@gmail.com

00/2141155247023001151 - Consulte pelo site: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>

Reconheço por semelhança a assinatura indicada
CALMORICIA FERREIRA MOTA Dou fé
Em Test. *Assinada* da Verdade
São João d'Alença, GO, 27 de janeiro de 2015.

Fabiana Maira Silva Costa
FABIANA MAIRA SILVA COSTA - Oficiala substituta

FIRMA
Protocolado as folhas 397 de livro 17-3
Receba as folhas 166 do livro 17-2
sob nº de ordem 153
Teresina de Goiás 12 de 02 de 2015
Enviado: 17.13
Custeio Soares da Silva
Tabelião e Oficial Representante

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

7

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <u>TEMPLO ARIZANO AMANHECER DE</u>	
<u>TERESINA DE GOIÁS - GO</u>	
CNPJ: <u>17.995.426/0007-25</u>	
ENDEREÇO: <u>RUA PEDRO ALVARES CABRAL Q. 34</u>	
BAIRRO: <u>SETOR CENTRAL</u>	Nº: <u>01</u>
CIDADE: <u>TERESINA DE GOIÁS</u>	UF: <u>GO</u>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>YONAS AMERICO DA SILVA</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 28 de AGOSTO de 2012.

Yonas Américo da Silva
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 17.995.426/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/03/2013
NOME EMPRESARIAL TEMPLO ARIZAN DO AMANHECER DE TERESINA DE GOIAS - GO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - Organização Religiosa			
LOGRADOURO R PEDRO ALVARES CABRAL	NUMERO SN	COMPLEMENTO QUADRA34 LOTE 1	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO SETOR CENTRAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (61) 3642-4254	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/03/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 14:25:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)[Preparar Página para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Ab. 70
Reg. 115
Nara Ney Cunha Costa
Oficial Registrante

ATA DA ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO DO

TEMPLO ARIZAN DO AMANHECER

DA CIDADE DE TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, na cidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, na Avenida Pedro Álvares Cabral, Quadra 34, Lote 1, do Setor Central, CEP 73795-000, reuniram-se, em Assembléia, sob a direção do Sr Jonas Américo da Silva, portador do RG 199.970-SSP/DF e CPF 112.496.761-34, tendo como Secretário "ad hoc" o Sr. Vitor Neto da Silva, portador do RG 5843237-SSP/GO e CPF 048.259.511-63. Para compor a Mesa foram convidados os demais membros da Diretoria ora eleita, quais sejam, Vice-Presidente Reismar Pereira Bispo, portador do RG 4243083-DGPC/GO e CPF 004.252.761-98; Diretora Tesoureira Ameniza Pereira Bispo, portadora do RG 1.839.779-SSP/DF e CPF 837.666.771-87; Diretora Social Valdina Alves da Silva, portadora do RG 683072-SSP/DF e CPF 092932131-68; Diretor de Patrimônio Amâncio Clemente Naline Neto, portador do RG 6346839-SSP/SP e CPF 041.700.298-01; Conselho fiscal - Membros efetivos: Nara Ney Cunha Costa, portadora do RG 2213105-DGPC/GO e CPF 380.552.101-44, Odecy Cupertino de Alvarenga, portador do RG 1589575-SSP/GO e CPF 435488061-04, e Marcelo Primo da Silva, portador do RG 5843744-SSP/GO e CPF 053.485.851-14; Conselho Fiscal - Membros Suplentes: Rafael Cardoso Paulino da Silva, portador do RG 2.230.528-SSP/DF e CPF 002.457.461-96; Cleiton de Araújo Pereira, portador do RG 073.352.066.838-MEX/CE e CPF 892.066.571-00; e Paulo Roberto Moreira Teixeira, portador do RG 4840220-DGPC/GO e CPF 458.983.590-87, quando foi declarado aberta a reunião. Em seguida foi dito pelo Diretor dos trabalhos que, na data de 07 (sete) de setembro de 2012 (dois mil e doze), o Sr. Jonas Américo da Silva foi designado Presidente do Templo Arizan do Amanhecer, localizado na cidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, pela Coordenação Geral dos Templos do Amanhecer, na pessoa de seu Coordenador, Trino Ajarã - Mestre Gilberto Zelaya. Explicou que referida entidade tem como finalidade principal a prática e desenvolvimento do mediunismo Cristão e assistência social, tudo sob a égide e princípios advindos de Nosso Senhor Jesus Cristo, conforme os preceitos, leis e ensinamentos doutrinários contidos nas leis e chaves ritualísticas emanados da Mentora-Clarividente NEIVA CHAVES ZELAYA. Dada a palavra aos presentes, estes se manifestaram unanimemente de acordo com os propósitos expostos, comungando, em todos os seus termos, com o objetivo final. Foi declarado, assim, fundado o TEMPLO ARIZAN DO AMANHECER, da cidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás. Em seguida,

Ameniza Jonas Zelaya
Paulo Roberto Moreira Teixeira
Cleiton de Araújo Pereira
Vitor Neto da Silva
Nara Ney Cunha Costa
Odecy Cupertino de Alvarenga
Marcelo Primo da Silva
Rafael Cardoso Paulino da Silva
Cleiton de Araújo Pereira
Paulo Roberto Moreira Teixeira

passou-se à elaboração e aprovação do Estatuto da Entidade, bem como e à ratificação da composição de sua Diretoria. E, para constar, eu, Vitor Neto da Silva, secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim, pelo Presidente e por todos os presentes.

Teresina de Goiás, 19 de fevereiro de 2013.

Jonas Américo da Silva
Presidente
Reismar Pereira Bispo
Vice-Presidente

Vitor Neto da Silva
Diretor Secretário
Armeniza Pereira Bispo
Diretora Tesoureira

Valdina Alves da Silva
Diretora Social
Amâncio Clemente Naline Neto
Diretor de Patrimônio

Nara Ney Cunha Costa
Membro efetivo do Conselho Fiscal
Odecy Cupertino de Alvarenga
Membro efetivo do Conselho Fiscal

Marcelo Primo da Silva
Membro efetivo do Conselho Fiscal
Rafael Cardoso Paulino da Silva
Membro suplente do Conselho Fiscal

Cleiton de Araújo Pereira
Membro suplente do Conselho Fiscal
Paulo Roberto Moreira Teixeira
Membro suplente do Conselho Fiscal

Ludimila Magalhães Dias de Oliveira
Advogada - OAB/GO n. 24142-A

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

Protocolado no livro 5-A página número 49
sob número de Ordem 318. Apresentado hoje
sobre Registro em 1º lugar e sem concorrência RE-
TRADA, por inscrição às folhas número 70 do livro A-2
(REGISTRO DIVERSOS) sob número de Ordem 115

Terezina de Goiás 11 de março de 2013

Para Nuy Quirte dos
titular

Selo: 01918 000 260.

Costas: R\$ 18,92

Taxa: R\$ 10,42



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: AMTEG-ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE TERESINA	
DE GOIÁS	
CNPJ: 13.869.612/0001-67	
ENDEREÇO: AV PEDRO ALVARES CABRAL	
BAIRRO: CENTRO	Nº: S/Nº
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANGELITA MIGUEL DE CARVALHO SILVA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 27 de AGOSTO de 2012.

Angelita Miguel de Carvalho Silva
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.869.612/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/04/2011
NOME EMPRESARIAL AMTEG - ASSOCIACAO DAS MULHERES DE TERESINA DE GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMTEG			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PEDRO ALVARES CABRAL	NUMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO consultam.valdir@gmail.com		TELEFONE (61) 9917-2422 / (61) 9917-2422	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/04/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/08/2017 às 10:35:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ANEXO 3
MODELO DE MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social: Associação das Mulheres de Teresina de Goiás	
CNPJ: 13.869.612/0001-67	
Endereço: Avenida Princesa Izabel, Quadra 12, Lote 08 – CEP: 73.795-000	
Bairro: Vila Pereira	Nº. SN
Cidade: Teresina de Goiás	UF: Goiás
Nome do representante legal: Maria da Glória Fernandes Rocha	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da Associação de Moradores de Teresina de Goiás, que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

TERESINA (GO) , _____ de _____ de _____
(local/UF)

Mª da Glória Fernandes Rocha
Assinatura

ATENÇÃO:

- Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante.

42
20/02/104
Mey Ca
Rocha

Ata da reunião da assembleia geral da Anteg. Associação das mulheres de Ceresina aos (11) onze dias do mes de fevereiro de 2012 as 16 horas na Escola Estadual Joaquim de Souza Sagundes, reuniram-se os membros da associação em assembleia geral, para tratarmos do afastamento da Presidente senhora Maria da Glória Fernandes Rocha, e da Secretária Executiva Senhora Zilda Rodrigues do Prado. E também foi feita nova chapa para votação dos novos ocupantes do cargo. Após a presidente dizer que o motivo da saída das duas é simplesmente pessoal, deu-se o inicio da votação dos novos membros, foi eleita para Presidente a vice presidente Angelita Miguel de Carvalho Silva, Secretária Executiva Edite R. dos Santos.

Depois de votados e apurados todos ficamos sabendo que a ong está parada por razões alheias a nossa vontade. Está tudo parado pelos governos Federal e Estadual. Foi feita a posse dos novos membros. Não havendo nada tratar deu-se por encerrada a reunião que vai por mim assinada e por todos os presentes.

Sagundes secretária Carmen Lúcia Vidal Sagundes
Edite Rodrigues dos Santos Helguita R. da Silva

Angelita Miguel de Carvalho Silva, Maria da Glória Fernandes Rocha
Zilda Rodrigues Prado da Silva, Mackely Pereira
Prado, Neusa Pereira de A. Guimaraes, Jussara F. de Brito
Euzenya de Oliveira Correia
Waldely Ferreira da Paixão, Edite Alves dos Santos
Mário Antonio (Selo) Maria Antônia Cardoso da Viana

SELO NO VERSO

Cartório Terezina

fl. 43

fl. 44

11

fl. 45

Heliane R. Fernandes. ~~Helisa R. Leronand~~
P. Silva, Alexandre Antonio Lardere Roniolo Batista
Lardere, Rogério Santana Costa, Prof.ª Rodrigues do Prado Costa,
Ioley Maria da Silva Dialina Fernandes de Carmo

Protocolado no livro 5-A página número 16
sob número de Ordem 303, Apresentado hoje
sobre Registro em 1º lugar e sem concorrência REGIS-
TRAÇÃO, por inscrição de folhas número 42 do Livro A-2
(REGISTRO DIVULGOS) sob número de Ordem 104

Selo 03918 000 175

Ex. fido RB	9,64
Emolumentos RB	18,92

Terezina de Colás 27 de março de 2012

[Assinatura]
Titular

ONG
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE TERESINA DE GOIÁS
(AMTEG)

ESTATUTO

Capítulo Primeiro

Da denominação da sede, duração e finalidade

Artigo 1º

A Associação das Mulheres de Teresina de Goiás, a seguir denominada AMTEG, é uma associação civil, direito privado, de caráter social, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicadas.

Artigo 2º

A AMTEG tem como objetivos principais: promoção da Assistência Social; promoção gratuita da educação; promoção gratuita da saúde; promoção de segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social do combate à pobreza; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem interesses comuns.

Artigo 3º

A AMTEG é isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações relativas à cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política – partidária ou filosófica, nacionalidade em suas atividades, dependências ou em seu quadro social.

Artigo 4º

A AMTEG não remunera os membros do Conselho Diretor e Fiscal, não distribuindo lucros ou dividendos a qualquer título ou sobre nenhum pretexto, sendo que os excedentes de receita, eventualmente apurados, serão obrigatória e integralmente aplicados no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Artigo 5º

A AMTEG poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações, depois de examinados e aprovados pela diretoria, bem como firmar convênios nacionais e internacionais com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou prejudiquem sua independência.

Artigo 6º

O material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pela AMTEG através de convênios, projetos ou similares, são bens permanentes da sociedade e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pela Assembléia Geral de Sócios.

Capítulo Segundo
Da Constituição Social

Artigo 7º

A Sociedade será formada de um número ilimitado de sócios, que se disponham a viver os fins da sociedade, não respondendo pelas obrigações sociais da AMTEG.

Artigo 8º

As categorias de sócios existentes, ou seja, o quadro social da entidade será composto por:

- a) Sócios fundadores: os que participaram da Assembléia Geral de Fundação da Associação e assinaram a Ata de Fundação, com direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias;
- b) Sócios efetivos: cidadãos dispostos a colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população; qualquer associado ou pessoa que não seja fundador da AMTEG, aprovados pela Assembléia Geral dos Sócios, possuem o direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias da sociedade;
- c) Sócios beneméritos: pessoas físicas ou jurídicas que, pela elaboração ou prestação de relevantes serviços às causas da organização, fizerem jus a este título, a critério da Diretoria e ratificados pela Assembléia Geral;
- d) Sócios colaboradores: pessoas físicas que, identificadas com os objetivos da entidade, solicitarem seu ingresso e pagarem as contribuições correspondentes, segundo critérios determinados pelo Conselho Diretor.

Artigo 9º

São direitos de todos os sócios fundadores e efetivos:

- a) Fazer à Diretoria da Associação, por escrito, sugestões e propostas de interesses sociais e/ou ecológicos;
- b) Solicitar ao presidente ou à Diretoria reconsideração de atos que julguem não estar de acordo com os estatutos;
- c) Tomar parte dos debates e resoluções da Assembléia;
- d) Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas da entidade;
- e) Ter acesso às atividades e dependências da AMTEG;
- f) Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação como sócio efetivo;
- g) Convocar Assembléia Geral, mediante requerimento assinado por 1/3 dos sócios efetivos.

33 104
Marta Ney Cunha Costa
Chefe de Registro

Artigo 10º

São deveres de todos os associados:

- Prestigiar e defender a Associação, lutando pelo seu engrandecimento;
- Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da AMTEG agindo com ética;
- Não faltar às Assembléias Gerais;
- Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a associação, inclusive mensalidades;
- Participar de todas as atividades sociais e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;
- Observar na sede da Associação ou onde a mesma se faça representar as normas de boa educação e disciplina.

Capítulo Terceiro Da organização Administrativa

Artigo 11º

São órgãos da administração da AMTEG:

- Assembléia Geral
- Conselho Diretor
- Secretaria Executiva
- Conselho Fiscal

Da Assembléia Geral dos Sócios

Artigo 12º

A Assembléia Geral é o órgão máximo da entidade, dela participando todos os sócios fundadores, e os sócios efetivos que estejam em pleno gozo de seus direitos, conforme previstos nos estatutos.

Artigo 13º

A Assembléia Geral de Sócios elegerá um Conselho Diretor e Fiscal, definindo suas funções, atribuições e responsabilidades através de Regimento Interno.

Artigo 14º

A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente, no final de cada ano para apreciar as contas da Diretoria, aprovação de novos sócios efetivos e a cada quatro anos para eleger os Conselhos Fiscal e Diretor; e extraordinariamente, a qualquer período, convocada pelo Conselho Diretor, Fiscal ou por 1/3 dos sócios em pleno gozo de seus direitos, por motivos relevantes.

Artigo 15º

São atividades competentes à Assembléia Geral:

- deliberar sobre o relatório de atividades, balanço e demais contas da sociedade, a serem apresentadas pelo Conselho Diretor;
- propor e aprovar a admissão de novos sócios efetivos;
- eleger o Conselho Diretor e Fiscal;
- autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes a AMTEG;
- determinar e atualizar as linhas de ação da sociedade;
- estabelecer o montante da anuidade dos sócios.

Do Conselho Diretor

Artigo 16º

O Conselho Diretor é um órgão colegiado, com o mínimo de três membros, subordinado à Assembléia Geral de sócios, responsável pela representação social da AMTEG, bem como possui a responsabilidade administrativa da sociedade, compostos de sócios efetivos, com mandato de quatro anos.

Artigo 17º

O Conselho Diretor nomeará uma Secretaria Executiva para responder pela gerência administrativa, legal e financeira da sociedade, em juízo ou fora dele.

Artigo 18º

São atividades competentes à Diretoria, como por exemplo:

- cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos e as resoluções da Assembléia;
- aprovar a criação ou extinção de programas e órgão gestores;
- elaborar o orçamento anual da receita e da despesa;
- definir seus cargos, funções, atribuições e responsabilidades mediante Regimento Interno próprio;
- nomear, contratar e destituir a qualquer tempo a Secretaria Executiva;
- elaborar programas de trabalho a serem desenvolvidos pelas diversas diretorias;
- emitir parecer sobre as operações de crédito, aquisição ou alteração de imóveis;
- representar a ONG – Associação das Mulheres de Teresina de Goiás – AMTEG, junto a Instituições Financeiras sendo dado o direito à Presidente e a Tesoureira de, em quaisquer instituições bancárias, assinar abertura de conta corrente, movimentando-a e encerrando-a; emitir, sacar, depositar, assinar, autorizar emissão, ordens de pagamentos; solicitar e requerer saldos, extratos, talões de cheques, cartões magnéticos, senhas, etc.

[Assinatura]

Da Secretaria Executiva

Artigo 19º

A Secretaria Executiva é o órgão de administração da entidade, composto por dois ou mais secretários, nomeados pelo Conselho Diretor e referendados pela Assembleia Geral. Os secretários podem ser, por exemplo:

- a) Secretário Executivo: representa a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo contratar e organizar o quadro administrativo, instituir programas, projetos, contratar serviços e terceiros, etc.;
- b) Secretário Administrativo: coordena as atividades da sede social, do quadro de sócios e responde pela gerência administrativa e financeira da sociedade.

Artigo 20º

São atividades competentes à Secretaria Executiva, como por exemplo:

- formular e implementar a política de comunicação e informação da sociedade, de acordo com as diretrizes emanadas da Assembleia Geral;
- coordenar as atividades de captação de recursos de entidade;
- elaborar pareceres técnicos, em conjunto ou isoladamente, sobre projetos e atividades da entidade e de terceiros;
- elaborar a política geral de cargos e salários para aprovação pelo Conselho Diretor;
- aceitar doações e subvenções, desde que as mesmas não comprometam a autonomia e independência da entidade;
- elaborar o Regimento Interno para aprovação do Conselho Diretor;
- coordenar a elaboração de projetos.

Do Conselho Fiscal

Artigo 21º

O Conselho Fiscal, composto de três membros efetivos e dois suplentes, será eleito simultaneamente ao Conselho Diretor, na mesma Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos.

Artigo 22º

Deverá conter as atividades competentes ao Conselho Fiscal, como por exemplo:

- auxiliar o Conselho Diretor na Administração da AMTEG;
- analisar e fiscalizar as ações do Conselho Diretor e a prestação de contas da Secretaria Executiva e demais atos administrativos e financeiros;
- convocar Assembleia Geral dos Sócios a qualquer tempo.

Capítulo Quarto Das Eleições

Artigo 23º

As eleições para a Diretoria ocorrerão a cada quatro anos, pela Assembleia Geral, podendo compor chapa todos os sócios efetivos, mas concorrendo apenas para uma única chapa.

Capítulo Quinto Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 24º

Os bens patrimoniais da AMTEG não poderão ser onerados, permutados ou alienados.

Teresina de Goiás, 03 de Dezembro de 2010.


MARIA DA GLÓRIA FERNANDES ROCHA
Presidente

SELO NO VERSO
Tório Teresina

374

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

fls. 35
Reg. 101

Nara Ney Cunha Costa
Oficial Responsável

ONG
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE TERESINA DE GOIÁS
(AMTEG)

Relação dos componentes da Diretoria:

Presidente: Maria da Glória Fernandes Rocha

CPF: 687.734.621-72

Vice Presidente: Angelita Miguel de Carvalho Silva

CPF: 560.813.161-49

1º Secretário: Carmem Lúcia Vidal Fagundes

CPF: 424.897.761-34

2º Secretário: Nair Pereira de Oliveira

CPF: 386.828.001-44

1º Tesoureiro: Miris Alves Pinto

CPF: 265.569.951-34

2º Tesoureiro: Francisca Santana Costa

CPF: 588.449.961-20

Secretário Executivo: Zilda Rodrigues Prado da Silva

CPF: 539.291.951-00

Secretário Administrativo: Waldecy Ferreira da Paixão

CPF: 576.838.321-20

Conselho Fiscal:

Sormany Fernandes Rocha

Rogerio Santana Costa

Sócios Fundadores:

Miris Alves Pinto

Raldimar de Aguiar Silveira

Angela Maria Rodrigues

Jandira de Souza Pinto

Rogerio Santana Costa

Francisca Santana Costa

Edna Rodrigues dos Santos

Ildey Faria da Silva

Waldecy Ferreira da Paixão

Ildet Alves dos Santos

Eunice Jose de Sousa

Odilma Rodrigues Costa

Rosenira Pereira Pinto

Maria da Glória Fernandes Rocha

Irani Rodrigues do Prado

Vanuza Emídio Pereira

Maria Domingues Vidal de Souza

Nair P. de Oliveira

Zilda Rodrigues Prado da Silva

Angelita Miguel de Carvalho Silva

Almecinda Pereira da Silva

Ademilde Pereira da Silva

Lurdes Edeltrudes da Silva

Janaina Pereira da Silva

Maria Antonio Cardoso

Diolina Fernandes de Carmo

Maria de Fátima P. da Silva

Hilda Ferreira da Silva

Protocolado no livro 2-A página número 089
sob número de Ordem 288, Apresentado hoje
para Registro em 1º lugar e sem concorrência RE. 018-
TMA-A, por interposição de folhas não era 325 do Livro A-2
(REGISTRO D. 77-9-08) sob número de Ordem 101
Teresina de Goiás 04 de julho de 2011
Nara Ney Cunha Costa
Título

Quotas R\$ 25.00
Tx Judic. R\$ 9.18
selo 01818000127 Padrão

Nara Ney Cunha Costa
Oficial Responsável

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

44 105
P. 15
Cartório Teresina

João da Rocha e Silva e Ademir
Leandro da Silva e Ademir
Raimundo da Silva e Ademir
José Filmar Jombaja DE Baita
Ademir da Rocha e Silva



Protocolado no livro 4-A página número 30
Número de Ordem 261
Registro em 19 lugar e sem concorrência R\$ 100,00
24, por inscrição às folhas 146 e 147 do Livro A
(GISTRO DIVERSOS) sob número de Ordem 090
Teresina de Goiás 26 de outubro de 2009

24.856.221/0001-24
TABELIONATOS, REGISTROS PÚBLICOS
E CONTRATOS MARÍTIMOS
Distrito Judiciário de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante - Estado de Goiás
Rua da Liberdade, 49 Lt. 03 - Casa 1
Teresina de Goiás - Goiás

Nanci Nery Costa
Titular

ATA DA REUNIÃO DA ESCOLHA DO MEMBRO
QUE TRÁ MOVIMENTAR AS CONTAS DO PARTIDO-PR
TERESINA DE GOIÁS.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DE
2012, ÀS OITO HORAS, NA CIDADE DE TERESINA DE
GOIÁS, REUNIAM-SE OS MEMBROS FILIADOS DO PARTIDO
DA REPÚBLICA-PR, PARA A ESCOLHA DOS RESPONSÁVEIS
PELA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DA CONTA DO PARTIDO -
CONTA Nº 11212-7 AGENCIA 3713-3 - CAVALANTE-GO-

APÓS AS DISCUSSÕES SOBRE OS INDICA DOS FICOU
DECIDIDO POR UNA NIMIDADE QUE OS RESPONSÁ-
VEIS PELAS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIA SEM O SR.
VALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS, CPF Nº 435.430.391-15,
E A SR. VERONILIA JESUS BERNADO, CPF Nº 311.222.801-49,
FILANDO COM TOTAL PODERES PARA ASSINAR DOCUMENTOS,
RETIRAR EXTRATOS, TALÕES DE CHEQUE, EM FIM PRATICAR
TODOS OS DENAIAS ATOS QUE FOREM EXIGIDOS E
INDISPENSÁVEIS AO PRESENTE MANDATO, QUE TUDO
DADA POR FIRMAR E VALIDO SO.

NADA MAIS HAVENDO A DECLARAR O

Nanci Nery Costa
Titular

145
105
Nara Ney Cunha Costa
Oficial Responsável

SEU PRESIDENTE DEU POR ENCERRAR A REUNIÃO,
DETERMINANDO QUE SE LAVASSE A PRESENTE ATA,
QUE FOI LIDA E APROVADA POR UNANIMIDADE,
E VAÍ ASSINADA POR MIM, SECRETÁRIO, E PELO
PRESIDENTE E DEMAIS PRESENTES.

Valdirino Francisco dos Santos

Walter Guilhermino de Brito

Enzo Francisco dos Santos

Venilton Jesus Bernardino

Paulo de S. Bastos

Heldete Francisco dos Santos

Protocolado no livro 5A página número 25
sob número de Ordem 305. Apresentado hoje
sobre Registro em 1º lugar e sem concorrência REGIS-
TRADA, por inscrição de folhas número 44 de Livro A-2
(REGISTRO DIVERSOS) sob número de Ordem 105.

Teresina de Goiás 27 de junho de 2012

Nara Ney Cunha Costa
Titular

Nara Ney Cunha Costa
Oficial Responsável

24.856.221/0001-24

TABELIONATOS, REGISTROS PÚBLICOS
E CONTRATOS MARÍTIMOS

Distrito Judiciário de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante - Estado de Goiás
Rua da Liberdade, Gd. 49 Lt. 03 - Centro
Teresina de Goiás - Goiás

Selo 01918000199

Taxa Jud. R\$ 9,64

Custas R\$ 18,92

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <u>IGREJA BATISTA DE TERESINA</u>	
CNPJ: <u>27.490.898/0001-80</u>	
ENDEREÇO: <u>RUA BARTOLOMEU BUENO DA SILVA R.10</u>	
BAIRRO: <u>ZENÃO</u>	Nº. <u>01</u>
CIDADE: <u>TERESINA DE GOIÁS</u>	UF: <u>GO</u>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>JILMA MARIA DOS SANTOS</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 21 de NOVEMBRO de 2012

Jilma Maria dos Santos
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.490.898/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/09/2016
NOME EMPRESARIAL IGREJA BATISTA DE TERESINA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IGREJA BATISTA DE TERESINA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - Organização Religiosa			
LOGRADOURO R BARTOLOMEU BUENO DA SILVA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO QUADRA10 LOTE 01	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO JOENES_BRITO@HOTMAIL.COM		TELEFONE (61) 9859-8757 / (62) 9953-8484	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/09/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 14:40:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Ata de Organização da Igreja Batista de Teresina de Goiás

Aos sete dias do mês de novembro do ano 2015 às 19h20min, reuniu-se no Templo situado na Rua Bartolomeu Bueno da Silva, Qd. 10 - Lote nº. 01, Centro, Cidade Teresina de Goiás, os membros do Ponto de Pregação que foi formado pelo pr. Bonifácio Garcia Filho, Soraya Aparecida dos Santos Mello, membro da 3ª. IBPP e a missionária Dilma Maria dos Santos. A missionária recém chegada da Espanha, e pastora da Igreja Betel Terrasa Barcelona. foi convidada pelo pr. Mateus Esteves, da Terceira Igreja do Plano Piloto, e, com autorização para a ministração dos cultos e apoio Financeiro da Diretoria de Missões da mesma durante o ano de 2001 até 2002, após esse período a missionária Dilma, desenvolveu todo trabalho eclesiástico de forma voluntaria na obra de Deus, custeando todos os gastos para si e para a obra, ou seja, sem ser ressarcida pelo trabalho e dedicação a todos membros atuantes até o ano de 2004, em 2005 esse fato mudou uma vez que os membros se reuniram e chegaram a conclusão de estarem em condições financeira de manter o salário da missionária, votaram e foi aceito por unanimidade, também mantem até o presente momento a sua renumeração financeira. A Terceira Igreja Batista do Plano Piloto, hoje é dirigida pelo pr. Gilberto Wegermann, como Terceira Igreja Batista de Brasília, que apoia em transformar a Congregação de Teresina em Igreja. Assunto: tornar a Congregação em Igreja. A missionária Dilma, convida a membro Edvânia Barbosa, para a leitura bíblica e a sra. Edvânia leu o Cap. 14:6, Livro do Evangelho de João, e em seguida passou a palavra à missionária Dilma, a mesma nos levou em oração diante de Deus e deu início a reunião com os abaixo indicados, membros da Congregação Batista de Teresina conforme lista de membros fundadores da nova igreja, decidiram por unanimidade organizarem-se em Igreja Batista, com a denominação de IGREJA BATISTA DE TERESINA, de acordo com os Princípios Bíblicos e Eclesiástico dos Batista, conforme preceituado na Declaração Doutrinaria da Convenção Batista Brasileira, bem como o Art. 1. da lei 10825/2003 que alterou a redação do Artigo 44§1º. do Código Civil. Ato contínuo, foi eleita a diretoria que ficou assim composta: **Presidente Dilma Maria dos Santos**, brasileira, viúva, Profissão, missionaria, RG: 02639307-4. RJ e CPF: 829559218-15, residente e domiciliada na Rua Bartolomeu Bueno da Silva, Qd. 10 -lote nº. 53, Centro, 1º. **Vice-Presidente José Mário Abadia dos Santos**, brasileiro, casado, Profissão Técnico em Enfermagem. RG: 3940115 DGPC/GO, CPF: 919.436.631-49, residente e domiciliado Rua Fernão Dias Paes Lemos Qd. 18- Lt 04. - 1º. **Secretaria: Edvânia Barbosa de Oliveira**, brasileira, casada, Profissão Professora, RG 3939289. DGPC/GO, residente e domiciliada Rua Fernão Dias Paes Lemos Qd. 18- Lt 04- 2º. **Secretaria: Ivani Pereira Bispo**, brasileira, solteira, Profissão Professora, RG: 4243103- DGPC- e CPF: 634817901-04, residente e domiciliada na Rua B. Qd. 31 A. Lote 11- 1º. **Tesoureira: Maria Jorenes Serafins de Brito**, brasileira, casada, profissão Contadora, RG:928671- SSP. DF e CPF: 381804481-34, residente e domiciliada na Rua Goiás Qd. 16 Casa 21- 2º. **Tesoureira: Genoveva Nascimento dos Reis**, brasileira, viúva, Profissão Comerciante, RG: 672126 - SSP/GO e CPF:

Caro Igor Drago B. Silva
Tabelião Oficial Substituto

Igreja Batista de Teresina do Goiás
Rua Bartolomeu Bueno da Silva, - Qd. 10 - lot. 01 -
Centro - Cep: 73795000- Goiás-

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

FL 253

247037611-49, residente e domiciliada na Av. Pedro Alvares Cabral, Qd. 08 Lote 2-
Centro, que foram empossados imediatamente. Não havendo transferência de membros
de outras Igrejas Batista, neste ato são escritos os nomes dos fundadores da Igreja pr.
Bonifácio Garcia Filho, Soraya Aparecida dos Santos Mello, Dilma Maria dos Santos,
Ivani Pereira Bispo, Edvânia Barbosa de Oliveira, Genoveva Nascimento dos Reis, José
Mário Abadia dos Santos, Adeniz Rodrigues dos Santos, Rosania Antônio Carlos, Luz
Henrique Pereira Bruno, Nilza Oliveira Chaves, Fabricio Ramos Gouveia, Luan Ramos
Gouveia, Maria de Fátima Regis Magno, Maria das Graças Regis Magno e Vanusa Maia
de Jesus. A seguir a presidente convidou a assessor jurídico para apresentação da proposta
de Estatuto, o qual, após diversas considerações, foi aprovado pela totalidade dos
participantes. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião às 20h40min com
louvor e oração. Eu Edvânia Barbosa de Oliveira, como primeira Secretária, presente a
tudo, digito, levo e assino a presente Ata após a sua leitura e aprovação e assinatura do
Presidente da Igreja. Teresina-GO, sete de novembro de 2015. *Assina*
dos Santos, Edvânia Barbosa de Oliveira, primeira Secretária
dos Santos, Ivani Pereira Bispo, Maria Joseleis
s de Brito, Genoveva dos Reis

Assina



Pedro Igor Drago Batista Silva
Tabelião Oficial Substituto

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <u>ESTOLA MUNICIPAL TIA QUITA</u>	
CNPJ: <u>25.105.339/0001-83</u>	
ENDEREÇO: <u>RUA FERNÃO DIAS PAES LEMES</u>	
BAIRRO: <u>SETOR FARMELÂNDIA</u>	Nº: <u>SIN</u>
CIDADE: <u>TERESINA DE GOIÁS</u>	UF: <u>GO</u>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>MARIA RITA PEREIRA BRUNO</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 05 de SETEMBRO de 2017

Maria Rita P. Bruno
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.105.339/0001-83 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 07/06/1989	
NOME EMPRESARIAL MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 124-4 - MUNICÍPIO			
LOGRADOURO PC TIRADENTES		NÚMERO 43	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (081) 6871-110	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIAS			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/04/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 14:43:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)[Preparar Página para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIÁS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL TIA QUITA

Rua Fernão Dias Paes Lemes – CEP-73795-000 Setor Carmelandia
Teresina de Goiás - GO - Telefone: 062 3467-1267

CNPJ - 25.105.339/0001-83

Aos dezesseis dias do mês de Junho de dois mil e quinze, reuniram-se na Escola Municipal "Tia Quita", localizada na Rua Fernão Dias Paes Lemes, Setor Carmelândia, Telefones: (62) 34671267 e (62) 96505007, a diretora Maria Rita Pereira Bruno, pais, professores e demais funcionários da escola, com o objetivo de criar o Conselho Escolar. A Diretora iniciou a reunião, agradecendo a todos presentes e relatando a importância do mesmo para Unidade Escolar e que o Conselho Escolar tem uma função deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica; também cabe a ele participar da gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola. Enfatizou também sobre a composição e competência de cada membro, e também foi decidido o nome do conselho. Após, foi informado sobre as atribuições de cada membro, e oportunizando o processo de votação, segundo a lei nº18036, de 07 de Junho de 2013, no artigo 5º § 2º - O diretor da Unidade Escolar participará do CE, como presidente nato, e responderá administrativamente, civilmente e plenamente por todos os atos praticados pelo CE, durante a respectiva gestão. E por unanimidade foram votados, o nome do Conselho e o nome dos respectivos membros: Presidente: Maria Rita Pereira Bruno, Vice-presidente: ...

Presidente: Maria Rita Pereira Bruno; Vice-presidente: Genesi Honorato Alves; 1º Secretário(a): Josele de Oliveira Costa; 2º Secretário(a): Geralina Bastos Magalhães Brito; 1º Tesoureiro(a): Izabel Amâncio de Souza Resende; 2º Tesoureiro(a): Alciene Xavier de Matos Jesus; e fiscais: Maurícia Serafim dos Reis, Denilza Castro dos Reis, Nair Pereira de Oliveira e Marineide Pereira da Silva. E assim o "Conselho Democrático" foi formado por 33,3% de professores; 33,3% de funcionários da escola e 33,3% de pais. Nada mais a ser proposto, foi encerrada a reunião e vai assinada por mim e os demais presentes: A: Glaucione Fernandes Dias, A: Nair Pereira de Oliveira, A: Estesânia Barbosa Silva, A: Maria Regina J. de Brito Pereira, A: Maria Izolina da Cunha Costa, A: Genesi Honorato Alves, A: Maria Rita Pereira Bruno, A: Denilza Castro dos Reis, A: Izabel Amâncio de Souza Resende, A: Adriana Moreira da Silva, A: Joana D'arc Fernandes da Cunha, A: Helena F. da Cruz, A: Sandra Pereira Brunos, A: Alciene Xavier de Matos, A: Josele de Oliveira Costa, A: Ildeci Rodrigues Louredo, A: Adriana da Costa Teixeira Leite, A: Marlúcia Rosa da Cruz, A: Adenilda Alves Ferreira, A: Maurícia Serafim dos Reis, A: Marineide Pereira da Silva, A: Geralina Bastos Magalhães Brito, A: Pedro da Silva Bastos, A: Magna Paula da Silva, A: Arlete Rocha da Silva, A: Rozária Jacinta Martins, A: Maria da Conceição de Torres, A: Margarida Barbosa Lopes, A: Selma Pereira da Silva, A: Rosilene Fernandes da Cunha.

Maria Rita P. Bruno
Presidente

Genesi Donato Alves
Vice Presidente

Luz, César de Castro Martins
Município de São João del-Rei - GO 26.100



Pedro Igor Drago B. Sifon
Delegado Substituto

F. 2

**ESTATUTO DA UNIDADE EXECUTORA CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA
MUNICIPAL TIA QUITA**

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

SELO NO VERSO

Cartório Teresina

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - A Unidade Executora (UEX), doravante denominada Conselho Escolar fundada em 16/06/2015, na Escola Municipal Tia Quita localizada na Rua Fernão Dias Paes Lemes, composta por membro nato (diretor), por representantes da comunidade escolar nos 03 (três) segmentos, compreendendo professores, funcionários, pais/responsáveis em exercício na unidade de ensino. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto à referida unidade escolar, sede no município de Teresina de Goiás, Estado de Goiás.

SEÇÃO II

DA FINALIDADE

Art. 2º - O Conselho Escolar tem por finalidade promover a integração do Estado, da Sociedade e da Comunidade Escolar, visando a gestão democrática e o exercício da cidadania.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DA NATUREZA

Art. 3º - O Conselho Escolar terá natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora nos assuntos referentes à GESTÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA da Unidade de Ensino, compatíveis com as normas legais em vigor assumindo responsabilidades social e coletiva, com implementação de suas deliberações, ficando subordinado apenas à Assembléia Geral, fórum máximo de decisão da Comunidade Escolar.


Leticia César da Castro Martins

Liberado em 04/07/2018

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º - Incube ao Conselho Escolar participar do processo de administração escolar, competindo-lhe:

- I) deliberar sobre assuntos de interesse da Comunidade Escolar;
- II) estabelecer prioridades, diretrizes, estratégias e metas a serem perseguidas pela Unidade Escolar;
- III) discutir a proposta orçamentária anual da escola a ser encaminhada a Secretaria Executiva de educação;
- IV) definir prioridades de aplicação dos recursos financeiros destinados à escola;
- V) propor soluções para as questões relacionadas com a execução do projeto pedagógico da escola;
- VI) acompanhar e avaliar o desempenho da administração da escola como um todo, inclusive propor a substituição do Diretor Geral, quando se fizer necessário, e, especialmente a atuação do diretor, corpo docente e técnico-administrativo e seus reflexos no processo ensino-aprendizagem;
- VII) deliberar sobre o plano de execução da escola, em função das demandas locais;
- VIII) promover a capacitação de seus próprios membros, visando a melhoria e o aperfeiçoamento da gestão democrática;
- IX) decidir sobre a utilização alternativa, pela comunidade local, de espaços disponíveis porventura existentes na Unidade Escolar;
- X) propor a Secretaria Executiva de Educação, através de sua respectiva Coordenadoria Regional de Educação, a constituição de parcerias a serem pactuadas com entidades públicas e/ou privadas, objetivando a melhoria ou aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem, e a assinatura de convênios, acordos ou contatos com entidades públicas ou privada, que envolvam matéria de interesse de Estado;
- XI) receber e administrar os recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, assim como advindos da comunidade de entidades privadas ou provenientes da promoção de campanhas escolares;
- XII) apreciar o relatório anual de desempenho da Unidade Escolar, comparando os resultados obtidos com as metas estabelecidas;
- XIII) Definir e proceder a compra dos gêneros alimentícios, fiscalizar o recebimento, guarda e preparo da merenda escolar e de outros materiais e recursos de apoio à execução do projeto de ensino, e dos programas assistenciais, zelando pela fiel execução;
- XIV) manter sob supervisão as instalações da Unidade Escolar postulando das autoridades competentes, sempre que necessário, que provejam serviços de manutenção preventiva e corretiva;
- XV) auxiliar no processo de elaboração do calendário escolar, do regimento interno do estabelecimento e da matriz curricular local, observadas as normas postas na legislação;
- XVI) propor instituição de sistema de avaliação adaptado às peculiaridades locais;

- XVII) deliberar sobre a abertura de sindicância ou processos administrativos disciplinares no âmbito da Unidade Escolar, encaminhando a Secretaria Executiva de Educação para as providências cabíveis;
- XVIII) deliberar sobre a prestação de contas dos recursos financeiros da Unidade Escolar
- XIX) manifestar-se no âmbito de sua competência sobre questões correlatas não previstas neste Estatuto;

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O Conselho Escolar será eleito para um mandato de 02 (dois) anos com direito a uma recondução consecutiva. E sua composição obedecerá o critério da paridade, contemplando os três segmentos que compõem a comunidade escolar: 33,3% de professores, 33,3% de funcionários, 33,3% de pais ou responsáveis pelos alunos. Sendo 04(quatro) conselheiros por segmento, perfazendo um total de 12(doze) conselheiros: 06(seis) titulares e 06(seis) suplentes.

Parágrafo Único - O Diretor Geral da unidade de ensino é o único membro nato do Conselho.

Art. 6º - O Conselho Escolar compõe-se de:

- I) Assembléia Geral
- II) Diretoria
- III) Conselho Fiscal.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A Assembléia Geral é o fórum máximo de decisão da comunidade escolar, e é constituída pela totalidade dos membros sendo soberana em suas deliberações.

Art. 8º - São membros da assembléia Geral:

- I) Professores da escola;
- II) Pais ou responsáveis de alunos da escola;
- III) Funcionários da escola;

Art. 9º - A Assembléia Geral se reunirá, ordinariamente com data prevista no calendário escolar.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pelo Presidente, ou a requerimento fundamentado do Conselho

Fiscal ou de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho escolar ou 1/3 (um terço) da Comunidade Escolar.

Art.10 - A convocação da assembléia Geral Ordinária se fará através de comunicação escrita, ou mediante edital afixado em lugar visível de todos no recinto da escola, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Único - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária se fará com a antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

Art.11 - A Assembléia Geral deliberará em primeira convocação somente com a presença de mais da metade, no mínimo, dos membros componentes, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

Art. 12 - Compete a Assembléia Geral:

- I) Fundar o Conselho Escolar;
- II) Eleger e dar posse a Diretoria e Conselho Fiscal;
- III) Discutir e aprovar o estatuto da entidade;
- IV) Nomear e destituir os membros do Conselho Escolar.

SEÇÃO III DA DIRETORIA

Art. 13 - A Diretoria terá a seguinte composição:

- I) Presidente - Vice presidente;
- II) 1º Secretário - 2º Secretário;
- III) 1º Tesoureiro - 2º Tesoureiro;

Parágrafo único - O presidente e o tesoureiro do Conselho deverão ser representantes do segmento professor e/ou funcionário. Nas faltas, ausências e/ou impedimentos do presidente, assumirá o vice-presidente.

Art. 14 - Compete ao Presidente:

- I) convocar e presidir as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e as reuniões do Conselho Escolar;
- II) representar a entidade em juízo e fora dele;
- III) ser o co-responsável, junto ao Conselho, pela gestão pedagógica, administrativa, relacional e financeira da escola;
- IV) deliberar as questões na instância do conselho e executá-las;
- V) estimular a vivência dos princípios democráticos;
- VI) incentivar a organização política dos segmentos que compõem a Comunidade Escolar para o fortalecimento da gestão democrática;
- VII) administrar, juntamente com os Tesoureiros e em consonância com o Estatuto, os recursos financeiros da entidade;
- VIII) tomar as providências cabíveis quanto à correspondência recebida e expedida;
- IX) promover o entrosamento entre os membros do Conselho Escolar, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- X) exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto ou que venham a ser exercidas pela Diretoria;

- XI) coordenar o Conselho Escolar e divulgar as suas finalidades;
- XII) apresentar relatório anual dos trabalhos realizados;
- XIII) ao término do seu mandato apresentar, oficialmente, prestação de contas, à nova diretoria eleita, e a comunidade escolar.

Art. 15 - Compete ao Secretário:

- I) elaborar a correspondência: cartas, ofícios, comunicados, convocações, etc;
- II) elaborar e lavrar as atas das reuniões e assembléias ordinárias e extraordinárias;
- III) ler as atas em reuniões e assembléias;
- IV) assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência expedida;
- V) manter organizada e arquivada a documentação expedida, recebida e exigida;
- VI) conservar o livro de atas em dia e sem rasuras;
- VII) elaborar, juntamente com os demais membros do Conselho, o relatório anual.

Art. 16 - Compete ao Tesoureiro:

- I) assumir a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- II) assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, recibos e balancetes;
- III) prestar contas, no mínimo a cada três meses, à Diretoria e ao Conselho Fiscal e, anualmente, em Assembléia Geral à Comunidade Escolar;
- IV) manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 17 - O Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização da Unidade Executora. Será constituído por 04 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) membros suplentes.

Parágrafo Único - O suplente poderá substituir seu respectivo membro titular do Conselho Fiscal em suas faltas ou impedimentos.

Art. 18 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I) fiscalizar as ações e a movimentação: entradas, saídas e aplicação de recursos, emitindo pareceres;
- II) examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;
- III) solicitar à Diretoria, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receita e despesa;
- IV) apontar à Assembléia Geral as irregularidades, sugerindo as medidas que julgar úteis;
- V) convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente do Conselho Escolar retardar por mais de um mês a sua convocação e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.
- VI) aprovar e acompanhar a aplicação dos recursos financeiros repassados para a escola emitindo parecer;

- VII) examinar e aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros repassados para a escola.

Art. 19 - A função do conselheiro é considerada serviço relevante, não fazendo seus integrantes jus a qualquer retribuição.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO

Art. 20 - O Conselho Escolar deverá reunir-se ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente, quando for necessário, através de:

- a) Convocação de seu Presidente;
- b) Convocação de metade mais 01 (um) de seus membros.

Parágrafo Único- Serão válidas deliberações do Conselho Escolar, tomadas pela metade mais 01 (um) dos votos dos membros efetivos ou na ausência destes, dos suplentes convocados presentes à reunião.

Art. 21 - A vacância da função de conselheiro dar-se-á por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, desligamento da unidade de ensino ou destituição.

§ 1º - Os membros do Conselho Escolar poderão ser destituídos de suas funções, pelos seguintes motivos:

- I - não comparecimento, sem justa causa, de qualquer membro titular do Conselho Escolar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;
- II- deixou de observar no exercício de suas funções de conselheiro, as leis e as demais normas vigentes.

§ 2º- A destituição de qualquer membro do Conselho Escolar será deliberada pela Assembléia Geral da Comunidade Escolar, após devidamente apurados os fatos havidos, garantidos a ampla defesa e o contraditório;

§ 3º - Enquanto não deliberada pela Assembléia Geral da Comunidade Escolar, a destituição de membros do Conselho Escolar, estes permanecerão afastados de suas funções, para deliberação do Conselho Escolar.

CAPÍTULO V

DA ELEIÇÃO, MANDATO E POSSE

SEÇÃO I

DA ELEIÇÃO

Art. 22 - A eleição para o Conselho Escolar será realizada, a cada 02 (dois) anos, por voto direto e aberto ou secreto, mediante convocação feita por edital, fixado no âmbito da unidade escolar, sob a coordenação do conselho escolar em exercício.

Luiz César de Castro Martins

§ 1º - O voto direto será aberto ou secreto por segmento, de acordo com deliberação do conselho escolar, conforme a conveniência da unidade escolar.

§ 2º - No caso de decisão por voto direto e aberto, serão realizadas assembléias por segmento.

§ 3º - No caso de decisão por voto direto e secreto, o procedimento da eleição será definido e coordenado pela Coordenadoria de Gestão Educacional - CGE/SEE.

Art. 23 - As Assembléias Gerais, por segmento para a eleição dos membros do Conselho Escolar serão convocadas mediante edital em que conste explicitamente objetivo, data, horário e local de realização afixada em espaço visível no âmbito da Unidade Escolar, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Único - As Assembléias mencionadas neste artigo serão realizadas, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta (metade mais um) dos membros do segmento ou, em segunda convocação, 15 (quinze) minutos após horário previsto para primeira convocação, com qualquer número de presentes.

Art. 24 - A primeira eleição para instalação do Conselho Escolar, será organizada por uma comissão representativa dos segmentos: professor, funcionário administrativo, pais e/ou responsáveis e alunos, eleita em Assembléia Geral, convocada pelo Diretor Geral da Unidade Escolar e realizada especificamente para este fim, obedecida a paridade.

Art. 25 - A comissão organizadora da eleição do Conselho Escolar organizará o processo eleitoral, conforme as seguintes diretrizes:

- a) Serão eleitos por seus segmentos os integrantes do magistério e do corpo administrativo, em efetivo exercício na Unidade de Ensino, pais e/ou responsáveis por aluno matriculado e alunos a partir de 18 (dezoito) anos matriculados na referida unidade;
- b) Os pais e/ou responsáveis votarão uma única vez, representando seu segmento, independente do número de filhos matriculados na Unidade de Ensino;
- c) Os que pertencerem a mais de um segmento poderão votar uma única vez, optando pelo segmento que desejar representar.
- e) Antes de findar os mandatos realizar-se-ão as eleições em prazo hábil para garantir a nova composição do conselho, respeitando-se o prazo da administração anterior;

§ 1º - Serão membros titulares aqueles que tiverem maior número de votos em seus segmentos.

§ 2º - Havendo empate dos candidatos, em qualquer segmento, serão adotados os seguintes critérios:

- 1 - Maior tempo na unidade de ensino;
- 2 - Aquele que possuir maior idade.

SEÇÃO II

DO MANDATO

Luiz César de Castro Martins
Advogado OAB-GO 26.103

Art. 26 - Ressalvado o Diretor Geral da Unidade Escolar, membro nato, os demais membros do Conselho Escolar cumprirão mandato de 02 (dois) anos, admitida apenas uma reeleição consecutiva.

SEÇÃO III

DA POSSE

Art. 27 - A posse do Conselho Escolar ocorrerá em até 15 (quinze) dias após as eleições.

Art. 28 - A posse do primeiro Conselho Escolar será dada pela direção geral da unidade escolar e as seguintes pelos Conselhos anteriores.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS ESCOLARES

SEÇÃO I

DIREITOS

Art. 29 – São direitos dos Conselheiros Escolares:

- I) Solicitar informações gerais sobre a escola;
- II) Requerer assessoria para esclarecimento sobre temas a respeito dos quais tenham de decidir;
- III) Fiscalizar do cumprimento do que foi decidido nas reuniões do conselho;
- IV) Acompanhar e avaliar o rendimento pedagógico da escola;
- V) Apresentar sugestões a serem apreciadas pelo conselho;
- VI) Votar e ser votado.

SEÇÃO II

DEVERES

Art. 30 – São deveres dos Conselheiros Escolares:

- I) Comparecer as reuniões;
- II) Justificar com antecedência o não comparecimento, para que se possa convocar o conselheiro suplente, se for o caso;
- III) Divulgar as decisões do conselho em seus respectivos segmentos;
- IV) Assumir todas as decisões das assembleias mesmo que seu voto tenha sido vencido;
- V) Fazer articulação com seu segmento;
- VI) Respeitar as diferenças e limites individuais;
- VII) Ser ético no trato das relações sociais e profissionais;
- VIII) Apresentar, oficialmente, prestação de contas à Secretaria Executiva de Educação, de acordo com as normas do recurso recebido.

CAPÍTULO VII
DO PATRIMÔNIO E RECURSOS

SEÇÃO I
DO PATRIMÔNIO

Art. 31 - O patrimônio do Conselho Escolar será constituído e mantido:

- a) Dos convênios;
- b) Das subvenções diversas;
- c) Das doações;
- d) Das promoções escolares;
- e) Outras fontes.

SEÇÃO II
DOS RECURSOS

Art. 32 - Os recursos financeiros do Conselho Escolar serão depositados em conta corrente ou poupança a ser mantida em estabelecimento bancário oficial, efetuando-se movimentação por meio de cheques nominais assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro.

Parágrafo único: Na hipótese de não existir na localidade estabelecimento bancário, os recursos serão depositados na agência bancária da cidade mais próxima, dentro da jurisdição estadual.

Art. 33 - Os recursos financeiros serão gastos de acordo com o plano de aplicação previamente elaborados e aprovados pelo Conselho Escolar.

Art. 34 - Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Conselho Escolar.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 - As questões técnicas específicas a serem submetidas para apreciação e deliberação do Conselho Escolar deverão ser analisadas com os profissionais da Escola.

Art. 36 - A autonomia do Conselho Escolar será exercida observando-se a legislação em vigor, o compromisso com a democratização da gestão escolar e as oportunidades de acesso e permanência de todos na Escola Pública.

Let. César da Castro Martins
Advogado OAB-GO 24.103

Parágrafo Único- Aos membros do Conselho Escolar é vedado manifestar-se individualmente, por qualquer meio de divulgação, sobre matéria submetida ao Colegiado, salvo quando expressamente autorizado pelo plenária.

Art. 37 – Pela indevida aplicação de renda, responderão solidariamente os membros da Diretoria que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento, bem como os membros do Conselho Fiscal que aprovou as prestações de contas.

Parágrafo Único. Os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais do Conselho Escolar.

Art. 38 – O Conselho Escolar somente poderá ser dissolvido:

- a) por decisão de 2/3 (dois terços) de seus associados, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para tal fim;
- b) em decorrência da extinção do estabelecimento de ensino;
- c) em decorrência de ato legal emanado do poder competente;

Parágrafo Único - Em caso de dissolução do conselho escolar o destino de seu patrimônio, respeitados os compromissos existentes, será deliberado por Assembléia Geral ou será recolhido pela Coordenadoria Regional e encaminhado pela Secretaria Executiva de Educação, que lhe dará adequada destinação no prazo de 60 (sessenta dias).

Art. 39 - A vigência do mandato do Conselho Escolar será de 02 (dois) anos a partir do registro deste estatuto;

Art. 40 - O exercício fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do Conselho Escolar, de conformidade com as disposições legais.

Art. 41 - O presente estatuto só poderá ser reformulado por ato de Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 42 - Este estatuto entra em vigor na data de seu registro.

Teresina de Goiás, GO, 16 de junho de 2015.

Maria Rita P. Bruno
PRESIDENTE

Luiz Castro de Castro Martins
Membro do Conselho Escolar

DIRETORIA

VELO NO VERSO
Antônio Tercina

PRESIDENTE: Maria Rita Pereira Bruno
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Nova Roma-GO
 Estado civil: Solteira
 Profissão: Professora R.G.: 2880599 CPF: 521083251-15
 Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral Ad: 12 Lt: 13

VICE-PRESIDENTE: Genesi Honorato Alves
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Carvalhante-GO
 Estado civil: Solteira
 Profissão: Professora R.G.: 3939328 CPF: 963.961.721-00
 Endereço: Rua: Princesa Isabel Ad: F Lt: 15

1º SECRETÁRIO: José de Oliveira Costa
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Compos Belos-GO
 Estado civil: Solteira
 Profissão: Professora R.G.: 5278374 CPF: 024.330.481-17
 Endereço: Rua Fernão Dias Paes Gomes S/N

2º SECRETÁRIO: Geralina Bastos Magalhães Brito
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Carvalhante-GO
 Estado civil: Casada
 Profissão: Merendeira R.G.: 2239212 CPF: 576.840.651-49
 Endereço: Alameda Princesa Isabel S/N

1º TESOUREIRO: Isabel Amâncio Gaiça Rezende
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Capitania de Tabuado-MG
 Estado civil: Casada
 Profissão: Professora R.G.: 417873 CPF: 445.014.981-53
 Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral Ad: 9 Lt: 04

2º TESOUREIRO: Alciane Xavier de Matos de Jesus
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Monte Alegre-GO
 Estado civil: Solteira
 Profissão: Professora R.G.: 4504530 CPF: 024.288.241-20
 Endereço: Rua dos Anarás Ad: 9 Lt: 08

CONSELHO FISCAL

1º CONSELHEIRO: Maurícia Serafim dos Reis
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Compos Belos-GO
 Estado civil: Solteira
 Profissão: De Lar R.G.: 4766221 CPF: 022.382.011-30
 Endereço: Ad: 31A Lt: 09 Setor: Jardim Moradia

2º CONSELHEIRO: Denilza Castro dos Reis
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Brasília-DF
 Estado civil: Solteira
 Profissão: Merendeira R.G.: 3832290 CPF: 832.351.751-72
 Endereço: Povoado Alcobeira

3º CONSELHEIRO: Nair Pereira de Oliveira
 Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Baianópolis-BA

Estado civil: Solteira
Profissão: Agente de Saúde R.G.: 1039384 CPF: 386.828.001-44
Endereço: Rua D. Pedro I Ad 12 Lt: 22 Centro

1º SUPLENTE: Marineide Pereira da Silva
Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Carvalante-GO
Estado civil: Solteira
Profissão: Aux. Serviço Geral R.G.: 3939360 CPF: 870.251.911-91
Endereço: Av. Goiás Ad: 38 Lt: 4 - Jardim Moradia

2º SUPLENTE: _____
Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
Estado civil: _____
Profissão: _____ R.G.: _____ CPF: _____
Endereço: _____

3º SUPLENTE: _____
Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
Estado civil: _____
Profissão: _____ R.G.: _____ CPF: _____
Endereço: _____

Teresina de Goiás, GO, 26 de Outubro de 2016.

Maria Rita P. Bruno
Presidente



Pedro Igor Drago Batista Silva
Tabelião Oficial Substituto

Carla César de Castro Martins
Tabelião Oficial Substituto


MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO YBY SY	
CNPJ: 22.219.105/0007 79	
ENDEREÇO: RODOVIA 60/118 KM 218	
BAIRRO: TERESINA DE GOIÁS/ZONA RURAL	Nº. S/Nº
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO CARLOS TRAVESSOS VIEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 14 de SETEMBRO de 2017.



ASSINATURA

ATENÇÃO

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:
-Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
-Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.219.105/0001-79 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 31/03/2015	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO YBY SY			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 228		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 8407-2398	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/03/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 13:53:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO YBY SY

Aos dez dias do mês de Julho de 2015 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) admissão de novos associados 2) eleição da nova diretoria, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembleia o atual Presidente da entidade o Sr. André Luiz Damacena Almeida e para secretariar o Sr. Antonio Carlos Travassos Vieira. O Senhor Presidente declarou aberta a assembleia e convidou a se associar o Sr. Antonio Carlos Travassos Vieira. Dando sequência aos trabalhos colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA**, Brasileiro, Separado Judicialmente, Contador, CPF: 360.727.887-34, RG: 42806 CRC/DF, **Diretora FABIANA DAMACENA ALMEIDA**, brasileira, solteira, assistente contábil, CPF: 017.113.011-16, RG: 412632-7 SSP/GO, CONSELHO FISCAL a ser eleito na próxima assembleia geral. Todos os acima qualificados, são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembleia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Foi aprovado também que a nova diretoria eleita deve providenciar os tramites legais obrigatórios, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo presidente eleito e secretário desta assembleia e pelo presidente desta assembleia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com o presidente desta assembleia.

Teresina de Goiás (GO) 10 de Julho de 2015

André Luiz Damacena Almeida
ANDRÉ LUIZ DAMACENA ALMEIDA
Presidente desta Assembleia
024.387.911-36

Antonio Carlos Travassos Vieira
ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA
Presidente eleito e secretário desta assembleia



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA A7AI	
CNPJ: 22.468.548/0001-07	
ENDEREÇO: RODOVIA-GO-118 KM 230	
BAIRRO: ZONA RURAL	Nº SIN: 0
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: KEILA ALVES DA SILVA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 14 de SETEMBRO de 2017

Keila Alves da Silva

ASSINATURA

ATENÇÃO

Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de:

- Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.468.548/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/11/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PESQUISA ACAI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 230	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF GO
TELEFONE (62) 8407-2398		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/11/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 13:39:40 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA AÇAI

Aos onze dias do mês de Maio de 2015 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) admissão de novos associados 2) eleição da nova diretoria e 3) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembléia a atual presidente da entidade a Sra. FABIANA DAMACENA ALMEIDA e para secretariar a Sra. KEILA ALVES DA SILVA. A Senhora Presidente declarou aberta a assembléia e convidou a se associarem as pessoas abaixo qualificadas que aceitaram e foram aprovadas por unanimidade dos presentes na assembléia: Keila Alves da Silva, Solteira, Cozinheira, CPF: 036.798.301-06 e RG: 2906052 SSP/DF, Beatriz Gabriel Oliveira – Solteira, Autônoma, CPF: 026.503.211-30, RG 1.713.670 SSP/DF, Anderson Ramos Ferreira, solteiro, Atendente, CPF: 049.248.151-28, RG 2.785.500 SSP/DF, Rosangela Batista dos Santos, Casada, Do Lar, CPF: 024.495.831-90 e RG 3923464 DGPC/GO, Isabella Blenda Ribeiro Maciel – Solteira, atendente, CPF: 056.204.951-75 e RG 6207342 SSP/GO. Dando seqüência aos trabalhos colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente KEILA ALVES DA SILVA**, Diretora: BEATRIZ GABRIEL OLIVEIRA, CONSELHO FISCAL: Anderson Ramos Ferreira, Rosangela Batista dos Santos e Isabella Blenda Ribeiro Maciel. Todos os acima qualificados são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembléia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Foi aprovado também que a nova diretoria eleita deve providenciar os tramite legal obrigatório, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente declarou encerrada a assembléia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pela presidente eleita e secretária desta assembléia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com a presidente desta assembléia.

Teresina de Goiás (GO) 11 de Maio de 2015

Keila Alves da Silva
KEILA ALVES DA SILVA
 Presidente eleita e Secretaria desta assembléia

Emol: 17,13
 Taxa: 14,42

Fabiana Damacena Almeida
FABIANA DAMACENA ALMEIDA
 Presidente desta assembléia

014.113.011-16

CARTÓRIO de REGISTRO e NOTAS de
TERESINA DE GOIÁS
 Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Cód. Pessoa Jurídica, Autarquia
 Tabelionato e Tabelas, Notas, Proxies e Contratos Marítimos
 OBRIGADO LUCIANO SOUSA BARBOSA FLENO

Protocolo: 418 Fis: 197 a 197
 R-170 Lento: A-2

Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
 Teresina de Goiás - GO - 11 de maio de 2015

Petição (3226282) de 04/05/2015
 Marília Joazele da Silva Souza - Escrevente

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS E TABELIONATOS
 SÃO JOÃO D'ALIANÇA - COMARCA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
 Rua Teodoro Fernandes Graças, Quadra 3, Lote 7, Centro, 580-000
 Tel: (62) 3438-1819 e-mail: cartorio@sejgoias.org.br

0021604240647094920697 - Consulte pelo em: <http://lexisjudicial.org.br>
 Reconheço por semelhança as assinaturas indicadas de
KEILA ALVES DA SILVA e **FABIANA DAMACENA ALMEIDA** Dou Fé
 Em Teste de Verdade
 São João d'Aliança, GO, 14 de maio de 2015.

Marília Joazele da Silva Souza - Escrevente

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL
DESENVOLVIMENTO REDE SOCIAL**

SELO NO VERSO
Cartório Teresina
DO INSTITUTO

76 19

Aos seis dias do mês de Maio de 2015 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) admissão de novos associados 2) eleição da nova diretoria e 3) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembléia o atual Presidente da entidade o Sr. **JOÃO PAULO GERALDO DA SILVA** e para secretariar o Sr. **DIONAS BASSANEZI DUIM**. O Senhor Presidente declarou aberta a assembléia e convidou a se associarem as pessoas abaixo qualificadas que aceitaram e foram aprovadas por unanimidade dos presentes na assembléia: Dionas Bassanezi Duim, brasileiro, casado, Administrador de empresas, inscrito no CPF sob nº 019.231.401-75 e RG: 1615872-5 SSP-MT, Diogo Duim, brasileiro, casado, Administrador, inscrito no CPF sob nº 007.932.501-70 e RG: 1592808-0 SSP-MT, Mauricio Gessi, brasileiro, Solteiro, Administrador, inscrito no CPF sob nº 930.785.799-72 e RG 6191787-0 SESP/PR, Rogério Maranhão Detomini, brasileiro, solteiro, Disgner de comunicação visual, inscrito no CPF sob nº 897.832.981-00 e RG: 11064200 SJ-MT, Israel da Silva Albuquerque, brasileiro, solteiro, Agente tributário, inscrito no CPF: 688.972.351-15 e RG: 10685057 SSP-MT. Dando seqüência aos trabalhos colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: Presidente Dionas Bassanezi Duim, Diretor: Diogo Duim, CONSELHO FISCAL: Mauricio Gessi, Rogerio Maranhão Detomini e Israel da Silva Albuquerque. Todos os acima qualificados, são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembléia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Foi aprovado também que a nova diretoria eleita deve providenciar os tramites legais obrigatórios tais como alteração no CNPJ, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembléia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo presidente eleito e secretário desta assembléia e pelo presidente desta assembléia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com o presidente desta assembléia.

Teresina de Goiás (GO) 06 de Maio de 2015

JOÃO PAULO GERALDO DA SILVA

Presidente desta Assembléia

937.880.531-27

DIONAS BASSANEZI DUIM

Presidente eleito e secretário desta assembléia

CARTÓRIO de REGISTRO e NOTAS de
TERESINA DE GOIÁS
Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil Pessoa Jurídica, Matrículas, Intimações e Tabelas, Notas, Protestos e Cartório Marítimo
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo: 415 - Fm. 198 a 198
R-171 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás - GO, 21 de maio de 2015

Emcl: 35, 13

Taxa: 11,42

Luciane Soares da Silva
Tabelão e Oficial Representante



SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS E TABELIONATOS
SÃO JOÃO D'ALIANÇA - COMARCA DE ALTO PARAISO DE GOIÁS
Rua Teotônio Fernandes Graças, Quadra 3, Lote 7, Centro, São João d'Aliação - GO, CEP: 73.000-000
Tel: (62) 3439-1819 e-mail: cartoriosaojoalao@gmail.com

Aplicação de Registro de Cópia Real
Reconheço por assinatura e assinatura indicada de **JOÃO PAULO GERALDO DA SILVA**
Em Teste de Verdade:
São João d'Aliação, 06 de maio de 2015.
Mariana Maria Veras Pereira - Tabelão e Oficial Substituta

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

SELO DIGITAL
CARTÓRIO TERESINA
158.512.531/2018-61

Serviço Notarial e
Registral de Imóveis

Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tenorato Neves, nº 230 - Jardim Kennedy
Fone: (66) 3251-5300 - Fax: (66) 3251-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.boficio.com.br - email: atendimento@boficio.com.br

Reconheço por autenticidade a firma de: DIONAS BASSANEZI
DUIIM (149441); Termo 458273

Cidade-MT 18 de maio de 2018
Ocupação: Entusiasta

Horário: 11:51
da verdade
Escrito Juramento

Horácia Patrícia Silva Santos

Seio Digital APK 6448 R\$ 5.00

Cons. de selo 5 em 5 por 50x50

Serviço Notarial
Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tenorato Neves, nº 230 - Jardim Kennedy
Fone: (66) 3251-5300 - Fax: (66) 3251-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.boficio.com.br - email: atendimento@boficio.com.br
Auxiliadora Assis Asckar Rabaneda
MT - Fone: (66) 3251-5300

MANIFESTAÇÕES DE APOIO PJ

ANEXO: 02

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: INSTITUTO IGARAPÉ	
CNPJ: 21.310.029/0001-40	
ENDEREÇO: RODOVIA-GO 118 - KM 228 S/N.º	
BAIRRO: ZONA RURAL	Nº S/N.º
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 14 de SETEMBRO de 2017



ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.310.029/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/12/2009
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO IGARAPE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 228	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 8407-2398	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 13:35:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO IGARAPÉ

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de 2015 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) eleição da nova diretoria e 2) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembleia o atual presidente da entidade o Sr. **ANDRE LUIZ DAMACENA ALMEIDA** e para secretariar o Sr. **ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA**. O Senhor Presidente declarou aberta a assembleia e colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA**, **Diretor ANDRE LUIZ DAMACENA ALMEIDA**, **CONSELHO FISCAL** a ser eleito na próxima assembleia geral. Todos os acima devidamente qualificados em atas anteriores, são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembleia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Dando sequência para o último item da pauta, assuntos gerais a nova diretoria eleita deve providenciar os tramites legais obrigatórios tais como alteração no CNPJ, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo presidente eleito e secretário desta assembleia e pelo presidente desta assembleia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com o presidente desta assembleia.

Teresina de Goiás (GO) 24 de Abril de 2015.

Andre Luiz Damacena Almeida
ANDRE LUIZ DAMACENA ALMEIDA
Presidente desta Assembleia

ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA
Presidente eleito e secretário desta assembleia

360.727.887-34

Emp. 18.96

12.64 fundos: 7,39

CARTÓRIO de REGISTRO e NOTAS de
TERESINA DE GOIÁS
Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil Pessoas Jurídicas, Naturais, Indígenas e Títulos, Artos, Protestos e Contratos Ilícitos
Ofício: 14.514-2000-01/2015
Protocolo: 447 - Fls. 235 e 236
R. 188 - Livro A-2
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Tribuna de Goiás - GO, 23 de junho de 2016
Pelo Tabelião, *Dr. Igor Augusto de Sousa*
Pelo Tabelião, *Dr. Igor Augusto de Sousa*
Pelo Tabelião, *Dr. Igor Augusto de Sousa*

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS E TABELIONATOS
SÃO JOÃO D'ALIANÇA - COMARCA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Rua Teófilo Fernandes Gomes, Quadra 3, Lote 7, Centro, São João d'Alcântara - GO, CEP 73760-000
Tel: (62) 3438-1819 e-mail: contato@cartorioja.com.br www.cartorioja.com.br

0021604010930094602043 - Consulte selo em: <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por *semelhança* a assinatura indicada de **ANDRE LUIZ DAMACENA ALMEIDA** Dou Fé

Em Teste da Verdade
São João d'Alcântara/GO, 22 de junho de 2016.

Nayane de Carvalho Fernandes - Escrevente

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS E TABELIONATOS
SÃO JOÃO D'ALIANÇA - COMARCA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Rua Teófilo Fernandes Gomes, Quadra 3, Lote 7, Centro, São João d'Alcântara - GO, CEP 73760-000
Tel: (62) 3438-1819 e-mail: contato@cartorioja.com.br www.cartorioja.com.br

0021604010930094602046 - Consulte selo em: <http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo>

Reconheço por *semelhança* a assinatura indicada de **ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA** Dou Fé

Em Teste da Verdade
São João d'Alcântara/GO, 22 de junho de 2016.

Nayane de Carvalho Fernandes - Escrevente



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA MÍDIA REAL	
CNPJ: 21.055.613/0007-04	
ENDEREÇO: RODOVIA GO-118 KM 225	
BAIRRO: ZONA RURAL	Nº: S/Nº
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 14 de SETEMBRO de 2017.



ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 21.055.613/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/12/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PESQUISA LAGOA REAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 225	NUMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 8407-2398	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 13:43:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA LAGOA REAL**

Aos vinte dias do mês de Novembro de 2014 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) eleição da nova diretoria e 2) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembléia a atual presidente da entidade a Sra. **DEUSILAINE GALVÃO DE FARIAS** e para secretariar o Sr. **ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA**. A Senhora Presidente declarou aberta à assembléia e colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA**, **Diretora FABIANA DAMACENA ALMEIDA**, **CONSELHO FISCAL** a ser eleito na próxima assembléia geral. Todos os acima devidamente qualificados em atas anteriores, são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembléia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Dando seqüência para o último item da pauta, assuntos gerais a nova diretoria eleita deve providenciar os tramites legais obrigatórios tais como alteração no CNPJ, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente declarou encerrada a assembléia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo presidente eleito e secretário desta assembléia e pela presidente desta assembléia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com a presidente desta assembléia.

Teresina de Goiás - (GO) 20 de Novembro de 2014.

Deusilaine Galvão de Farias
DEUSILAINE GALVÃO DE FARIAS
Presidente desta Assembléia

Antonio Carlos Travassos Vieira
ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA
Presidente eleito e secretário desta assembléia

Protocolado as folhas 584/59 sob nº de
ordem 394 de livro A-5
registrada as folhas 163 do livro A-2
sob nº de ordem 150
Teresina de Goiás 29 de 01 de 2015
Oficial [assinatura]

Luciene Soares da Silva Vello
Tabelião e Oficial Representante



Em: 16.03.
Tara: 11.00
SELO 530

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO SOCIAL RÁDIO	
CNPJ: 22.468.833/0007-14	
ENDEREÇO: RONDONIA 60-118 KM 225	
BAIRRO: ZONA RURAL	Nº: S/Nº
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: ANDREIA GABRIEL OLIVEIRA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 15 de SETEMBRO de 2017

Andréia gabriel oliveira

ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 22.468.833/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/11/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SOCIAL CEDRO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 225	NUMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 8407-2398	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/11/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 14:11:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)[Preparar Página para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO SOCIAL CEDRO

Aos seis dias do mês de Maio de 2015 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) admissão de novos associados 2) eleição da nova diretoria e 3) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembléia o atual presidente da entidade o Sr. **ANDRE LUIZ DAMACENA ALMEIDA** e para secretariar a Sra. **ANDREIA GABRIEL OLIVEIRA**. O Senhor Presidente declarou aberta à assembléia e convidou a se associarem as pessoas abaixo qualificadas que aceitaram e foram aprovadas por unanimidade dos presentes na assembléia: Andreia Gabriel Oliveira – Solteira, Atendente, CPF: 020.728.791-08, RG 2.742.307 SSP/DF, Antonia Felipe Oliveira – Casada, Do lar, CPF: 025.896.901-69, RG 2.861.940 SSP/DF, Marina Cordeiro da Silva - Solteira, Auxiliar Administrativo, CPF: 022.665.571-73, RG: 5015760 SSP/GO, Luciel Vieira de Almeida - Solteiro, Costureiro, CPF: 049.905.761-69, RG: 3221670 SESP/DF, Doralice Ferreira da Mota, Casada, Do lar, CPF: 364.888.011-04, RG 2.235.461 SSP/GO. Dando seqüência aos trabalhos colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva de todos os atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente ANDREIA GABRIEL OLIVEIRA**, Diretora ANTONIA FELIPE OLIVEIRA, CONSELHO FISCAL: Marina Cordeiro da Silva, Luciel Vieira de Almeida e Doralice Ferreira da Mota. Todos os acima qualificados são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembléia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente. Foi aprovado também que a nova diretoria eleita deve providenciar os tramite legal obrigatório, como também registro em cartório competente desta ata e demais procedimentos legais para o normal funcionamento da entidade. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembléia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pela presidente eleita e secretária desta assembléia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com o presidente desta assembléia.

Teresina de Goiás - Goiás (GO) 06 de Maio de 2015

Andreia Gabriel Oliveira
ANDREIA GABRIEL OLIVEIRA

Presidente eleita e secretaria desta assembléia

André Luiz Damacena Almeida
ANDRÉ LUIZ DAMACENA ALMEIDA

Presidente desta assembléia

026. 387. 911-36

CARTÓRIO de REGISTRO e NOTAS de
TERESINA DE GOIÁS

Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil, Pessoas Jurídicas, Naturais, Invenções e Patentes, Testes, Protestos e Contratos Marítimos
Ofício: LEXLEVE 50-ARTS DA SÚMULA 174/00

Protocolo: 413 Fls: 169 e 185
R-167 Livro A-2

Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás - GO, 14 de maio de 2015

Emol: 17-13

Taxa: 11.42

Existência de Sócios da Associação
Tabela e Oficial Registrado

SERVIÇO DE REGISTROS PÚBLICOS E TABELIONATOS
SÃO JOÃO D'ALIANÇA - COMARCA DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
Rua Teodoro Fernandes Grapes, Quadra 3, Lote 7, Cep: 76.900-000, São João d'Alândia, GO
Tel: (02) 3435-1819 e-mail: cartorio@saodalianca.go.gov.br

00121504240047094600001 - Consulte este em: www.saodalianca.go.gov.br

Reconheço por semelhança as assinaturas indicadas de
ANDREIA GABRIEL OLIVEIRA e ANDRÉ LUIZ DAMACENA ALMEIDA,
Dou-FA:

Em Teste da Verdade.
São João d'Alândia, GO, 14 de maio de 2015.

Marília Josilda de Silva Souza - Escrevente

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <i>INSTITUTO QUIDOMBOIA</i>	
CNPJ: <i>12.554.322/0001-61</i>	
ENDEREÇO: <i>RODovia 60-118 KM 223 S/N.º</i>	
BAIRRO: <i>ZONA AURAL</i>	Nº. <i>S/N.º</i>
CIDADE: <i>TERESINA DE GOIÁS</i>	UF: <i>GO</i>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <i>FRAVELSO MATEUS PEREIRA DE ALMEIDA</i>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 14 de SETEMBRO de 2017

Frauelso M. Almeida

ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.554.322/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/09/2010
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO QUILOMBOLA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO KM 223	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ADESAP@GMAIL.COM		TELEFONE (62) 3438-1879	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/09/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 11:48:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO
QUILOMBOLA

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

fls. 48
Reg. 107
Nara Ney Cunha
Oficiala P...

Aos dez dias do mês de julho de 2012 reuniram-se os associados e diretores da entidade com objetivo de realizar 1) admissão de novos associados 2) mudança de nome da entidade 3) eleição da nova diretoria e 4) assuntos gerais, conforme estabelecido no edital de convocação. Foi escolhido para presidir a assembléia o atual presidente da entidade o Sr. **ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA** e para secretariar AD-HOC o Sr. **FRANCISCO MALCIDES PEREIRA DE LUCENA**. O Senhor Presidente declarou aberta à assembléia e convidou a se associarem as pessoas abaixo qualificadas que aceitaram e foram aprovadas por unanimidade dos presentes na assembléia: **ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA**, brasileira, casada, advogada portadora da C.I. de n. 7953 - OAB/CE 7953 e do CPF de n. 410.940.853-91, com endereço na Rua Filadelfia 520, Luciano Cavalcante - Fortaleza/Ce., **FRANCISCO MALCIDES PEREIRA DE LUCENA**, brasileiro, casado, médico, portador da C.I. de n. 3229 - CRM/CE e do CPF de n. 112.494.633-00, com endereço na Rua Filadelfia 520 - Luciano Cavalcante, Fortaleza/Ce., **VALDO MIRANDA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da C.I. de n. 990.104.585.48 e do CPF de n. 749549113-20, rua R3 1701 Lot PRQ Alto Alegre Fortaleza/Ce., CEP 60765-680, **NEY ROBSON VIEIRA DE ALENCAR**, brasileiro, casado, odontólogo, portador do RG de n. 936415 - SSP/RN e do CPF de n. 460.990.774-72, residente na Rua Pedro Velho n. 99 - bairro Santo Antonio - Mossoró/RN - CEP 59.611.010, **JULIO CESAR DA COSTA**, brasileiro, casado, RG: 89003010949 SSP Ce CPF: 071.628.553-34 Rua: Andrade Furtado Nº147 apto. 104 - Cocó - Cep: 60.192.070 Em seguida, colocou-se em discussão a alteração do nome da entidade e após várias discussões a assembléia aprovou o novo nome: **INSTITUTO ADVENTUS DE GESTÃO PÚBLICA** o que altera também o Artigo 1º do Estatuto Social que passa a ter o seguinte texto: Art. 1º - O Instituto Adventus de Gestão Pública doravante designado por entidade, constituído em 19/07/2010, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na RODOVIA GO 118 KM 223 ZONA RURAL NA CIDADE DE TERESINA DE GOIAS - GO Dando seqüência aos trabalhos colocou em votação a eleição da nova diretoria, com mandato por prazo conforme estabelece o estatuto social, tendo em vista a renúncia coletiva dos atuais membros. A diretoria fica assim composta por: **Presidente FRANCISCO MALCIDES PEREIRA DE LUCENA**, Primeira Diretora **ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA** e Conselheiros fiscais **VALDO MIRANDA DA SILVA**, **NEY ROBSON VIEIRA DE ALENCAR**, **JULIO CESAR DA COSTA** todos acima qualificados, que são eleitos e tomam posse neste ato por decisão unânime desta assembléia. Os ora empossados na diretoria declaram não ser funcionários públicos conforme determina a legislação vigente.

SELO NO VERSO
Cartório Teresina

Ab 49
Reg 107
Marta Nery Cunha Costa
Oficial Registrante

Dando sequência para o último item da pauta, assuntos gerais o presidente desta assembleia coloca em votação, sendo também aprovado por unanimidade, a aprovação dos pedidos de demissão de todos os atuais associados da entidade ficando o quadro de associados composto apenas pelos diretores e conselheiros fiscais ora eleitos neste ato, que passam a compor o quadro associativo da entidade, devendo os novos membros a partir de agora definir e aprovar novos proponentes a associados de acordo com as normas estabelecidas no estatuto social. A diretoria eleita deve providenciar os tramites legais obrigatórios tais como alteração do CNPJ, registro em cartório competente e etc. Finalmente, nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo presidente eleito e secretário AD-HOC desta assembleia, pela primeira diretora eleita e pelo presidente desta assembleia. Do que para constar e produzir seus devidos e legais efeitos, lavrei e assino juntamente com o presidente desta assembleia.

Teresina de Goiás (GO) 10 de julho de 2012

ANTONIO CARLOS TRAVASSOS VIEIRA
Presidente desta Assembleia

FRANCISCO MALCIDES PEREIRA DE LUCENA
Presidente eleito e secretário AD-HOC

ERINALDA CAVALCANTE SCARCELA DE LUCENA,
Primeira Diretora Eleita

Protocolado no livro 5-A página número 39
sob número de Ordem 310 Apresentado hoje
sobre Registro em 1º lugar e sem concorrência R\$ 15.
TRADA, por inscrição às folhas 48 do livro 4-2
(REGISTRO DIVERSOS) sob número de Ordem 107
Teresina de Goiás 05 de dezembro de 2012.

Selo 01918000235

Quotas R\$ 18,92. Selo 01918000235
Taxa fed R\$ 9,64

2º REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Rua Coronel Batista, 111
Centro - Arapozópolis/GO
Fone/Fax: (62) 3374-6044

Reconheço por Verdadeira a assinatura indicada de ANTONIO
CARLOS TRAVASSOS VIEIRA, CNPJ nº 0988510025-00
Arapozópolis-GO, 03 de julho de 2012 - 14:52:34h.

Em test. de verdade

Gustane Divina Costa

Oficial - Tabelião

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <u>ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES</u>	
CNPJ: <u>02.486.028/0001-97</u>	
ENDEREÇO: <u>AVENIDA PEDRO ALVES TABARI</u>	
BAIRRO: <u>CENTRO</u>	Nº: <u>SIN.</u>
CIDADE: <u>TERESINA DE GOIÁS</u>	UF: <u>GO</u>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>EMÍLIA SOARES DE BRADO</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 21 de SETEMBRO de 2017

Emília Soares do Prado
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.496.028/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/04/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS PEQUENOS AGRICULTORES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASKADIA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PEDRO A.CABRAL		NUMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/08/2017 às 10:39:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

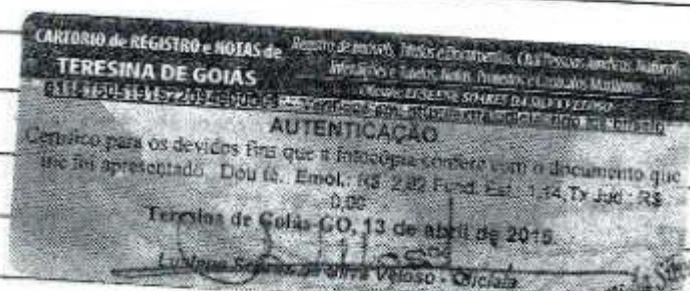
Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Ata número 18

da décima oitava assembleia Geral dos membros
associação dos pequenos agricultores Kalunga do
samento da fazenda Aladema, dos 12 dias do mês
de maio do ano de dois mil e quinze "12/12/2015" às
horas (15:00) da tarde, os membros associados
associação dos pequenos agricultores Kalunga do
samento da fazenda Aladema, para tratar da re-
e pauta prestação de conta de exercícios ante-
2. Eleição da diretoria e conselho fiscal e outros assu-
gerais. Iniciamos a reunião com abertura do atual
ciente Sr. Sivaldo Farias Moreira, onde ele falou
mensalidades que deveriam ser paga, deixan-
do o valor de R\$ 2.292,00 dois mil, duzentos e no-
e e dois reais que foi arrecadado durante seu
ato na presidência, incluindo também R\$ 100,00-
reais que a primeira dama Sr. Jesus contribuiu
a pagar a parcela, portanto este valor foi arrec-
e durante dois anos. Houve uma negociação da di-
na receita Federal mas conseguimos pagar só
(3) parcelas sendo seguintes valores R\$ 553,39/542
a outra 546,32 e 50,00 cinquenta reais que foi pago
o o contador, portanto sendo que no caixa tem
00,00 sessantes reais. O Presidente ainda falou que
de agora devemos esquecer quem pagou antes
sem não pagou e que deixare como proposta
começarem a pagar a partir de agora, deixando
to que devemos unir para regularizar a associ-
no decorrer da reunião tratamos também de deleg-
cto que a (presidência) presidente anterior continu-
na presidência Sr.ª Emilia Soares do Prado, portador
365361/SSP/GO 2. AVIA CPF: 788.205.701-06 residente e
miliada na fazenda Aladema diretor vice presi-
martinho Soares da Silva portador do RG: 383039

Delefino maia Pereira
Suores da silvicultura da cesta suafim



Luziana Soares da Silva Veloso
 Tabelada e Oficial Representante

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <u>INSTITUTO NASCENTES</u>	
CNPJ: <u>20.088.760/0007/00</u>	
ENDEREÇO: <u>RODOVIA GO 118. KM 225</u>	
BAIRRO: <u>ZONA RURAL</u>	Nº. <u>S/Nº</u>
CIDADE: <u>TERESINA DE GOIÁS</u>	UF: <u>GO</u>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>ANDRÉIA MOTA DOS SANTOS</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 15 de SETEMBRO de 2017

Andréia Mota dos Santos
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.088.760/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/12/2009
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO NASCENTES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO ROD GO 118, KM 225	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 9800-8660	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 17/09/2017 às 13:55:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO NASCENTES

Teresina de Goiás (GO), 15 de Agosto de 2014.

ANDREA MOTA DOS SANTOS
Presidente eleita e Secretária desta assembleia

SERVIÇOS DE NOTAS

SEI 01250.044796/2018-61 / pg. 74





SELO NO VERSO
Cartório Teresina

Protocolado as folhas 581/59 sob nº de
ordem 380 de livro A-5
registrada as folhas 136 do livro A-2
sob nº de ordem 138
Teresina de Goiás 09 de 09 de 2014
Oficial [Assinatura]

Luslene Soares da Silva Vêloso
Tabelião e Oficial Representante

24.856.221/0001-24
TABELIONATOS, REGISTROS PÚBLICOS
E CONTRATOS MARÍTIMOS
Distrito Judiciário de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante - Estado de Goiás
Rua da Liberdade, Qd. 49 Lt. 03 - Centro
Teresina de Goiás - Goiás

EMOL: R\$ 16.03
TAXA: R\$ 11.00
SELO: 467

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: PARTIDO DA REPÚBLICA	
CNPJ: 24.525.681/0001-70	
ENDEREÇO: AV. PEDRO ALVARES CABRAL, 00 01	
BAIRRO: CENTRO	Nº: 14
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: MARIO JESUS BARTOL MIRANDA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 13 de SETEMBRO de 2017.



ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.525.681/0001-70		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
MATRIZ		DATA DE ABERTURA 16/09/2015	
NOME EMPRESARIAL PARTIDO DA REPUBLICA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PR DE TERESINA DE GOIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 327-1 - ORGAO DE DIRECAO LOCAL DE PARTIDO POLITICO			
LOGRADOURO AV PEDRO ALVARES CABRAL, QUADRA 01, LOTE 14		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (62) 9613-4077	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/09/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/08/2017 às 08:55:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	22 - PARTIDO DA REPÚBLICA		
Órgão Partidário:	Órgão provisório		
Abrangência:	TERESINA DE GOIÁS - GO - Municipal		
Vigência:	Início: 16/09/2015 Final:		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	18/09/2015
Protocolo:	529412015		
Endereço:	AV. PEDRO ALVARES CABRAL	Bairro:	CENTRO
Município:	TERESINA DE GOIÁS / GO	CEP:	73.795-000
Complemento:	QD 01 14	CNPJ:	24.525.681/0001-70
Telefone:	(62) 9613-4077	Fax:	
Celular:			
E-mail:	jbartos@oi.com.br		

Cargo	Membro	Exercício / Situação
TESOUREIRO	JOSAQUIM WEIS BRUNO BARTOS MIRANDA	16/09/2015 - / Ativo
SECRETARIA	PAVLESKA BARTOS MIRANDA	16/09/2015 - / Ativo
VICE - PRESIDENTE	VINICIUS SANTANA COSTA	16/09/2015 - / Ativo
PRESIDENTE	MARIA DE JESUS BARTOS MIRANDA	16/09/2015 - / Ativo
MEMBRO	IVANESSA FRANCA LOPES	16/09/2015 - / Ativo
MEMBRO	JAKSON DELFINO DE FARIAS	16/09/2015 - / Ativo
MEMBRO	JURANDY FERREIRA DA SILVA	16/09/2015 - / Ativo
MEMBRO	MARIA EXPEDITA RODRIGUES DE MORAIS	16/09/2015 - / Ativo
MEMBRO	VALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS	16/09/2015 - / Ativo

Código de Validação	KKA6b7nfuFBxDZrD1DI+HJgGxUw=
Certidão emitida em	23/08/2017 08:02:48

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIÁS-GO	
CNPJ: 25.105.339/0001-83	
ENDEREÇO: PRAÇA TIRADENTES	
BAIRRO: CENTRO	Nº: 43
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: JOAQUIM MIRANDA	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 25 de AGOSTO de 2017.


ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 25.105.339/0001-83 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/06/1989
NOME EMPRESARIAL MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-8-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 124-4 - MUNICÍPIO			
LOGRADOURO PC TIRADENTES	NUMERO 43	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (061) 6871-110	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIAS			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/04/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/08/2017 às 10:43:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão


A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIÁS
Rua Sete de Setembro Quadra 16 Lote 06 - Centro
Tel.: (62) 3467-1176

Teresina - Goiás

TERMO DE POSSE DO PREFEITO

As dez horas do primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Ginásio de Esportes, situado na Avenida Pedro Álvares Cabral s/nº, nesta Cidade de Teresina de Goiás, em sessão solene de instalação de legislatura 2017/2020, na presença dos senhores vereadores eleitos em 02 de outubro de 2016, sob a Presidência do Vereador **ROMILSON HENRIQUE JACUNDÁ**, o qual convidou a Senhora Maria Cirlene de Moraes, para secretariar os trabalhos, compareceu o Senhor **JOSQUIM MIRANDA**, Prefeito eleito e legalmente diplomado, para prestar compromisso e tomar posse do cargo de Prefeito Municipal de Teresina de Goiás. Após as formalidades regimentais fez a afirmação solene de bem servir o cargo no qual é investido neste momento, prestando em voz alta o seguinte compromisso: "**PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A DO ESTADO, OBSERVAR AS LEIS, PARTICULARMENTE A LEI ORGÂNICA DESTA MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO**". A seguir o Presidente declarou legalmente empossado no cargo de Prefeito do Município de Teresina de Goiás, o Senhor **JOSQUIM MIRANDA**. Para constar, eu Maria Cirlene de Moraes, secretária designada, lavrei o presente termo que, depois de lido em sessão solene, vai assinado por mim, pelo Prefeito empossado, Vice-Prefeito, pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores presentes.

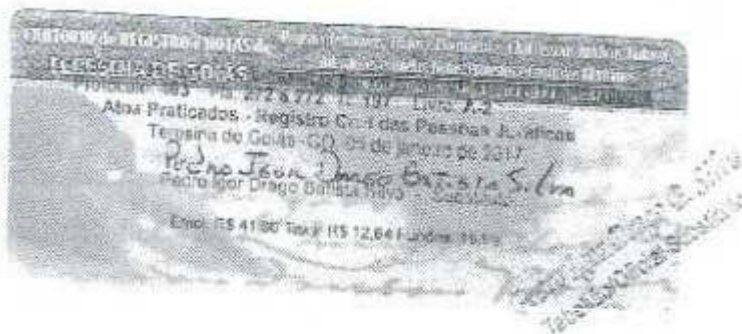

MARIA CIRLENE DE MORAIS
Secretária


JOSQUIM MIRANDA
Prefeito


ROMILSON HENRIQUE JACUNDÁ
Presidente

Demais vereadores:

→ Teresina - Goiás



28.515.972/0001-38
CARTÓRIO TERESINA
Distrito Judicial de Teresina de Goiás
Comarca de Teresina de Goiás
Praça Tiradentes, Sala 01-Centro
CEP: 73.005-000
Teresina de Goiás - GO

ABELIONATO 1º DE NOTAS
VILMON MARTINS DO NASCIMENTO
TABELÃO DE BELA VISTA DE GOIÁS - ESTADO DE GOIÁS
TABELÃO DE NASCIMENTO
01181704031739094900266 - Verifique em:
<http://extrajudicial.tes.jus.br/tele>
AUTENTICAÇÃO
Certifico para os devidos fins que a fotocópia confere com
o documento que me foi apresentado. Dou fé. Emol: R\$
3,00 Fund. Est: R\$ 1,17, Tx. Jud: R\$ 0,00
Teresina de Goiás - GO, 14 de setembro de 2017.
César Antônio Pinto Alade - Tabelião e Registrador

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: CONSELHO MUNICIPAL DE M. SOCIAL DE TERESINA DE GOIÁS	
CNPJ: 07.809.672/0001-79	
ENDEREÇO: PRATA TIAMANTES	
BAIRRO: CENTRO	Nº: 43
CIDADE: TERESINA DE GOIÁS	UF: GO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: WALTERIS CLAUDINO RESCEND	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 16 de SETEMBRO de 2012.

Walteris Claudino Rescend

ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.809.612/0001-79 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 30/11/1995			
NOME EMPRESARIAL CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TERESINA DE GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CMAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL RR 00.6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 120-1 - FUNDO PÚBLICO			
LOGRADOURO PC TIRADENTES		NÚMERO 43	COMPLEMENTO
CPF 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
INSCRIÇÃO ELETRÔNICA		TELEFONE (62) 3467-1110 / (62) 3467-1110	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE TERESINA DE GOIAS			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/11/1995	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 24/08/2017 às 08:23:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

DECRETO Nº 158 /2017, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

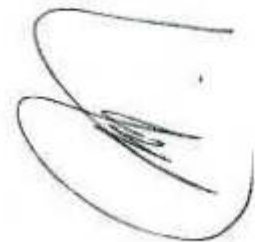
“Dispõe sobre a Designação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Teresina de Goiás e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA DE GOIÁS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e nos termos do Artigo 73, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica, a partir desta data, a recondução por mais 60 (sessenta) do Conselho Municipal de Assistência Social, com os seguintes membros:

- Valtenes Claudino Rezende – Presidente – Rep. do Governo – Sec. Transporte
- Aguires Cardoso Machado – Suplente – Representante do Governo
- Maria da Glória F. Rocha – Vice - Presidente – Sociedade Civil – Associação de Mulheres
- Hellen Fernandes Rocha – Suplente – Associação de Mulheres
- Edina Gonzaga da Cruz – Representante Governo - Educação
- Marildete Ribeiro – Suplente – Educação
- Jailton Pereira da Silva Rep. Governo – Sec. Administração
- Raquel Serafim dos Reis – Suplente - Sec. Administração
- Jorge Eduardo Gomes - Representante do Governo – Sec. Reg. Fundiária
- Vera Lucia Diniz – Suplente Sec. Reg. Fundiária
- Antero Tomaz de Lima – Rep. Governo - Dep. Limpeza Urbana
- Valdenice Rodrigues do Prado – Dep. Compras
- Joseme Pereira Lopes – Rep. Governo – sec. Saúde
- Juraci Gonzaga da Cruz – Suplente – Sec. Saúde
- Josué Faustino de Souza – Sociedade Civil – Associação dos Artesãos



ESTADO DE GOIÁS - PREFEITURA DE TERESINA DE GOIÁS

Praça Tiradentes nº 43 - Centro CEP: 73795-000 Teresina de Goiás - Goiás

site: www.teresinadegoias.go.gov.br contato: +55 062 3467-1140

CNPJ Nº: 25.105.339/0001-83



regenera Teresina de Goiás Quanto mais Teresina melhor!

- Maria Rocha da Silva – Sociedade Civil – Associação dos Evangélicos
- Reginaldo Costa Batista – Sociedade civil – Grupos de Capoeira e danças tradicionais
- Zilma rodrigues do Prado – Suplente – Grupo Paz e Ação em Busca de Saúde
- Neide Cesário de Tores – Sociedade Civil – Trabalhadores do SUAS
- Lorrane Oliveira Fonseca – Suplente – Trabalhadores do SUAS
- Zilda Rodrigues Prado da Silva – Sociedade Civil – Igrejas Evangélicas
- Ivanessa França Lopes – Suplente – Igrejas Evangélicas
- José Guilherme Gonzaga de Brito – Sociedade Civil - Cooper Frutos do Cerrado
- Kaline Ferreira Guedes – Usuários do Renda Cidadã

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina de Goiás, aos 15 dias do mês de setembro de 2017.


JOSIAQUIM MIRANDA
Prefeito Municipal

CERTIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que uma via deste documento foi afixada no Placar da Prefeitura Municipal de Teresina de Goiás.

Em 15/09/17


Assessoria - Carimbo

Jailton Pereira da Silva
Secretário de Administração
Dec. 010/2017



ESTADO DE GOIÁS - PREFEITURA DE TERESINA DE GOIÁS

Praça Tiradentes nº 43 - Centro CEP: 73795-000 Teresina de Goiás - Goiás

site: www.teresinadegoias.go.gov.br contato: +55 062 3467-1140

CNPJ Nº: 25.105.339/0001-83



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA	
RAZÃO SOCIAL: <u>PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA</u>	
CNPJ: <u>24.378.423/0001-31</u>	
ENDEREÇO: <u>RUA DAS YAMAYS QD. 58. LOTE 19</u>	
BAIRRO: <u>CENTRO</u>	Nº: <u>SIN.</u>
CIDADE: <u>TERESINA DE GOIÁS</u>	UF: <u>GO</u>
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: <u>WILLIAN ZÂNGIDO LOPES DOS SANTOS</u>	

A entidade acima qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do art. 9º, §2º, VI da Lei nº. 9.612/1998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** que tem interesse em receber autorização do Ministério das Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, aos 18 de JULHO de 2018.

Willian Zângido Lopes dos Santos
ASSINATURA

ATENÇÃO
Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de: -Cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) -Ata de eleição ou Termo de Posse do Declarante. (Com mandato vigente e que dure até a publicação do Aviso de Habilitação)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.578.423/0001-51 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/07/2015
NOME EMPRESARIAL PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRP DE TERESINA DE GOIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 327-1 - ORGAO DE DIRECAO LOCAL DE PARTIDO POLITICO			
LOGRADOURO R DAS ARARAS, QD. 58, LT. 19		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO PRPTERESINADEGOIAS@HOTMAIL.COM		TELEFONE (61) 9699-3526 / (62) 3467-1241	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/08/2017 às 08:58:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)
[Voltar](#)


Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
 Atualize sua página



JUSTIÇA ELEITORAL
CERTIDÃO DA COMPOSIÇÃO - COMPLETA

CERTIFICO que se encontram anotados nos assentamentos da Justiça Eleitoral o seguinte órgão partidário e seus membros.

Partido Político:	44 - PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA		
Órgão Partidário:	Órgão provisório		
Abrangência:	TERESINA DE GOIÁS - GO - Municipal		
Vigência:	Início: 28/07/2015 Final:		
Situação do Órgão:	Anotado	Data de Despacho:	30/07/2015
Protocolo:	374642015		
Endereço:	RUA DAS ARARAS QD.58, LT.19	Bairro:	CENTRAL
Município:	TERESINA DE GOIÁS / GO	CEP:	73.795-000
Complemento:		CNPJ:	24.578.423/0001-51
Telefone:	(62) 3467-1241	Fax:	(62) 3467-1241
Celular:	(61) 9699-3526		
E-mail:	artigodogueto@hotmail.com		

Cargo	Membro	Exercício / Situação
2º - TESOUREIRO	LUCAS MARCOLINO DA SILVA ALVES	28/07/2015 - / Ativo
SECRETÁRIA GERAL	CLEANIA MARCOLINA DE SOUZA	28/07/2015 - / Ativo
1º - SECRETÁRIA	CRISTIANE MARIA DA SILVA CUNHA	28/07/2015 - / Ativo
1º - TESOUREIRA	SELMA PEREIRA DA SILVA	28/07/2015 - / Ativo
VICE - PRESIDENTE	FERNANDO PEREIRA PINTO	28/07/2015 - / Ativo
PRESIDENTE	WILLIAN CÂNDIDO LOPES DOS SANTOS	28/07/2015 - / Ativo
SECRETÁRIO DE MOVIMENTOS POPULARES	ELDIMAR GABRIEL DA SILVA	28/07/2015 - / Ativo
SECRETARIA DA MULHER	LEYLANE GONZAGA DA SILVA	28/07/2015 - / Ativo
SECRETÁRIO DA JUVENTUDE	VINICIUS RODRIGUES LOUREDO	28/07/2015 - / Ativo

Código de Validação	+kC1HV1vqBHNCxy1LXkhpiBbvU0=
Certidão emitida em	23/08/2017 08:01:05

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/Nº. CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM (a) PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, com sede na AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000, inscrita no CNPJ: 28.496.664/0001-02, através de seu presidente Sr. ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE NASCIMENTO: 01/04/1982, NATURALIDADE: TERESINA-PI, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, S/Nº, ZONA RURAL, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA, Presidente Nacional da ABERTCOM - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão Comunitária, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP - TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Nº. 01, Setor Parque Mirante, Arraias, estado de Tocantins, CEP: 77.330-000, fone: (63) 98454-6336. A QUEM CONFERE PODERES PARA: representar a entidade junto ao MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ANATEL e CARTÓRIOS, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à outorgante, podendo para tanto o dito procurador PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHE EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE - DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE E O QUE FOR NECESÁRIO PARA CUMPRIMENTO DESSA PROCURAÇÃO, podendo para isso, requerer e assinar documentos que for preciso e praticar quaisquer outros atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Teresina de Goiás-GO, 02 de julho de 2018.

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPN QD 504, ED. MARIANA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF

FONE: (61) 3326-5234/3033-2500/3702-7474

406@denotaf.com

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0454706]-ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

.....

.....

.....

Selo TJDF 20180090633150XVXF

BBB, 02/07/2018 - 15:07:18 - Consultar selo: www.tjdft.jus.br

GBDS-Tabellão: Evaldo Feltosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

Petição

(3225262)

SEI 01250.044796/2018-61 / pg. 90

Wesley Capitullino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



REGISTRO GERAL
NOME 394.751 2ª Via
PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA
FILIAÇÃO SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA
NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP
DOC. ORIGEM CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP. 15/04/2011
SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO
963.008.841-04
DATA DE EXPIRAÇÃO 08/12/2014
DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981
SANTANA
L. 81 Nº 7, 118 DE 29-08-83



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500447252018

9/20/18 2:43 PM

Página 1 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	GO	TERESINA DE GOIÁS	01250.044725/2018	112	13S4641	47W1559	EMA	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
0.07	GO	TERESINA DE GOIÁS	53670.000166/1999	0	13S4643	47W1558	RAQ	ASSOCIACAO DOS MICRO PRODUTORES DE TERESINA DE GOIAS
0.13	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.014667/2009	0	13S4637	47W1558	ARQCD I	ASSOCIACAO DE MORADORES DE TERESINA DE GOIAS
0.63	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.030087/2003	20	13S4632	47W1540	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS ARTESAO S DE TERESINA DE GOIAS
0.73	GO	TERESINA DE GOIÁS	01250.052622/2017	0	13S4625	47W1541	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES DE TERESINA DE GOIAS
1.27	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.000056/2001	0	13S4600	47W1600	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MEIO NORTE GOIANO-PRORURAL
18.63	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.064878/2005	20	13S3708	47W1245	ARQDE F	ASSOCIACAO KALUNGA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EMA
18.99	GO	CAVALCANTE	53000.055555/2008	29	13S4733	47W2630	ARQDE F	CENTRO DE REFERENCIA NA ORGANIZACAO COMUNITARIA E LUTA POPULAR DE CAVALCANTE
19.73	GO	CAVALCANTE	53000.036292/2003	0	13S4759	47W2652	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA MORRO ENCANTADO - ACEME
19.73	GO	CAVALCANTE	53000.047268/2004	29	13S4758	47W2652	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA MORRO ENCANTADO - ACEME
20.85	GO	CAVALCANTE	53670.000534/1998	3	13S4725	47W2732	ARQDE F	SINDICATO RURAL DE CAVALCANTE
20.92	GO	CAVALCANTE	53670.000043/2000	6	13S4758	47W2731	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PROGREDIR CAVALCANTE - GOIÁS
20.99	GO	CAVALCANTE	53000.014695/2010	29	13S4816	47W2731	ARQDE F	ARTE E VIDA AMBIENTAL ATRAVES DA EDUCACAO CULTURA E TRABALHO SUSTENTAVEL



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500447252018

9/20/18 2:43 PM

Página 2 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
21.01	GO	CAVALCANTE	53000.050153/2005	0	13S4729	47W2737	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CAVALCANTE
21.02	GO	CAVALCANTE	53000.090664/2006	0	13S4754	47W2735	RAQ	CENTRO ESPÍRITA APRENDIZES DO EVANGELHO
21.09	GO	CAVALCANTE	53000.022250/2010	29	13S4722	47W2740	ARQDE F	ASSOCIACAO KALUNGA DE CAVALCANTE
21.57	GO	CAVALCANTE	53670.000649/1998	4	13S4334	47W2731	ARQDE F	MOVIMENTO DOS MORADORES DE CAVALCANTE
31.08	GO	CAVALCANTE	53000.011342/2006	20	13S3458	47W2819	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO KALUNGA DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ENGENHO II
42.44	GO	NOVA ROMA	53000.000478/2003	19	13S4447	46W5230	ARQDE F	ASSOCIACAO E FUNDACAO NOVA ROMA
42.44	DF	BRASÍLIA	53000.063205/2006	21	13S4447	46W5230	ARQDE F	SB FM Associação Cultural e Fundação de Rádiodifusão Comunitária
47.91	GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	53670.000554/1998	4	14S0800	47W3102	LDE	GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE
48.15	GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	53670.000440/1998	1	14S0800	47W3116	ARQDE F	INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS - IBDDC
Nº de Linhas: 0								

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação Rádio Comunitária Chapada FM, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Teresina de Goiás / GO**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2018, às 09:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3385058** e o código CRC **9CC08BD2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 3385058

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.496.664/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PEDRO ALVARES CABRAL	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **07/11/2018** às **13:51:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CNPJ: **28.496.664/0001-02**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 13:48:12 do dia 07/11/2018 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.496.664/0001-02

Certidão nº: 161772627/2018

Expedição: 07/11/2018, às 13:53:29

Validade: 05/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.496.664/0001-02**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044725/2018-68, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, na localidade de Teresina de Goiás/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 07/11/2018, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3539438** e o código CRC **9A5875F5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 3539438

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/Teresina de Goiás/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 07/11/2018, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3539450** e o código CRC **3B1C75E7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 3539450

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____/____/_____, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	

Assinatura:	
-------------	--

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.551.876/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/11/2011
NOME EMPRESARIAL ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO 72437502149			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TECHMIDIA - ESTRUTURA PARA EVENTOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV PARANOIA BLOCO 9	NÚMERO 07	COMPLEMENTO SALA 103	
CEP 71.571-710	BAIRRO/DISTRITO PARANOIA	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO toninhokb@hotmail.com		TELEFONE (61) 9277-2767	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/11/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **07/11/2018** às **14:06:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Município/UF: TERESINA DE GOIÁS/GO **EXIGÊNCIAS**

Processo nº: 01250.044725/2018-68 CNPJ: 28.496.664/0001-02

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3224466) PEDIR

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: fl. ()

4. Estatuto Social: (3224473; 3224476) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3224472) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3224481) para o período de 28/06/2018 a 28/06/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3224484)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho – Presidente – f.2/3	não	016543802070 01/04/1982	724.375.021-49	Não
Eguimar Jacob Vargas Júnior – Vice-Presidente – f. 4	Não	014751252097 04/09/1979	697.384.161-91	Não
Wallas Rodrigues Farias – Dir. Administrativo – f.5	Não	052569881082 15/04/1989	027.110.421-03	Não
Divino Gregório de Souza - Dir. Operações – f.7/8	não	002436062003 15/12/1958	169.818.981-87	Não

8. Manifestações em apoio: (3225282; 3225286)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3224468)

11. Pesquisa Anatel (3539432)e Radar (3539438)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3539450)

12.1 CNPJ (3539429), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3539435)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar novo Anexo 2. Comprovar residência de Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho, uma vez que possui empresa individual em Brasília.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
- e) Órgão administrativo e cargos:
- f) Atribuições do Órgão administrativo:
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede:
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
- c) Direitos dos associados:
- d) Deveres dos associados:
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa:
- f) Fontes de recursos para sua manutenção:
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos:
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas:
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos:
- k) Critérios de eleição dos administradores:
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: ()
- 2.2 Certidão FGTS: ()
- 2.3 Certidão PGFN : ()
- 2.4 Certidão CNDT: ()
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: ()

3. Pesquisa Anatel e Radar: ()

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 24811/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS - FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Teresina de Goiás/GO.**

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	<p>A Entidade deverá encaminhar novo Requerimento de Outorga, conforme modelo em anexo (3539459) contendo todas as declarações nele elencadas, <u>uma vez que há alteração no item XIII, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.</u></p> <p>Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser assinado por todos os dirigentes.</p> <p>Observação: no final do Requerimento de Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.</p>

3. A Entidade deverá enviar documentos que comprovem a residência de Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho na área da comunidade atendida, uma vez que possui empresa individual em Brasília, conforme Anexo 3539469, conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998.

CONCLUSÃO

4. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, **Técnico de Nível Superior**, em 07/11/2018, às 17:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2018, às 07:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



Minutas e Anexos

Requerimento de outorga 3539459

CNPJ Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho 3539469

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 3539494



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 44773/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM (CNPJ nº
28.496.664/0001-02)
Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Centro
73795-000 - TERESINA DE GOIÁS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo
nº 01250.044725/2018-68.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24811/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2018, às 07:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3539551** e o código CRC **10A4785F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44773/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044725/2018-68 - Nº SEI: 3539551



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

44773



Correios
RS 14,20
10-11-2018 - 08:11
AR

AO REMETENTE

☐ Mudou-se ☐ Desconhecido
☐ Não existe N° ☐ Não Procurado
☒ Endereço insuficiente

24 OUT 2018

Falta de e bte

Cláudio Semprônio de Castro
Assinatura do Remetente
Matrícula: 1306114



Correios REGISTRADO URGENTE
registered priority

Recebido: 0,030

Assinatura: AR MP

Doc.

JU 08481393 9 BR



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N.º DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08481393 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

10/07/2010

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espaço das Mídia, Bloco R, Sala 307, Anexo C-01
70.044-900 - Brasília - DF

BRASIL
BRÉSIL

(ETIQUETA DO CAMBIO AP)

REMETENTE:

ENDEREÇO:

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Espaço das Mídia, Bloco R, Sala 307, Anexo C-01
70.044-900 - Brasília - DF



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 483/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM
Fazenda Pedra Branca, GO 118 , Zona Rural
73.795-000 / Teresina de Goiás - GO

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.044725/2018-68.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 44773/2018/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) endereço insuficiente

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Minutas e Anexos:

Ofício : 44773 - evento sei - 3539551

Nota Técnica : 24811 - evento sei - 3539494

Despacho Interno



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/01/2019, às 12:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3748847** e o código CRC **07286B69**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 483/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.044725/2018-68 - Nº SEI: 3748847



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SERAD/CGRC
Ofício nº 483/2019/SEI-MCTIC, 11/01/2019
01250.044725/2018-68
ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO
ASSOCIAÇÃO RÁDIO-COMUNITÁRIA CHAPADA FM
Fazenda Pedra Branca, GO 118, Zona Rural
73.795-000 Teresina de Goiás / GO

BRASIL
GOIÁS
TERESINA DE GOIÁS

AO REMETENTE

11 FEB

8330001



Correios
R\$ 15,25
16.01.19 - 10:18
CARTA
ADF VIA POSTAL / BSR



Correios REGISTRADO URGENTE
registered priority

Recebido: _____

Assinatura: _____ Doc: _____

AR MP

JT 79383113 5 BR

 AVISO DE RECEBIMENTO AVIS C1027		AR		JT 79383113 5 BR	
DATA DE POSTAGEM / DATA DE DEPÓSITO 16 JAN 2019		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVAS DE LIVRAMENTO			
UNIDADE DE POSTAGEM / UNIDADE DE DEPÓSITO BRASILIA - BS					
PREENCHER COM LETRA DE FORMA					
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO RECEBENTE / NOME OU RAZÃO SOCIAL DO CORRESPONDENTE					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO					
CIDADE / LOCALIDADE					
Serviço Público Federal Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações Secretaria de Radiodifusão Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste 70.044-900 Brasília - DF					
BRASIL BREVÊ					

REMETENTE:

ENDEREÇO:

Serviço Público Federal
 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 Secretaria de Radiodifusão
 Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
 Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
 70.044-900 Brasília - DF

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº., CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP. 73.795-000

Ofício nº. 01/MCTIC/2019

Teresina de Goiás - GO, 04 de janeiro de 2019.

A. Senhora.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - Esplanada dos Ministérios

BRASÍLIA-DF

ASSUNTO: RESPOSTA AO OFÍCIO 44773/2018/SEI-MCTIC

CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO

PROCESSO: Nº. 01250.044725/2018-68

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, faço uso deste expediente para, em resposta ao **44773/2018/SEI-MCTIC** apresentar a documentação solicitada na **NOTA TÉCNICA 24811/SEI-MCTIC**.

Com relação a empresa de propriedade de ANTONIO DE PADUA com sede em Brasília-DF, bem como sobre a comprovação de que o mesmo reside em Teresina de Goiás, presto os seguintes esclarecimentos:

Com relação a empresa individual TECHMIDIA – ESTRUTURA PARA EVENTOS, a mesma foi fundada em 01/11/2011, na época o senhor Antônio de Pádua residia em Brasília. Depois mudou-se para Teresina de Goiás-GO, cidade próxima ao DF, mas optou em manter a empresa no mesmo endereço, tendo em vista que desenvolve trabalhos em todo o território nacional, incluindo para o Município de Teresina de Goiás, conforme Nota fiscal em anexo.

Para comprovação de residência, encaminho o IPTU do imóvel de sua propriedade em Teresina de Goiás-GO, bem como faturas de telefone.

Na época que essa requerente protocolou o processo de outorga, o senhor Antônio de Pádua residia na uma propriedade rural, mas devido a venda da mesma, hoje ele reside em sua casa localizada na RUA FERNÃO DIAS PAES LEME, QUADRA 12, LOTE 13, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS-go, CEP: 73.795-000.

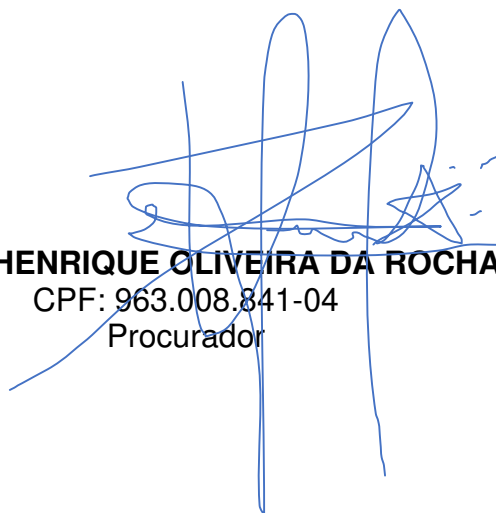
As devidas adequações já foram feitas no Requerimento de Outorga, que segue com a correção solicitadas no Nota Técnica.

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº., CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP. 73.795-000

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.



PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

CPF: 963.008.841-04

Procurador

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Razão Social: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM	
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM	
CNPJ: 28.496.644/0001-02	
Endereço de Sede: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.795-000
Município: TERESINA DE GOIÁS	UF: GOIÁS
Nome do representante legal:	ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO
Endereço eletrônico (e-mail)	abertcomsei@gmail.com

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.795-000
Município: TERESINA DE GOIÁS	UF: GOIÁS

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL	S/Nº.
Bairro: CENTRO	CEP: 73.795-000
Município: TERESINA DE GOIÁS	UF: GOIÁS
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: 13 ° (N/S) 46 ' 41 "
	Longitude: 47 ° W 15 ' 59 "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº **112/2018/EI-MCTIC**, publicado no Diário Oficial da União de **04/06/2018**, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.


X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;


XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e


XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente: ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO			
Cargo: PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 016543802070	
RG: 1994401	Órgão Emissor: SSP-PI	CPF: 724.375.021-49	
Endereço: RUA FERNÃO DIAS PAES LEME, QD 12			Nº: 13
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

Nome do dirigente: EGUIMAR JACOB VARGAS JUNIOR			
Cargo: VICE PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 014751252097	
RG: 1904730	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 697.384.161-91	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, CENTRO			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

Nome do dirigente: WALLAS RODRIGUES FARIAS			
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO		Tit. Eleitor: 052569881082	
RG: 300284	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 027.110.421-03	
Endereço: FAZENDA PROGRESSO, GO-118			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

Nome do dirigente: DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA			
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES		Tit. Eleitor: 002436062003	
RG: 856648	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 169.818.981-87	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, CENTRO			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Assinatura: 			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.



PREFEITURA MUN DE TERESINA DE GOIAS
SEC. DE FINANÇAS
DUAM - DOCUMENTO ÚNICO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL
CNPJ: 25.105.339/0001-83 - PRAÇA TIRADENTES - CENTRO - 73.795-000

CONTRIBUINTE: 8012 - ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO	CEP: 73.795-000	NÚMERO DUAM
NOME FANTASIA:	MUNICÍPIO: TERESINA DE GOIÁS	687
CNPJ/CPF: 724.375.021-49	BAIRRO: CENTRO	
ENDEREÇO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL,0 QD. 12 LT. 10		IPU

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL TRIBUTADO

CÓD / INS. CADASTRAL. **876 - 001.001.0012.0013.0000** ENDEREÇO: **RUA FERNÃO DIAS PAES LEME,0 QD. 12 LT. 13 - Comp.**
BAIRRO: **CENTRO** ÁREA TERRENO: **467.86 m²** VALOR M² TERRENO: **25.00**
SETOR FISCAL: **CENTRO** ÁREA TOTAL DO TERRENO: **0 m²** VALOR M² EDIFICAÇÃO: **150.00**
TIPO DE IMPOSTO: **TERRITORIAL** ÁREA EDIFICADA: **0.00 m²** VALOR VENAL LOTE: **14620.63**
TIPO IMÓVEL: **LOTE** ÁREA ABERTA EDIFICADA: **0 m²** VALOR VENAL EDIFICAÇÃO: **0.00**
ÁREA TOTAL EDIFICADA: **0.00 m²** VALOR VENAL TOTAL: **14620.63**

REFERÊNCIA	PARCELA	EMIÇÃO	VENCIMENTO	CÁLCULO VÁLIDO ATÉ	CONVÊNIO
01/2017	ÚNICA	31/03/2017	28/07/2017	28/12/2018	116280

*****ATENÇÃO CONTRIBUINTE*****

PAGUE SEU IPTU ATÉ 28 DE JULHO DE 2017 E TENHA UM DESCONTO DE 10% (DEZ) POR CENTO NO VALOR DO TRIBUTO, APROVEITE ESSA OPORTUNIDADE.
OS PEDIDOS DE REVISÃO DO IMPOSTO ATÉ 30 DIAS APOS O RECEBIMENTO.
APÓS O VENCIMENTO O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROCURAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

TRIBUTOS	QTD	B. CÁLCULO	ALÍQ	VR. ORIGINAL	ATUALIZAÇÃO	MULTA	JUROS	DESCONTO	TOTAL
001 - IPTU	0,00	14.620,63	0 %	43,86	0,00	0,88	7,46	0,00	52,20
008 - TAXA DE EXPEDIENTE	0,00	14.620,63	3,78 %	3,78	0,00	0,00	1,29	0,00	5,07
TOTAL		29.241,26		47,64	0,00	0,88	8,75	0,00	57,27

8160000000057274515201812280000006870000000

Autenticação

Via Contribuinte

Banco do Brasil S.A.

Local de Pagamento					Vencimento	
PAGÁVEL SOMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL E DOS CORREIOS					28/12/2018	
Beneficiário			CNPJ			
PREFEITURA MUN DE TERESINA DE GOIAS			25.105.339/0001-83			
Endereço					Nosso Número	
PRAÇA TIRADENTES - CENTRO - 73.795-000					00000000000000687	
Data do Documento		Espécie Doc.		Data do Processamento	Valor Original	
31/03/2017		DUAM		31/03/2017		47,64
					Atualização (+)	0,00
Imóvel Tributado Inscrição Cadastral: 876 - 001.001.0012.0013.0000 Endereco: RUA FERNÃO DIAS PAES LEME,0 QD. 12 LT. 13 - Comp. Setor: CENTRO Área Aberta Construída: 0,00 m2 Área Terreno: 467,86 m2 Área Edificada: 0,00 m2 Valor Venal: 14.620,63 *****ATENÇÃO CONTRIBUINTE***** PAGUE SEU IPTU ATÉ 28 DE JULHO DE 2017 E TENHA UM DESCONTO DE 10% (DEZ) POR CENTO					Multa (+)	0,88
					Juros (+)	8,75
					Descontos (-)	0,00
					Valor Cobrado	57,27

Contribuinte: **8012 - ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO**
CNPJ/CPF: **724.375.021-49**

CEP: **73.795-000**

Endereço: **AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL,0 QD. 12 LT 10.**

Cidade: **TERESINA DE GOIÁS**

Bairro: **CENTRO**

Autenticação Mécânica

Via Banco

81600000000-9 57274515201-5 81228000000-9 06870000000-0



Petição (6773364)

SEI 01280.002450/2018-76 / pg. 6

ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO
RUA FERNÃO DIAS PAES LEME QD 12 LT 13
CENTRO
73795 - 000 TERESINA DE GOIAS GO

Acesse sua conta e outros serviços:
No App Minha Claro
Na internet - minhaclaro.com.br
Pelo celular *1052#
No Atendimento Claro 1052
Para fatura em braille, ligue 1052

2ª Via de Fatura			
Número do seu Claro	Período de Uso	Vencimento	Total a Pagar
61 99277 2767	de 14/11/2018 a 13/12/2018	05/01/2019	R\$ 31,71

Valor pago na última conta: R\$ 64,52

Veja aqui o que está sendo cobrado

Individuais

Oferta Conjunta Claro MIX

R\$ 44,99

Aplicativos Digitais

-

Controle Mais 2,5GB + Minutos Locais Ilimitados (145)

-

Bônus de internet promocional 12 meses - 2GB - de 14/11/2018 a 18/11/2018

R\$ 0,00

Bônus de internet promocional 12 meses - 2GB - de 19/11/2018 a 13/12/2018

R\$ 0,00

Juros e Multa

R\$ 0,22

Descontos

R\$ -13,50

Total do Mês

R\$ 31,71

Total a Pagar

R\$ 31,71

Obs.: Os valores demonstrados acima são proporcionais ao cancelamento ou migração ou troca de plano efetuado.

Veja no verso os detalhes do seu plano e serviços.

Prezado Cliente,
Este boleto não quita débitos de meses anteriores.

Pague sua conta nos Bancos e Locais credenciados. Encargos por atraso serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o FUST e FUNTTEL (1% e 0,5% do valor dos serviços) não repassados ao cliente. Central de Atendimento da Anatel: 1331 - Ao ligar, informe o nº da reclamação registrada na prestadora.

Autenticação Mecânica:

Para uso do banco



Claro

Sr. Caixa, receber pagamento em dinheiro.

Pague sua conta nos bancos credenciados preferencialmente: Itaú, HSBC, Banco do Brasil, Santander e outros.

Cliente	Código Débito Automático	Período de Uso	Total	Vencimento
ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO	109758978	14/11/18 a 13/12/18	R\$ 31,71	05/01/19
Claro CO DDD 61 a 69				

84890000000-2 | 31710160201-8 | 90105109758-9 | 97801316122-2



Autenticação Mecânica solicitamos não rasurar, dobrar ou perfurar esta parte da fatura, para não danificar o código de barras.

Página 1773368 \$5,01230 002450/2019-76 / pg. 7

Regras de Suspensões

(*) Em cumprimento ao artigo 43 §2º da lei n. 8078/1990 e ao artigo 51, § 1º e 3º da Resolução n. 632/2014 da ANATEL, a Claro informa:
Art. 90 - Transcorrido 15 (quinze) dias da notificação de existência de débito vencido, o Consumidor poderá ter suspenso parcialmente o provimento do serviço.
Art. 93 - Transcorrido 30 (trinta) dias da suspensão parcial, o Consumidor poderá ter suspenso total o provimento do serviço.
Art. 97 - Transcorrido 30 (trinta) dias da suspensão Total do serviço, o Contrato de Prestação de Serviço pode ser rescindido.
Parágrafo Único: Rescindindo o Contrato de Prestação de Serviço, poderá ocorrer a inclusão no Registro do débito nos sistemas de proteção ao crédito.

Desconto por permanência	R\$	-13,50
Total	R\$	-13,50

Documento Financeiro N° 001934813 / 122018

Claro S/A
ST SCN Quadra 3, 01 Asa Norte
CEP 70713 - 000 - Brasília - DF
CNPJ 40.432.544/0440-04
Inscrição Estadual: 07.473.181/004-37
Atendimento Claro: 1052
www.claro.com.br

ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO
RUA FERNÃO DIAS PAES LEME QD 12 LT 13
CENTRO
73795 - 000 TERESINA DE GOIAS GO

CPF/CNPJ: 724.375.021-49
Nº da Conta: 109758978
Nº do Cliente: 103490493

Data de Emissão: 14/12/2018
Período: 14/11/2018 à 13/12/2018

Descrição

Juros e Multa

Valor Cobrado (R\$)

0,15

Valor Total dos Serviços

R\$

0,15

Tributo Federal (PIS e COFINS) - Percentual aproximado = 3,65%

Nota Fiscal de Serviços de Telecomunicações N° 002731628/122018

Claro S/A
ST SCN Quadra 3, 01 Asa Norte
CEP 70713 - 000 - Brasília - DF
CNPJ 40.432.544/0440-04
Inscrição Estadual: 07.473.181/004-37
Atendimento Claro: 1052
www.claro.com.br

ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO
RUA FERNÃO DIAS PAES LEME QD 12 LT 13
CENTRO
73795 - 000 TERESINA DE GOIAS GO

CPF/CNPJ: 724.375.021-49
Nº da Conta: 109758978
Nº do Cliente: 103490493

Modelo: 22 Serie B23 Via Única
Data de Emissão: 14/12/2018
Período: 14/11/2018 à 13/12/2018
CFOP: 5307

Reservado ao Fisco:
d2f4.8dff.0e95.611e.3a04.2034.97dc.00c4

Tributo Estadual	ICMS	Base de Cálculo (R\$): 12,99	Alíquota (%): 28,00	Valor (R\$): 3,64	Isento/Não Tributável (R\$): -
		Base de Cálculo (R\$) ICMS	Valor ICMS	Isento/Não Tributável (R\$)	Valor (R\$)
Serviços					
Controle Mais 2,5GB + Minutos Locais Ilimitados -Franquia Li		6,63	1,86	-	6,63
Controle Mais 2,5GB + Minutos Locais Ilimitados -Internet		19,86	5,56	-	19,86
Desconto Controle Mais 2,5GB + Minutos Locais Ilimitados		-3,38	-0,95	-	-3,38
Desconto Controle Mais 2,5GB + Minutos Locais Ilimitados		-10,12	-2,83	-	-10,12
Valor Total da Nota Fiscal		12,99	3,64	-	12,99
Contribuição para o Fust 1% e Funttel 0,5% sobre os valores dos serviços de telecomunicações - Não repassados ao cliente. Tributos Federais (PIS e COFINS) 3,65%					

Autorização para Débito em Conta

Autorizo o Débito Automático dos valores devidos em razão de serviço móvel pessoal prestado pela Claro CO DDD 61 a 69 na conta corrente abaixo especificada. Comprometo-me a manter saldo suficiente e disponível para arcar com o débito destes valores na data do seu vencimento. O código de identificação para Débito Automático está impresso abaixo.

Código Débito Automático: 109758978 Claro CO DDD 61 a 69

Nome do Cliente:

Banco:

Número da conta Corrente:

Agência:

CPF/CNPJ:

Data:

Assinatura:

84890000000-2 | 31710160201-8 | 90105109758-9 | 97801316122-2

Petição (3775356) SEI 01250.002450/2019-76 / pg. 8

Pág. 2 / 3

Cobrança de Terceiros N° 002513120/122018

	Quantidade	Unitário R\$	Valor R\$
CNPJ: 09.132.659/0010-67			
Aplicativos Digitais - Claro Games	1	8,50	8,50
Juros e Multa	1	0,07	0,07
CNPJ: 02.667.694/0001-40			
Aplicativos Digitais - Claro Vídeo	1	10,00	10,00

Valor Total dos Serviços	18,57
--------------------------	-------

Detalhamento de ligações e serviços do celular (61) 99277 2767

Claro Controle

Data	Hora	Origem-Destino/Crédito/serviço	Número	Oper. LD	Duração (s)/ Vol.(MB)	Dur. Efetiva	Tipo de Ligação	Débito/ Créd. (R\$)	Saldo(R\$)
20/11	02:49:12	FRANQUIA CONTROLE MAIS/On Line (eletrônica)						0,00	0,00
20/11	14:21:25	FRANQUIA CONTROLE MAIS/On Line (eletrônica)						0,00	0,00
21/11	00:00:00	DE			1,710		Plano de Internet	0,00	0,00
21/11	09:08:03	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993107799		00:01:12	00:01:08	Local	0,00	0,03
21/11	11:02:43	Distrito Federal (Área 61)/DF	61998753324		00:02:48	00:02:46	Local	0,00	0,03
21/11	11:11:07	Distrito Federal (Área 61)/DF	61998753324		00:01:54	00:01:52	Local	0,00	0,03
21/11	11:54:35	Distrito Federal (Área 61)	193				Chamada especial	0,00	0,03
21/11	11:55:36	Distrito Federal (Área 61)	192				Chamada especial	0,00	0,03
21/11	12:07:09	Distrito Federal (Área 61)	192				Chamada especial	0,00	0,03
21/11	17:45:15	Distrito Federal (Área 61)/DF	61992177792		00:00:30	00:00:27	Local	0,00	0,03
21/11	18:14:43	Distrito Federal (Área 61)/DF	61992357242		00:00:48	00:00:44	Local	0,00	0,03
22/11	00:00:00	DE			76,840		Plano de Internet	0,00	0,00
22/11	00:00:00	DE			18,410		Plano de Internet	0,00	0,00
22/11	15:35:17	Distrito Federal (Área 61)/DF	61992357242		00:01:36	00:01:31	Local	0,00	0,03
23/11	00:00:00	DE			288,630		Plano de Internet	0,00	0,00
23/11	20:15:20	Distrito Federal (Área 61)/DF	61984662110		00:01:12	00:01:09	Local	0,00	0,03
24/11	00:00:00	DE			91,620		Plano de Internet	0,00	0,00
25/11	00:00:00	DE			71,330		Plano de Internet	0,00	0,00
25/11	12:12:56	Distrito Federal (Área 61)/DF	61985580830		00:01:30	00:01:28	Local	0,00	0,03
26/11	00:00:00	DE			209,880		Plano de Internet	0,00	0,00
26/11	11:47:05	Distrito Federal (Área 61)/DF	61985177351		00:00:36	00:00:36	Local	0,00	0,03
26/11	12:52:12	Distrito Federal (Área 61)/DF	61982411131		00:00:30	00:00:26	Local	0,00	0,03
26/11	21:58:42	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:03:00	00:02:58	Local	0,00	0,03
27/11	00:00:00	DE			277,050		Plano de Internet	0,00	0,00
27/11	09:28:44	Distrito Federal (Área 61)/DF	61992357242		00:00:36	00:00:34	Local	0,00	0,03
27/11	20:33:23	Distrito Federal (Área 61)/DF	61992177792		00:00:30	00:00:15	Local	0,00	0,03
28/11	08:23:38	Distrito Federal (Área 61)/DF	6135565227		00:02:54	00:02:50	Local	0,00	0,03
29/11	07:08:59	PCT VOZ LDN ILIMITADO/On Line (eletrônica)						0,00	0,00
29/11	21:41:43	Distrito Federal (Área 61)/DF	61986366148		00:02:24	00:02:20	Local	0,00	0,03
30/11	00:00:00	DE			2,930		Plano de Internet	0,00	0,00
30/11	00:00:00	DE			68,160		Plano de Internet	0,00	0,00
01/12	00:00:00	DE			56,870		Plano de Internet	0,00	0,00
01/12	19:59:54	Distrito Federal (Área 61)/DF	61983087885		00:01:54	00:01:51	Local	0,00	0,03
02/12	10:08:01	Distrito Federal (Área 61)/DF	61998654675		00:00:30	00:00:27	Local	0,00	0,03
03/12	00:00:00	DE			265,610		Plano de Internet	0,00	0,00
03/12	00:00:00	DE			107,400		Plano de Internet	0,00	0,00
03/12	09:28:15	Distrito Federal (Área 61)/DF	6134623211		00:01:24	00:01:24	Local	0,00	0,03
03/12	09:51:23	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:00:54	00:00:49	Local	0,00	0,03
03/12	15:03:56	DE	FCF27888				Torpedo	0,00	0,03
03/12	16:13:31	Distrito Federal (Área 61)/DF	6133698525		00:02:48	00:02:43	Local	0,00	0,03
04/12	11:33:35	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:05:12	00:05:11	Local	0,00	0,03
04/12	11:39:33	Distrito Federal (Área 61)/DF	61992357242		00:03:06	00:03:03	Local	0,00	0,03
04/12	13:41:51	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:00:30	00:00:09	Local	0,00	0,03
04/12	13:42:41	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:00:36	00:00:31	Local	0,00	0,03
04/12	13:46:16	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:01:06	00:01:05	Local	0,00	0,03
04/12	13:54:54	Distrito Federal (Área 61)/DF	61993154650		00:00:36	00:00:36	Local	0,00	0,03
04/12	21:00:46	Distrito Federal (Área 61)/PI	2186994429823	21	00:15:00	00:14:56	Int. Nacional	0,00	0,03
05/12	11:11:53	Distrito Federal (Área 61)/DF	6134623211		00:00:30	00:00:22	Local	0,00	0,03
05/12	11:46:27	Distrito Federal (Área 61)/DF	61991975988		00:01:54	00:01:54	Local	0,00	0,03
05/12	18:06:43	Distrito Federal (Área 61)/DF	61983322760		00:00:48	00:00:47	Local	0,00	0,03
05/12	18:44:56	Distrito Federal (Área 61)/DF	61983322760		00:00:48	00:00:47	Local	0,00	0,03
05/12	19:14:07	Distrito Federal (Área 61)/DF	61983322760		00:00:30	00:00:14	Local	0,00	0,03
05/12	19:53:45	Distrito Federal (Área 61)/DF	61983322760		00:01:18	00:01:16	Local	0,00	0,03
06/12	14:18:12	Distrito Federal (Área 61)/DF	61985332735		00:02:00	00:01:57	Local	0,00	0,03
06/12	14:27:35	Distrito Federal (Área 61)/DF	6195971862			00:00:01	Local	0,00	0,03
06/12	14:32:00	Distrito Federal (Área 61)/DF	6195012271			00:00:01	Local	0,00	0,03
06/12	16:33:35	Distrito Federal (Área 61)/DF	61986078438		00:02:48	00:02:44	Local	0,00	0,03
06/12	17:27:23	Distrito Federal (Área 61)/DF	6133698525		00:00:30	00:00:17	Local	0,00	0,03
06/12	22:15:07	Distrito Federal (Área 61)/DF	61983284550		00:02:00	00:02:00	Local	0,00	0,03



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
NOTA FISCAL AVULSA**

1ª VIA

Chave de Acesso 531512145518760001300003783713	Número NFAe 000378371	Valor Total 1.380,00	Data de Emissão 29/12/2015 17:19:37	Data de Saída 29/12/2015 17:19:37
Natureza da operação LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS - OUTRA UF		CFOP 6949 - OUTRA SAÍDA DE MERCADORIA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO ESPECIFICADO		

DADOS DO REMETENTE E/OU PRESTADOR DO SERVIÇO

Nome / Razão Social ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO 72437502149		CPF / CNPJ 14551876000130	Inscrição Estadual 0759124700130	
Endereço CLN 213 BLOCO D LOJA Nº217	Bairro / Distrito ASA NORTE	Município BRASILIA	UF DF	CEP 70.872-540
O remetente acima declara ser de sua propriedade os bens discriminados nesta Nota Fiscal Avulsa, responsabilizando-se civil e criminalmente pela procedência dos mesmos. E por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração.				

DADOS DO DESTINATÁRIO E/OU TOMADOR DO SERVIÇO

Nome / Razão Social FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		CPF / CNPJ 07809606000111	Inscrição Estadual	
Endereço PRACA TIRADENTES NUMERO 46	Bairro / Distrito CENTRO	Município TERESINA DE GOIAS	UF GO	CEP 73.795-000

PRODUTOS E SERVIÇOS DA NFAe

Item	Descrição	Qtde	Valor Unit.	Unid.	Alíquota (%)	Base de cálculo	Imposto
1	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VISUAL. CAIXAS DE SOM, AUTO FALANTES, PEDESTAIS, CABOS, ENTRE OUTROS	1	1.380,00	01	0,00	1.380,00	0,00
Totais						1.380,00	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A emissão da Nota Fiscal Avulsa não implica o reconhecimento da legalidade e da regularidade fiscal da operação e prestação dos serviços, podendo o Fisco, a qualquer tempo, em face de constatação de qualquer irregularidade, exigir o imposto devido.
A emissão do documento fiscal não implica dispensa da retenção dos tributos federais.



531512145518760001300003783713

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, que o Sr. **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO**, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE NASCIMENTO: 01/04/1982, NATURALIDADE: TERESINA-PI, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, S/Nº, ZONA RURAL, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000, na qualidade de presidente da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, com sede na **AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000**, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Mirante do Parque, Arraias-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, ANATEL, CARTÓRIO E RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHE EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE – DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Teresina de Goiás-GO, 02 de julho de 2018.

Antonio de Pádua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente



4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF

PHONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474

4ofiajodenotas@gmail.com

RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[0464706]-ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO

Selo TJDFT20180090633149GLPG

BSB_02/07/2018 - 15:05:57 - Consultar selo: www.tidft.jus.br

GADS-Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

Petição (3775359)

SEI 01250.002450/2019-76 / pg. 12

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

PILACÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

DICOM CNDM CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smartins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044725/2018-68, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, na localidade de Teresina de Goiás/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 15:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3799402** e o código CRC **BAC91003**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 3799402

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/Teresina de Goiás/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.
2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 15:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3799411** e o código CRC **C3C8449F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 3799411

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.496.664/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PEDRO ALVARES CABRAL	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **25/01/2019** às **15:16:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CNPJ: **28.496.664/0001-02**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:36:37 do dia 25/01/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.496.664/0001-02

Certidão nº: 166798861/2019

Expedição: 25/01/2019, às 15:18:38

Validade: 23/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.496.664/0001-02**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[illegible][illegible][illegible][illegible]

V C E H

[illegible][illegible]

			,	m			,		dB			,		dB			,		
--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \underline{\hspace{2cm}} - 20 \log \underline{\hspace{2cm}} = \underline{\hspace{2cm}} \text{ dBu}$$

$d(\text{km})$ = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDERECO

[illegible]

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

[illegible]

CIDADE			
UF			
CEP		TELEFONE	
FAX			
E-MAIL			
LOCAL		DATA	
ASSINATURA			

15 – DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO			
LOCAL		DATA	
ASSINATURA			

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

ATENÇÃO:

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.

Município/UF: TERESINA DE GOIÁS/GO **INSTRUÇÃO**

Processo nº: 01250.044725/2018-68 CNPJ: 28.496.664/0001-02

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3224466) ok

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775353)

4. Estatuto Social: (3224473; 3224476) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3224472) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3224481) para o período de 28/06/2018 a 28/06/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3224484)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho – Presidente – f.2/3	não	016543802070 01/04/1982	724.375.021-49	Não
Eguimar Jacob Vargas Júnior – Vice-Presidente – f. 4	Não	014751252097 04/09/1979	697.384.161-91	Não
Wallas Rodrigues Farias – Dir. Administrativo – f.5	Não	052569881082 15/04/1989	027.110.421-03	Não
Divino Gregório de Souza - Dir. Operações – f.7/8	não	002436062003 15/12/1958	169.818.981-87	Não

8. Manifestações em apoio: (3225282; 3225286)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3224468)

11. Pesquisa Anatel (3539432)e Radar (3539438)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3539450)

12.1 CNPJ (3539429), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3539435)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar novo Anexo 2. Comprovar residência de Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho, uma vez que possui empresa individual em Brasília.

25/01/2019: NT 24811/2018, ciência em 20/11/2018 ESRAD. CADSEI em 17/01/2019: Anexo 2 ok, esclarecimentos sobre residência do Presidente ok. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,I, II
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, II
- e) Órgão administrativo e cargos: 17
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 18/22-19, VII-presidente da entidade participa e preside reuniões do Conselho Comunitário
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 23

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 9 – é exclusão, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 9º e 10-sem previsão de defesa/recurso; 11-só recurso para esses casos
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 13
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 30
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 14, I
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 26
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 13,§1º
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 31

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (3799458)
- 2.2 Certidão FGTS: ausente
- 2.3 Certidão PGFN : ausente
- 2.4 Certidão CNDT: (3799480)
- 2.5 Justiça Federal dos dirigentes: (3799411)
- 3. Pesquisa Anatel (3799461)e Radar: (3799402)
- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES: 25/01/2019: Para instrução, estatuto social, apresentar Anexo 6/ART, certidões PGFN e FGTS. Pesquisas vínculos, TRF1 e TJGO ok.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 1380/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044725/2018-68**.

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Teresina de Goiás/GO**.

ANÁLISE

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 39, inciso II	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.	<p>A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (3799484).</p> <p>Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o <u>comprovante de pagamento da ART</u> (art. 39, § 2º da Portaria).</p> <p>Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).</p> <p>Observação 3: É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dados de funcionamento da estação, documento informando os seguintes itens: Nome do Dirigente, Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas da residência.</p>
			Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe

<p>Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018</p>	<p>Art. 22, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Cópia do estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>abaixo:</p> <p>a. Consta do art. 19, inciso VII do estatuto social que é atribuição do presidente "participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário", o que está em desacordo com o art. 113 da Portaria, que estabelece que o Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização. Assim, não pode haver nenhum controle pelo Presidente da Associação.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p>
			<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>Art. 57: a cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa</p>

	Estatuto social adequado ao Código Civil.	<p>e de recurso, nos termos previstos no estatuto, não abrange o art. 9º e 10 do estatuto, que prevê situações de "perda de direitos", mas que configuram, em tese, justa causa.</p> <p>Deve haver o direito de defesa e de recurso para qualquer situação que implique em penalidade ao associado.</p> <p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p> <p>Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão de comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
Art. 39, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.

7. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 25/01/2019, às 18:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/02/2019, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3799542** e o código CRC **BAA90BD9**.

Minutas e Anexos

Formulário de Dados 3799484



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 2758/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)
Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM (CNPJ nº
28.496.664/0001-02)
Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Centro
73795-000 - TERESINA DE GOIÁS - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo
nº 01250.044725/2018-68.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1380/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/02/2019, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3799574** e o código CRC **8AB752FE**.

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 2758/2019/SEI-MCTIC, 05/02/2019

01250.044725/2018-68

ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Centro.

73795-000 Teresinha de Goiás / GO

DE / AVE

A DO EMISSOR / MATÉRIA DO EMISSOR

PRIORITY / PRIORITAIRE

☐ EMISS☐ SEGURADO / VALOR DECLARAT

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE RECEPTION*Antônio P. Loureiro Lima Filho*

14 02 19

O COLUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORIGINAL DU RECEPTEUR

3199468

Cleyton Fernandes de Castro
 Agente de Correios - Carteiro
 Matrícula 81358113



JU 17986713 2 BR

TERMINATIVAS DE ENTREGA / TERMINATIVES DE LIVRACAO



PRESSIONER COM LETRA DE FORMA

NOME DO MILO SOCIAL DO RECEPTOR / NOME DO MILO SOCIAL DO RECEPTOR

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Estadão dos Ministérios, Bloco R, Sala 107, Anexo Calem

10.000-000 Brasília - DF

CHARGE / LOCALITE

BRASIL
BRASIL



Data de Envio:

25/02/2019 10:41:16

De:

MCTIC/Divisão de Processos de Rádio Comunitária <cgrc_rnv@mctic.gov.br>

Para:

abertcomsei@gmail.com

Assunto:

MCTIC - RADCOM - CORRESPONDÊNCIA DEVOLVIDA PELOS CORREIOS - 01250.044725/2018-68

Mensagem:

Prezado Senhor Representante Legal.

Informamos que as correspondências enviadas por este ministério estão sendo devolvidas pelos correios.

Favor informar um endereço de correspondência válido.

Att,

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária.

Anexos:

Aviso_de_Recebimento__AR__3872707_483.pdf
Oficio_3799574.html

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

Ofício nº. 02/MCTIC/2019

Teresina de Goiás-GO, 10 de março de 2019.

A. Senhora.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - Esplanada dos Ministérios

BRASÍLIA-DF

ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO

PROCESSO: Nº. 01250.044725/2018-68

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, faço uso deste expediente para, em resposta ao **Ofício: 2758/2019/SEI-MCITC**, solicitar a **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** para atender as solicitações da **Nota Técnica 1380/2019/SEI-MCTIC**.

Meu pedido se faz necessário em virtude da demora e dificuldade para obtenção da CND da Receita Federal do Brasil, pois não existe agência da RFB em nossa cidade sendo necessário o deslocamento de mais de 200km até a agência mais próxima, sendo necessário inclusive agendamento que nem sempre é possível em datas próximas e para conclusão do projeto técnico que o engenheiro não conseguiu entregar a tempo.

Em face ao exposto, peço a devida compreensão e que meu pedido de prorrogação de prazo seja atendido.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.



PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

CPF: 963.008.841-04

Procurador

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, que o Sr. **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO**, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE NASCIMENTO: 01/04/1982, NATURALIDADE: TERESINA-PI, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, S/Nº, ZONA RURAL, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000, na qualidade de presidente da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, com sede na **AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000**, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Mirante do Parque, Arraias-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, ANATEL, CARTÓRIO E RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHE EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE – DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Teresina de Goiás-GO, 02 de julho de 2018.

Antonio de Padua Loureiro Lima Filho

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente

4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPQ QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF

FONE: (61) 3326-5234/3088-2500/3702-7474

4oficiodenotas@gmail.com



RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[0464706]-ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

Selo TJDFT20180090833149GLPS

BSB, 02/07/2018 - 15:09:57 - Consultar selo: www.tjdft.jus.br

GBDS-Tabellão: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smartins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 7750/2019/SEI-MCTIC

Ao Senhor

ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM (CNPJ nº 28.496.664/0001-02)

Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Centro

73.795-000 - TERESINA DE GOIÁS - GO

Assunto: **Deferimento de prorrogação de prazo. Processo nº 01250.044725/2018-68.**

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 1380/2019/SEI-MCTIC (3926668), informo o **deferimento do prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 c/c art. 136-C da Portaria nº 4334/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.
2. Ressalto que na comunicação da resposta deverá constar os números do Processo e deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério.
3. Além disso, solicito que a Entidade mantenha atualizado o endereço de correspondência, sob pena de aplicação do art. 5º, parágrafo único da Portaria nº 4334/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC.
4. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/03/2019, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3964807** e o código CRC **3E7CDF2E**.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATARY

FORMULÁRIO DE DESTINATÁRIO DO OBJETO / FORMULÁRIO DE DESTINATARY

SERAD/CGRC

Ofício nº 7750/2019/SEI-MCTIC, 25/03/2019

Processo: 01250.044725/2018-68

ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

Associação Rádio Comunitária Chapada Fm

Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº - Centro

CEP: 73795-000

Teresina De Goiás / GO

USUÁRIO / VALOR DECLARADO

SIGNATURE / DO RECEBEDOR - SIGNATURE DU RECEVEUR

João S. Silva

01 04 19



Cleyton Fernandes de Castro
Agente de Correios - Carteiro
Matrícula 3358113

3499468

CONTIPOS

RECEBIMEN

AR

(CÓDIGO DE BARRAS E IDENTIFICADOR DE DOCUMENTO)

JU 18515091 6 BR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE OF RECEIPT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

28 MAR 2019

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE GERE

BRASIL - BR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO RUAZÃO SOCIAL DO RECEPTOR / NOME DU RUAISON SOCIALE DE L'ADRESSE

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Minérios, Bloco R, Sala 301, Anexo Des-
envolvimento - Brasília-DF

CIDADE / LOCALITE

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
REVOCAÇÃO
RETOUR



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

Ofício nº. 02/MCTIC/2019

Teresina de Goiás-GO, 10 de março de 2019.

A. Senhora.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS.

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações - Esplanada dos Ministérios

BRASÍLIA-DF

ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO

PROCESSO: Nº. 01250.044725/2018-68

Senhora Coordenadora.

Representando a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, faço uso deste expediente para, em resposta ao **Ofício: 2758/2019/SEI-MCITC**, apresentar a documentação solicitada na **Nota Técnica 1380/2019/SEI-MCTIC**.

Certo do pronto atendimento, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente.



PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

CPF: 963.008.841-04

Procurador

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

ATA AGE 01/2019. DE 19/02/2019

DELIBERAÇÕES: Alteração, votação e aprovação do novo Estatuto Social da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** de **TERESINA DE GOIÁS-GO**.

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2019, às 09h30min, abaixo relacionados reuniram em primeira e segunda convocação, à **AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000**. Fazendo uso da palavra o Presidente, senhor **ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO** disse a todos que devido a solicitações pelo Ministério das Comunicações se faz necessário alterar o Estatuto Social da entidade com a finalidade de adequá-lo as exigências, o presidente apresentou para apreciação o novo Estatuto Social da entidade consolidado com as alterações, que após a leitura integral aos presentes, foi colocado em discussão e votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**. Sem nada mais a tratar o Presidente encerrou a presente reunião, e, eu, **WALLAS RODRIGUES FARIAS**, Diretor Administrativo, lavrei esta ATA, que foi lida na íntegra, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, que vai assinada pelo Presidente e pelo Diretor Administrativo e na lista de presença por todos os presentes, seguindo posteriormente para o devido registro no cartório competente.

Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho
ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO
CPF: 724.375.021-49
Presidente

Pablo
OFÍCIO DE NOTAS DO DF

Henrique de Paula Miranda
OAB / DF nº 21.302

Wallas Rodrigues Farias
WALLAS RODRIGUES FARIAS
CPF: 027.110.421-03
Diretor Administrativo



Reinaldo Gomes
REINALDO GOMES
Escrevente
Cartório JK



AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

TERESINA DE GOIÁS - GO

OFICIO DE NOTAS DO DE



Dezir Henrique de Paula Miranda
OAB / DF nº 21.302



ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 01º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, associação composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, com sede na **AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, S/Nº. CENTRO, SÃO DOMINGOS, ESTADO DE GOIÁS, CEP. 73.860-000.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM utilizará como denominação fantasia **RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 02º- A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVER PROJETOS SOCIAIS NAS ÁREAS DE MEIO AMBIENTE, CULTURA, EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, bem como:

I. beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade além de desenvolver o turismo local e suas potencialidades;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos e cidadãs no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- f) fomentar pela democracia, independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, credo religioso, convicção política e filosófica;
- g) lutar por melhorias na educação, cultura e desporto, pela economia solidária e trabalho, pela habitação e pelo meio ambiente, apoiando a criança, adolescente, juventude, velhice;
- h) mobilizar a comunidade em torno da solução de seus problemas;

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



- i) promover eventos sociais, de lazer e culturais, como exposições, feiras e cursos agropecuários, mostras culturais, oficinas, cursos profissionalizantes e de capacitação e outros eventos afins;
- j) atuar junto aos órgãos competentes para buscar moradias através de projetos como o minha casa minha vida;
- k) Participar com o poder público, sempre que possível e necessário, para a organização de eventos culturais e sociais em benefício á comunidade;
- l) celebrar convênios com o poder público municipal, estadual, federal, autarquias de qualquer natureza, instituições de ensino público e privado e demais instituições da sociedade civil para execução de projetos nas areas de meio ambiente ações educativas, culturais e serviços que gerem emprego, que promovam geração de renda e desenvolvimento social em beneficio a comunidade local, **nos termos do art. 2º, §1º e §2º deste estatuto;**
- m) desenvolver projetos sociais de erradicação da fome, com arrecadação de alimentos, distribuição de cestas básicas e desenvolvimento de hortas e lavouras comunitárias;
- n) construir moradias com recurso próprio ou por meio de parcerias e/ou convênios com o poder público ou iniciativa privada;
- o) promover o desporto, através de oficinas esportivas conjugadas com ações de reforço escolar e nutricional;
- p) promover a inclusão digital, preferencialmente com independência tecnológica.

II. Pautar-se pelos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas e de frfrsa dos recursos naturais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidária e condição social nas relações comunitárias;

§1º É vedado o vínculo, a manutenção ou o estabelecimento de qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

§2º É vedada qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§3º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea, em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa da rádio comunitária, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§4º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Wallas

[Signature]

[Signature]

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



CAPITULO III DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I DA ADMISSÃO E DEMISSÃO DE ASSOCIADOS

Art. 03º - Será admitido o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de atuação da entidade e de execução do serviço de radiodifusão comunitária, bem como de pessoas jurídicas sem fins lucrativos nela sediadas, mediante requerimento à Diretoria e preenchimento de ficha cadastral.

PARAGRAFO ÚNICO - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 04º - Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, demitir-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando, para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade de carta datada e assinada.

SEÇÃO II DA CATEGORIA DE ASSOCIADOS

Art. 05º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I. **Fundadores** – Formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II. **Contribuintes ou Efetivos** – Formada por pessoas que se filiaram e que participam efetivamente das reuniões, assembléias gerais e que contribuem financeiramente com sua mensalidade;
- III. **Honorários** – Formada por aqueles que mereçam reconhecimento por algum gesto honroso à entidade, gesto este que os façam merecedores deste título vitalício, a juízo da Assembleia Geral.

Art. 06º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

CAPITULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 07º – São deveres de todos os associados:

- a) respeitar e cumprir as decisões das Assembleia Geral e dos órgãos dirigentes da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM;
- b) cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Estatuto;
- c) cooperar com todas as iniciativas e atividades da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM;

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



- d) conhecer o Regimento Interno da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- e) participar das reuniões para as quais for convocado;
- f) desempenhar, responsabilmente, as atribuições que lhe forem confiadas;
- g) zelar pelo nome da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**.
- h) pagar mensalmente a contribuição social da entidade.
- i) Prestar serviços profissionais, dentro da sua especialidade, quando convocado e nos termos estabelecidos nos programas, projetos ou qualquer outra atividade que for executada e que combine com os objetivos da Instituição.

SEÇÃO II DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 08º - São direitos de todos os associados:

- I. votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, **nos termos do art. 27º, §1º desse estatuto**, desde que esteja em dia com suas obrigações estatutárias;
- II. ter direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;
- III. às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de atuação da entidade e de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, é assegurado o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativa existentes;
- IV. ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes voluntários, mediante solicitação por escrito à Diretoria, resguardando-se as informações de caráter pessoal, salvo se o acesso for aprovado em reunião da Diretoria;
- V. recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria;

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES, PUNIÇÕES E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO

SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES

Art. 09 - São consideradas infrações:

- a) violar o estatuto social;
- b) difamar a Associação, seus membros ou seus associados;
- c) realizar atividades contrárias às decisões das Assembleias Gerais;
- d) praticar desvio dos bons costumes;
- e) ter conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- f) conspirar contra a entidade, sua Diretoria ou seus membros;
- g) deixar de pagar três contribuições sociais consecutivas.
- h) deixar de participar de três assembleias consecutivas sem justificativa.



**SEÇÃO II
DAS PUNIÇÕES**

Art. 10 - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I. advertência por escrito;
- II. suspensão de 30 (trinta) dias a 01 (um) ano;
- III. exclusão do quadro social.

**SEÇÃO III
DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO**

Art. 11. A exclusão do rol de membros só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso nos termos previstos no estatuto, e far-se-á em Assembleia, especialmente convocada para essa finalidade, onde o mesmo poderá apresentar seus motivos de defesa e de recurso, por escrito ou oralmente.

PARÁGRAFO ÚNICO. Da decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão, caberá sempre recurso à assembleia geral.

**CAPITULO V
DO RECURSO**

Art. 12 - Para qualquer umas das penalidades dispostas neste estatuto social, fica assegurado ao associado o direito da ampla defesa, devendo ser devidamente notificado dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

§1º - Após o decurso do prazo descrito no Art. 12, independentemente da apresentação de defesa, a Assembleia Geral especialmente convocada para essa finalidade, decidirá por maioria absoluta de votos dos membros presentes;

§2º - Da decisão caberá ainda um último recurso por parte do associado à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, manifestar a intenção de ver a decisão ser objeto de deliberação, em última instância, pela Assembleia Geral, que decidirá por maioria absoluta de votos dos membros presentes;

§3º - O associado suspenso por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;

§4º - Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

Wodlas

[Signature]

[Signature]



CAPÍTULO VI DOS ORGÃOS E SEU FUNCIONAMENTO

Art. 13 - São órgãos da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Comunitário;

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 - A Assembleia Geral, órgão máximo e soberano de deliberações da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, será composta por seus associados em dia com os deveres perante a entidade.

§1º - As Assembleias poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias e serão convocadas pelo Presidente ou por 1/5 dos associados, mediante requerimento à Diretoria, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano, hora da primeira e segunda convocação, ordem do dia e o nome dos membros que a convocou;

§2º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número de associados aptos a votar, com exceção nas hipóteses do **Art. 14, §3º**.

§3º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, de destituição de administradores, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com 10 (dez) dias de antecedência, especificamente para estes fins e deliberará **mediante o voto concorde de dois terços** dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes.

Art. 15 - A Assembleia Geral Ordinariamente ocorrerá:

- I. a cada ano, até o dia 30 do mês de janeiro, para avaliação e aprovação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de projetos, plano anual de trabalho e assuntos gerais;
- II. a cada 04 (quatro) anos, para eleição da Diretoria;
- III. a cada 04 (anos) anos para eleição do Conselho Comunitário.

Art. 16 - A Assembleia Geral Extraordinariamente, poderá ser convocada para:

- I. destituição dos dirigentes;
- II. alteração estatutária;
- III. tomada de decisões administrativas;
- IV. alienação de bens imóveis ou móveis;
- V. deliberar sobre admissão e exclusão de associados.

Wodlas

[Signature]

[Signature]

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



Art. 17 - Quando a assembleia geral for requerida pelos associados, deverá o presidente convocá-la no prazo de no mínimo 03 (três) dias, contados da data de entrega do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a Assembleia, aqueles que deliberam por sua realização farão a convocação;

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 18 - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembléia Geral para um **mandato de 04 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.**

§1º - Os membros da Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** poderão ser substituídos para finalização do mandato, mediante decisão em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade.

§2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida, e, ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial, **e que atenda o disposto no art. 27º, §1º. deste Estatuto Social**

Art. 19 - São atribuições da **DIRETORIA**:

- I. administrar os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- II. convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- III. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** em atos públicos ou internos;
- IV. realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- V. apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- VI. prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- VII. desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- VIII. criar e instalar serviços e departamentos para a realização e desenvolvimento das finalidades da entidade;
- IX. alienar, adquirir e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis, mediante autorização da Assembléia Geral;

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA DIRIGENTE

Art. 20 - São atribuições do **PRESIDENTE**:

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

- I. representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente;
- II. coordenar e presidir as reuniões da diretoria;
- III. assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação;
- IV. movimentar conta bancária da entidade com os demais responsáveis;
- V. votar e exercer o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral;
- VI. praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e departamentos;
- VII. substituir o Diretor de Operações em caso de ausência ou impedimentos temporários.

Art. 21 - São atribuições do VICE-PRESIDENTE:

- I. participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuindo com suas funções coletivas;
- II. substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo;
- III. substituir o Diretor Administrativo, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando as funções, sem acumular o seu direito de voto;

Art. 22 - São atribuições do DIRETOR ADMINISTRATIVO:

- I. gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade;
- II. dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação;
- III. assinar conta conjunta com os demais responsáveis;
- IV. assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- V. secretariar as reuniões da diretoria;
- VI. lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos a tesouraria e secretaria;
- VII. dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria;
- VIII. organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade.

Art. 23 - São atribuições do DIRETOR DE OPERAÇÕES:

- I. implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;
- II. captar e gerir os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural;
- III. supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão;
- IV. promover a integração da comunidade com o serviço prestado.

SEÇÃO IV DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 24 - O CONSELHO COMUNITÁRIO é órgão autônomo de fiscalização, encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária, estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

§1º Em até 30 dias após o início de funcionamento da emissora de rádio, a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** deverá instituir um Conselho



ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



Comunitário, com regimento próprio, composto por no mínimo cinco entidades legalmente constituídas, **para um mandato de 04 anos**, sendo admitida a recondução.

§2º Poderão compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§3º As pessoas jurídicas, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associadas da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§4º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho Comunitário, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários.

Art. 25 - Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- I. fiscalizar a programação da emissora;
- II. solicitar ao órgão de direção da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- III. fazer recomendações ao órgão de direção da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**;
- IV. realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- V. receber reclamações, denúncias e elogios; e
- VI. submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 26 - Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

CAPITULO VII DAS ELEIÇÕES

Art. 27 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Diretoria, acompanhado de nominata completa e com o expresse consentimento de seus membros.

§1º - Com exessão da primeira diretoria, somente poderão concorrer a algum cargo da Diretoria, membros com no mínimo 01 (um) ano de associado na entidade e que estejam em dias com suas obrigações estatutárias, devendo, para isso, solicitar junto a Diretoria, certidão de nada consta para comprovação de sua real situação perante a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**.

§2º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos válidos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembleia Geral.

CAPITULO VIII DA PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA

Art. 28 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedado a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

CAPITULO IX DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 29 - O Patrimônio e Receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembleia Geral, por bens advindos de convênios, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes de patrocínio sob forma de apoio cultural.

Art. 30 - A receita da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** será utilizada única e exclusivamente para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

§1º - Toda receita deverá ser utilizada única e exclusivamente para a consecução das finalidades institucionais expressas neste estatuto,

§2º - Após parecer da Diretoria, os balancetes e prestações de contas deverão ser levados para aprovação da Assembleia Geral.

CAPITULO X DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 31 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia Geral, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados em dia com suas obrigações perante a entidade, ou com pelo menos um terço nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Página 10 de 11

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000



PARÁGRAFO ÚNICO: Este estatuto não é reformável no tocante à administração.

Art. 32 - A dissolução da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, nos termos do Art. 14, §3º, observadas as disposições contidas nos Artigos. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPITULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso a Assembleia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

Art. 34 - O presente estatuto foi aprovado na **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 01/2019, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019** e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Teresina de Goiás, Estado de Goiás, 19 de fevereiro de 2019.

Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho
ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO
CPF: 724.375.021-49
Presidente



Wallas Rodrigues Farias
WALLAS RODRIGUES FARIAS
CPF: 027.110.421-03
Diretor Administrativo



Deleg. Henrique de Paula Miranda
OAB / DF nº 21.302

Protocolo: 508 Fls: 1 a 11 R: 225 Livro: A-3
Atos Praticados - Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Teresina de Goiás - GO, 26 de fevereiro de 2019.

Valdeir Rodrigues da Silva - Escrevente

Emor R\$ 24,25 Taxa R\$ 14,50 Fundos R\$ 72

Valdeir Rodrigues da Silva
Escrevente

28.515.972/0001-38
CARTÓRIO TERESINA
Distrito Jud. de Teresina de Goiás
Comarca de Cavalcante-GO
Praça Tiradentes, Nº 43, Sala 01-Centro
CEP: 73795-000
Teresina de Goiás-GO

Página 11 de 11

EM BRANCO

4 **1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília**
CRS-Cachoeira-Blanco C - todos os dias - CEP: 70.300-000 - Brasília-DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojk.com.br
Cartório JK
Zelador: Mr. Arthur D. Andrade Camargo

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[3uWmtu4]-KALLAS RODRIGUES FARIAS

TJDF20190010269644UUIC
JMCDM-Consultar pelo: "www.tjdft.jus.br"
BSB, 22/02/2019 - 17:36:05

ROGERIO DE BANHA
1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
Escritório
Cartório JK

[Handwritten signature]



4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0464706]-ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO

TJDF20190090166111TUPA
Seic. tjdft.jus.br - BSB, 22/02/2019 - 15:59:22
PIMDC-Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLDO DE SOUZA ARAUJO

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDA O DOCUMENTO

Arquivo de Notas e Protesto
1º Ofício de Notas e Protesto de Brasília
Escritório Autorizado





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
CNPJ: 28.496.664/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:20:56 do dia 01/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/10/2019.

Código de controle da certidão: **F5A0.432B.C1B9.A374**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 28496664/0001-02
Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
Nome Fantasia: RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
Endereço: AV PEDRO ALVARES CABRAL SN / CENTRO / TERESINA DE GOIAS / GO / 73795-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/04/2019 a 15/05/2019

Certificação Número: 2019041604421527020454

Informação obtida em 01/05/2019, às 21:24:06.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ANEXO 6
FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

- ☒ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga
- ☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O R Á D I O C O M U N I T Á R I A C H A P A

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D A F M 2 8 . 4 9 6 . 6 6 4 / 0 0 0 1 - 0 2

CNPJ

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

A V E N I D A P E D R O Á L V A R E S C A B R A L , S / Nº

BAIRRO

C E N T R O T E R E S I N A D E G O

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

I Á S 1 3 ° 4 6 ' 4 1 " S 4 7 ° 1 5 ' 5 9 " W

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

A V E N I D A P E D R O Á L V A R E S C A B R A L , S / Nº

BAIRRO

C E N T R O T E R E S I N A D E G O

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

I Á S 1 3 ° 4 6 ' 4 1 " S 4 7 ° 1 5 ' 5 9 " W

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

A V E N I D A P E D R O Á L V A R E S C A B R A L , S / Nº

BAIRRO

C E N T R O T E R E S I N A D E G O

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

I Á S 1 3 ° 4 6 ' 4 1 " S 4 7 ° 1 5 ' 5 9 " W

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE																														
S	I	N	T	E	C	K	S	I	S	T	E	M	A	S	E	L	E	T	R	Ô	N	I	C	O	S	L	T	D	A	
MODELO														POTÊNCIA				Nº HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO												
E	X	2	S											2	5	,	0	W	0	1	1	9	-	1	1	-	2	8	8	4

7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA																																	
A	U	A	D		C	O	R	R	E	A		E	Q	U	I	P	A	M	E	N	T	O	S		E	L	E	T	R	Ô	N	I	C
FABRICANTE DA ANTENA (CONTINUAÇÃO)																																	
O	S		L	T	D	A																											
MODELO																																	
POLARIZAÇÃO																																	
	P	T	/	O	d	B																		V	X		C		E		H		
TIPO																																	
P	L	A	N	O		T	E	R	R	A																							
GANHO max (Gt)					ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO					ALTURA DA TORRE					ALTITUDE DO LOCAL																		
	0	0	,	0	dBd		3	0	,	0	m		3	3	,	m		0	7	6	0	.	0	m									

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE															MODELO																		
R	Á	D	I	O		F	R	E	Q	U	E	N	C	Y		S	Y	S	T	E	N	S		R	G	C	2	1	3				
COMPRIMENTO (L) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> 4 0 , 0 m </div>															ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> 0 3 . 9 dB </div>					PERDAS NA LINHA (PL) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> 1 , 5 6 dB </div>					EFICIÊNCIA DA LINHA (η) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> 0 , 7 0 </div>								

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \times AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,70) = -17,57 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

 η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 - 17.57 - 20 \log 1 = 89.43 \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

$d(\text{km})$ = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
	X	A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.
	X	A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
	X	O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
	X	A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo	00:00	24:00
Segunda-feira	00:00	24:00
Terça-feira	00:00	24:00
Quarta-feira	00:00	24:00
Quinta-feira	00:00	24:00
Sexta-feira	00:00	24:00
Sábado	00:00	24:00

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

T O M Z A N N I E R

REG. CREA

2 4 0 5 0 1 7

ENDEREÇO

Q D 2 0 6 S U L A L 0 4 N 3 7

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

P L A N O D I R S U L

CIDADE

P A L M A S

UF

T O

CEP

7 7 0 2 0 - 5 2 0

TELEFONE

6 3 9 9 2 2 9 2 0 0 1

FAX

E-MAIL

Z A N N I E R _ 1 @ Y A H O O . C O M . B R

LOCAL

P A L M A S - T O

DATA

2 0 / 0 2 / 2 0 1 9

ASSINATURA



15 – DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO

A N T Ô N I O D E P Á D U A L O U R E I R O L . F I L H O

LOCAL

T E R E S I N A D E G O I Á S - G O

DATA

2 0 / 0 2 / 2 0 1 9

ASSINATURA



Endereço de correspondência: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº.

Bairro: CENTRO

CEP: 73.795-000

Cidade: TERESINA DE GOIÁS

UF: GOIÁS

ATENÇÃO:

Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART juntamente com comprovante de pagamento das taxas relativas ao ato.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-TO

ART OBRA / SERVIÇO
Nº TO20190193220

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins

INICIAL

1. Responsável Técnico

TOM ZANNIER

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: 2405017768

Registro: 90707/D-TO TO

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**

CPF/CNPJ: 28.496.664/0001-02

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL

Nº: SN

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **TERESINA DE GOIÁS**

UF: **GO**

CEP: 73795000

Contrato: 1/2019

Celebrado em: 01/04/2019

Valor: R\$ 500,00

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL

Nº: SN

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **TERESINA DE GOIÁS**

UF: **GO**

CEP: 73795000

Data de início: 13/05/2019

Previsão de término: 31/07/2019

Coordenadas Geográficas: 13°46'41.00"S, 47°15'59.00"W

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não especificado**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**

CPF/CNPJ: 28.496.664/0001-02

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA

Quantidade

Unidade

5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES -> PROCESSAMENTO DE RADIODIFUSÃO -> #1977 - DE SOM

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Projeto técnico para implantação de rádio comunitária FM de acordo com normas da Anatel.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-TO, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Palmas, 30 de abril de 2019

Local

data

TOM ZANNIER
TOM ZANNIER - CPF: 770.947.516-72

Associação Rádio Comunitária Chapada FM
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM - CNPJ:
28.496.664/0001-02

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-to.org.br.
- * A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 85,96

Registrada em: 30/04/2019

Valor pago: R\$ 85,96

Nosso Número: 9979397341

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sistemas.crea-to.org.br/publico/>, com a chave: aA0YC
Impresso em: 30/04/2019 às 20:38:05 por: ip: 189.93.179.17

www.crea-to.org.br
Tel: (63) 3219-9800

crea@crea-to.com.br
Fax: (63) 3219-9801

CREA-TO
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins



**CREA-TO**Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Tocantins

CNPJ: 26.753.608/0001-80

Quadra 112 Sul, Rua SR 07, Lote 06 -

Palmas - TO

CEP: 77.020-176

Tel: + 55 (63) 3219-9800

COBRANÇA DE A.R.T.**Pagador**

TOM ZANNIER

CPF/CNPJ

770.947.516-72

Endereço

QUADRA 206 SUL ALAMEDA 4, 37

PLANO DIRETOR SUL - PALMAS - TO - 77020520

Registro CREA

CREA-TO 240501776-8

Representação numérica: 10497.28650 70000.100944 97939.734147 3 78840000008596**Agência / Código Beneficiário**

3459 / 728657-0

Número do Documento

14000009979397341-9

Data Emissão

29/04/2019

Data Vencimento

09/05/2019

Parcela

1/1

Valor do Documento

R\$ 85,96

Detalhes da Cobrança

ANOTAÇÃO RESP. TÉCNICA - ART ONLINE - 1132

TO20190193220

R\$ 85,96

RECIBO DO PAGADOR

Autenticação Mecânica

Banco
104-0

10497.28650 70000.100944 97939.734147 3 78840000008596

Local de Pagamento					Vencimento	
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE.					09/05/2019	
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário	
CREA-TO - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins					3459 / 728657-0	
Data Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
29/04/2019	9979397341	DM	N	29/04/2019	14000009979397341-9	
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(=) Valor do Documento	
	RG	R\$		X	85,96	
Instruções: (Texto de responsabilidade do beneficiário) PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE. NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO REFERENTE À COBRANÇA DE A.R.T.					(-) Desconto	
					(-) Outras Deduções / Abatimento	
					(+) Mora / Multa / Juros	
					(+) Outros Acréscimos	
Unidade Beneficiada					(=) Valor Cobrado	
CREA-TO - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins						
26.753.608/0001-80						
Quadra 112 Sul, Rua SR 07, Lote 06 - Palmas - TO						
Pagador					Código de Baixa	
TOM ZANNIER / Contratante: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM						
770.947.516-72						
CREA-TO 240501776-8						
QUADRA 206 SUL ALAMEDA 4, 37						
PLANO DIRETOR SUL - PALMAS - TO - 77020520						

Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



30/04/2019 - BANCO DO BRASIL - 21:04:01
188601886 0009

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: TOM ZANNIER

AGENCIA: 1886-4 CONTA: 34.857-0

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10497286507000010094497939734147378840000008596

BENEFICIARIO:

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E A

NOME FANTASIA:

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E A

CNPJ: 26.753.608/0001-80

PAGADOR:

TOM ZANNIER

CPF: 770.947.516-72

NR. DOCUMENTO 42.902

DATA DE VENCIMENTO 09/05/2019

DATA DO PAGAMENTO 29/04/2019

VALOR DO DOCUMENTO 85,96

VALOR COBRADO 85,96

NR.AUTENTICACAO 1.0D0.5FC.FF8.104.866

ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, CEP: 73.795-000

RELAÇÃO DA DIRETORIA COM COORDENADAS GEOGRÁFICAS DAS RESIDÊNCIAS

Nome do dirigente: ANTÔNIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO			
Cargo: PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 016543802070	
RG: 1994401	Órgão Emissor: SSP-PI	CPF: 724.375.021-49	
Endereço: RUA FERNÃO DIAS PAES LEME, QD 12			Nº: 13
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Coordenadas da residência (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	13 ° (N/S) 46 ' 18 "	
	Longitude:	47 ° W 15 ' 25 "	

Nome do dirigente: EGUIMAR JACOB VARGAS JUNIOR			
Cargo: VICE PRESIDENTE		Tit. Eleitor: 014751252097	
RG: 1904730	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 697.384.161-91	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, CENTRO			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Coordenadas da residência (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	13 ° (N/S) 46 ' 27 "	
	Longitude:	47 ° W 15 ' 40 "	

Nome do dirigente: WALLAS RODRIGUES FARIAS			
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO		Tit. Eleitor: 052569881082	
RG: 300284	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 027.110.421-03	
Endereço: FAZENDA PROGRESSO, GO-118			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Coordenadas da residência (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	13 ° (N/S) 45 ' 31 "	
	Longitude:	47 ° W 14 ' 26 "	

Nome do dirigente: DIVINO GREGÓRIO DE SOUSA			
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES		Tit. Eleitor: 002436062003	
RG: 856648	Órgão Emissor: SSP-DF	CPF: 169.818.981-87	
Endereço: AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, CENTRO			S/Nº:
Município: TERESINA DE GOIÁS		UF: GOIÁS	CEP: 73.795-000
Coordenadas da residência (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	13 ° (N/S) 46 ' 41 "	
	Longitude:	47 ° W 15 ' 59 "	

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO que faz **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO** (a) **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, na forma que se segue:

SAIBAM quantos este instrumento de procuração vir, que o Sr. **ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO**, CPF: 724.375.021-49, RG: 1994401 SSP-PI, DATA DE NASCIMENTO: 01/04/1982, NATURALIDADE: TERESINA-PI, NACIONALIDADE: BRASILEIRA, ESTADO CIVIL: SOLTEIRO, PROFISSÃO: COMERCIANTE, ENDEREÇO: FAZENDA PEDRA BRANCA, GO-118, S/Nº, ZONA RURAL, CIDADE: TERESINA DE GOIÁS-GO, CEP: 73.795-000, na qualidade de presidente da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, com sede na **AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº, CENTRO, TERESINA DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, CEP: 73.795-000**, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA**, presidente nacional da **ABERTCOM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO COMUNITÁRIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade, RG 394.751 SSP – TO e do CPF 963.008.841-04, residente e domiciliado na Rodovia TO-050, Mirante do Parque, Arraias-TO, fone: (63) 98454-6336. **A QUEM CONFERE PODERES** para representar-lhes, junto ao **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, ANATEL, CARTÓRIO E RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, para tratar de todo e qualquer assunto relacionados à entidade, podendo para tanto o dito procurador **PEDIR E REQUERER VISTAS PROCESSUAIS, PEDIR CÓPIAS DE PROCESSOS E DE QUALQUER OUTRO DOCUMENTO, REPRESENTAR-LHE EM REUNIÕES E AUDIÊNCIAS, ASSINAR OFÍCIOS, REQUERIMENTOS, RECURSOS, ART, PROJETO TÉCNICO, DBE – DOCUMENTO BASICO DE ENTRADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PERANTE CARTÓRIOS, PROTOCOLAR E PETICIONAR DOCUMENTOS NO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO CADSEI E/OU PESSOALMENTE** e quaisquer atos em direitos permitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, que dará por bom firme e valioso que tudo será aceito.

Por ser verdade firmo a presente procuração.

Teresina de Goiás-GO, 02 de julho de 2018.

Antônio de Pádua Loureiro Lima

ANTONIO DE PÁDUA LOUREIRO LIMA FILHO

CPF: 724.375.021-49

Presidente



4º OFÍCIO DE NOTAS - DF

SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF

PHONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474

4ofiajodenotas@gmail.com



RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[0464706]-ANTONIO DE PADUA LOUREIRO LIMA FILHO

Selo TJDFT20180090633149GLPG

BSB, 02/07/2018 - 15:06:57 - Consultar pelo: www.tidft.ius.br

GADS-Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos

AROLD DE SOUZA ARAUJO

Petição (4114633)

SEI 01250.020617/2019-81 / pg. 27

Wesley Capitulino Fernandes
Advogado
OAB TO 8499-B



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 394.751 2ª Via DATA DE EXPEDIÇÃO 08/12/2014

FILIAÇÃO PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA

SOLIMAR OLIVEIRA DA ROCHA

NATURALIDADE SÃO CAETANO DO SUL-SP DATA DE NASCIMENTO 26/08/1981

CERT. NASC. Nº 58.600, LV A-097, FLS 253, EXP.15/04/2011

SÃO PAULO-SP - 26º SUBDISTRITO

963.008.841-04

Smartins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500447252018

5/31/19 2:41 PM

Página 1 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	GO	TERESINA DE GOIÁS	01250.044725/2018	112	13S4641	47W1559	EXINST	ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
0.07	GO	TERESINA DE GOIÁS	53670.000166/1999	0	13S4643	47W1558	RAQ	ASSOCIACAO DOS MICRO PRODUTORES DE TERESINA DE GOIAS
0.13	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.014667/2009	0	13S4637	47W1558	ARQCD I	ASSOCIACAO DE MORADORES DE TERESINA DE GOIAS
0.63	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.030087/2003	20	13S4632	47W1540	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS ARTESAO S DE TERESINA DE GOIAS
0.73	GO	TERESINA DE GOIÁS	01250.052622/2017	0	13S4625	47W1541	RAQ	ASSOCIACAO DE MORADORES DE TERESINA DE GOIAS
1.27	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.000056/2001	0	13S4600	47W1600	RAQ	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MEIO NORTE GOIANO-PRORURAL
18.63	GO	TERESINA DE GOIÁS	53000.064878/2005	20	13S3708	47W1245	ARQDE F	ASSOCIACAO KALUNGA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA EMA
18.99	GO	CAVALCANTE	53000.055555/2008	29	13S4733	47W2630	ARQDE F	CENTRO DE REFERENCIA NA ORGANIZACAO COMUNITARIA E LUTA POPULAR DE CAVALCANTE
19.73	GO	CAVALCANTE	53000.036292/2003	0	13S4759	47W2652	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA MORRO ENCANTADO - ACEME
19.73	GO	CAVALCANTE	53000.047268/2004	29	13S4758	47W2652	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA MORRO ENCANTADO - ACEME
20.85	GO	CAVALCANTE	53670.000534/1998	3	13S4725	47W2732	ARQDE F	SINDICATO RURAL DE CAVALCANTE
20.92	GO	CAVALCANTE	53670.000043/2000	6	13S4758	47W2731	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA PROGREDIR CAVALCANTE GOIAS
20.99	GO	CAVALCANTE	53000.014695/2010	29	13S4816	47W2731	ARQDE F	ARTE E VIDA AMBIENTAL ATRAVES DA EDUCACAO CULTURA E TRABALHO SUSTENTAVEL



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 112
Número do Processo: 012500447252018

5/31/19 2:41 PM

Página 2 de 2

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
21.01	GO	CAVALCANTE	53000.050153/2005	0	13S4729	47W2737	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CAVALCANTE
21.02	GO	CAVALCANTE	53000.090664/2006	0	13S4754	47W2735	RAQ	CENTRO ESPÍRITA APRENDIZES DO EVANGELHO
21.09	GO	CAVALCANTE	53000.022250/2010	29	13S4722	47W2740	ARQDE F	ASSOCIACAO KALUNGA DE CAVALCANTE
21.57	GO	CAVALCANTE	53670.000649/1998	4	13S4334	47W2731	ARQDE F	MOVIMENTO DOS MORADORES DE CAVALCANTE
31.08	GO	CAVALCANTE	53000.011342/2006	20	13S3458	47W2819	ARQDE F	ASSOCIACAO KALUNGA DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA ENGENHO II
42.44	GO	NOVA ROMA	53000.000478/2003	19	13S4447	46W5230	ARQDE F	ASSOCIACAO E FUNDACAO NOVA ROMA
42.44	DF	BRASÍLIA	53000.063205/2006	21	13S4447	46W5230	ARQDE F	SB FM Associação Cultural e Fundação de Rádiodifusão Comunitária
47.91	GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	53670.000554/1998	4	14S0800	47W3102	LDE	GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE
48.15	GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	53670.000440/1998	1	14S0800	47W3116	ARQDE F	INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS - IBDDC
Nº de Linhas: 0								

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.044725/2018 Localidade / UF: TERESINA DE GOIÁS/GO
Entidade: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
Aviso: 112 Canal: 0
Endereço Sistema Irradiante: Avenida Pedro Álvares Cabral, s/nº N° . - B. Centro TERESINA DE GOIÁS - GO
Endereço Estúdio: Avenida Pedro Álvares Cabral, s/nº N° . - B. Centro TERESINA DE GOIÁS - GO
Endereço Sede: PEDRO ALVARES CABRAL Nº S/N - B. CENTRO TERESINA DE GOIÁS - GO

Processo					
1. Entregou documentação tempestivamente?					Sim
2. Dados do Transmissor					
a. Fabricante :	Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.		b. Modelo :	EX25	
c. Categoria :	2H	d. Certificado:	0119-11-2884	e. Potência (W) :	25
3. Dados do Transmissor Reserva					
a. Fabricante :			b. Modelo :		
c. Categoria :		d. Certificado:		e. Potência (W) :	
4. Dados da Antena					
a. Fabricante:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos		b. Modelo :	PT/0dB	
c. Altura:	30,0	d. Ganho Máximo:	0	5. Intensidade de campo(dBu) : 89.42	
6. Conclusão Geral (Parecer Técnico)					
Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.					

Luis Felipe Souza da Silva

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído**.

1. Informo que o processo nº 01250.044725/2018-68, de interesse da **Associação Rádio Comunitária Chapada FM**, entidade pleiteante de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Teresina de Goiás / GO**, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (4265198) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação Radcom (4265210).

2. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 31/05/2019, às 14:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4265213** e o código CRC **DF53E50D**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (4265198)

Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom (4265210)

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4265213

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.496.664/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PEDRO ALVARES CABRAL	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO	
CEP 73.795-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TERESINA DE GOIAS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONEOFFCOMUNICACAO@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 8454-6336	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/09/2019** às **14:17:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CNPJ: **28.496.664/0001-02**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 14:25:09 do dia 09/09/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM
CNPJ: 28.496.664/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 21:20:56 do dia 01/05/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/10/2019.

Código de controle da certidão: **F5A0.432B.C1B9.A374**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.496.664/0001-02

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM

Endereço: AV PEDRO ALVARES CABRAL SN / CENTRO / TERESINA DE GOIAS / GO /
73795-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2019 a 08/10/2019

Certificação Número: 2019090914232404498245

Informação obtida em 09/09/2019 14:23:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 28.496.664/0001-02

Certidão nº: 183057053/2019

Expedição: 09/09/2019, às 14:21:37

Validade: 06/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.496.664/0001-02**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.044725/2018-68, de interesse da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM**, na localidade de Teresina de Goiás/GO, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/09/2019, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4610806** e o código CRC **C2D6DFE2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4610806

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/Teresina de Goiás/GO, e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/09/2019, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4610814** e o código CRC **EDE6FB10**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4610814

Município/UF: TERESINA DE GOIÁS/GO **REVISÃO FINAL**

Processo nº: 01250.044725/2018-68 CNPJ: 28.496.664/0001-02

Número de concorrentes: 0

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

Nº do edital/ano: **112/2018 publicado no DOU em 04/06/2018**

Prazo de inscrição: 05/06/2018 a 03/08/2018

1. Data de postagem/SEI: 02/08/2018 CADSEI

2. Tempestividade: (X) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: (3224466) ok

3.1 Novo requerimento adequado à Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC: (3775353)

4. Estatuto Social: (4114628) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de constituição: (3224472) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de eleição: (3224481) para o período de 28/06/2018 a 28/06/2022

6.1. Ata de eleição registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

7. Comprovantes de maioria e nacionalidade/CPF: (3224484)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho – Presidente – f.2/3	não	016543802070 01/04/1982	724.375.021-49	Não
Eguimar Jacob Vargas Júnior – Vice-Presidente – f. 4	Não	014751252097 04/09/1979	697.384.161-91	Não
Wallas Rodrigues Farias – Dir. Administrativo – f.5	Não	052569881082 15/04/1989	027.110.421-03	Não
Divino Gregório de Souza - Dir. Operações – f.7/8	não	002436062003 15/12/1958	169.818.981-87	Não

8. Manifestações em apoio: (3225282; 3225286)

9. Vínculo: () SIM (X) NÃO

10. Comprovante de pagamento da taxa de cadastramento: (3224468)

11. Pesquisa Anatel (3539432)e Radar (3539438)

12. .Certidões Justiça Federal dos dirigentes: (3539450)

12.1 CNPJ (3539429), Certidão FGTS, Certidão PGFN , Certidão CNDT (3539435)

OBSERVAÇÕES: Deve apresentar novo Anexo 2. Comprovar residência de Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho, uma vez que possui empresa individual em Brasília.

25/01/2019: NT 24811/2018, ciência em 20/11/2018 ESRAD. CADSEI em 17/01/2019: Anexo 2 ok, esclarecimentos sobre residência do Presidente ok. Para instrução.

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 2º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 3º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 8,II, III
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 8,I, III
- e) Órgão administrativo e cargos: 18
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 19/23 ,
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 18- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 24/26

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 3º, 4º, 10/11
- c) Direitos dos associados: 8º
- d) Deveres dos associados: 7º
- e) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: 11
- f) Fontes de recursos para sua manutenção: 29
- g) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: 14
- h) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 16, 31
- i) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 15
- j) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: 15
- k) Critérios de eleição dos administradores: 15
- l) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- m) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 32

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (4610781)
- 2.2 Certidão FGTS: (4610793)
- 2.3 Certidão PGFN : (4610788)
- 2.4 Certidão CNDT: (4610798)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (4610814)

3. Pesquisa Anatel (4610784) e Radar: (4610806)

- 4. Anexo 6/ART: (4114631)

OBSERVAÇÕES: 25/01/2019: Para instrução, estatuto social, apresentar Anexo 6/ART, certidões PGFN e FGTS. Pesquisas vínculos, TRF1 e TJGO ok.

09/09/2019: NT 1380/2019 prazo em 01/04/2019, resposta em 01/05/2019: exigências cumpridas. Pesquisas de vínculos, TSE, TRF1-Formosa e TJGO ok. Revisão final.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16421/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Teresina de Goiás/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 02/08/2018, às fl. 1/2 (3224466), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho
Vice-Presidente: Eguimar Jacob Vargas Júnior
Diretor Administrativo: Wallas Rodrigues Farias
Diretor Operações: Divino Gregório de Souza
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro, Teresina de Goiás, GO
Coordenadas geográficas: 13°46'41"S de latitude e 47°15'59"W de longitude

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro, Teresina de Goiás, GO

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	3775353
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	4114628
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	3224472
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	3224481
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	3224484
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	3225282; 3225286

7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	3224468
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	4114631
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	4610781
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	4610784
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	4610793
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	4610788
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	4610798
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	4610806

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/Teresina de Goiás/Go e do Tribunal de

Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 4610814.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044725/2018-68, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária chapada FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.496.664/0001-02, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0000/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA
PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em

caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 09/09/2019, às 15:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 09/09/2019, às 16:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/09/2019, às 16:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 16/09/2019, às 23:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 18/09/2019, às 18:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4610901** e o código CRC **10C7F517**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4610901



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00770/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.044725/2018-68

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão - SERAD

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Serviço de radiodifusão comunitária. Inexistência óbice legal. Deferimento da autorização pleiteada. Submissão ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD.

Senhor Coordenador-Geral,

I – RELATÓRIO

1. Por meio da NOTA TÉCNICA Nº 16421/2019/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250.044725/2018-68 cujo teor versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Teresina de Goiás/GO.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão -SERAD, tornou público o Edital de Seleção Pública, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 105, de 04 de junho de 2018, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em diversas localidades, inclusive em Teresina de Goiás/GO, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.
3. A Associação Rádio Comunitária Chapada FM foi a única entidade a apresentar requerimento de execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como documentação solicitada (Docs. nºs 3224466, 3224468, 3224470, 3224472, 3224473, 3224476, 3224481, 3224484, 3224486, 3224490 e Proc. Administrativo nº 01250.044796/2018-61 - SEI).
4. Em razão da documentação carreada, a SERAD emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 24811/2018/SEI-MCTIC, asseverando o que se segue (Doc. nº 3539494 - SEI), *ipsis verbis*:

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Teresina de Goiás/GO**.
2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

	Dispositivo		Documentos	Descrição
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada do DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.	Art. 22	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	A Entidade deverá encaminhar nov Requerimento de Outorga, conform modelo em anexo (3539459) contendo toda as declarações nele elencadas, <u>uma vez que há alteração no item XIII,</u> conform disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que Requerimento, para ter validade, dev ser assinado por todos os dirigentes . Observação: no final do Requerimento d Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.

3. A Entidade deverá enviar documentos que comprovem a residência de Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho na área da comunidade atendida, uma vez que possui empresa individual em Brasília, conforme

Anexo [3539469](#), conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998.

4. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

5. Em atenção ao conteúdo da referida NOTA TÉCNICA, a Associação Rádio Comunitária Chapada FM apresentou documentação (Docs. nºs 3775351, 3775353, 3775354, 3775356, 3775358, 3775359, 3775360 - Proc. Administrativo nº 01250.002450/2019-76 - SEI).

6. Após analisar a documentação carreada, a SERAD emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 1380/2019/SEI-MCTIC, asseverando o que se segue (Doc. nº 3799542 - SEI), *ipsis verbis*:

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Teresina de Goiás/GO**.

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018	Art. 39, inciso II	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.	<p>A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conform modelo em anexo (3799484).</p> <p>Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para execução de projeto técnico de radiodifusão e de representante legal da entidade, juntamente com o <u>comprovante de pagamento da ART</u> (art. 39, § 2 da Portaria).</p> <p>Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com a</p>

		declarações constantes no item 11 do Anexo 6 d mesma Portaria (art. 39, § 3º).
		Observação 3: É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dado de funcionamento da estação, document informando os seguintes itens: Nome do Dirigente Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas d residência.
Art. 22, inciso II c/c art. 40	Cópia do estatuto social adequado à Portaria.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o art. 40 d Portaria, conforme o que se expõe abaixo: a. Consta do art. 19, inciso VII do estatuto soci que é atribuição do presidente "participar presidir às reuniões do Conselho Comunitário", que está em desacordo com o art. 113 da Portaria que estabelece que o Conselho Comunitário órgão autônomo de fiscalização . Assim, nã pode haver nenhum controle pelo Presidente d Associação. Em razão disso, é necessário que o estatuto soci seja alterado para se adequar ao que determina mencionada Portaria. Observação 1: a Entidade poderá requerer d interessado o preenchimento de formulári próprio, para fins de registro cadastral, desde qu isso não constitua restrição ao ingresso d associado.
	Estatuto social adequado ao Código Civil.	Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Códig Civil, conforme o que se expõe abaixo: Art. 57: a cláusula prevendo que a exclusão d associado só é admissível havendo justa caus assim reconhecida em procedimento que assegur direito de defesa e de recurso, nos termos previsto no estatuto, não abrange o art. 9º e 10 do estatuto que prevê situações de "perda de direitos", ma que configuram, em tese, justa causa. Deve haver o direito de defesa e de recurso par qualquer situação que implique em penalidade a associado. Assim, para prosseguimento, a Associação dev regularizar o estatuto social de forma a adequá-l às disposições do Código Civil. Observação: O estatuto deve ser encaminhad consolidado com todas as alterações e registrad no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.
Art. 39, inciso V	Prova de regularidade da Entidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Após consulta ao sítio da Caixa Econômica Federal, verificou-se a impossibilidade d emissão de comprovação de regularidade perante Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusor regularize a situação e encaminhe a certidã negativa dos débitos.
Art. 39,	Certidão	Após consulta ao endereço eletrônico da Receit

	inciso VI	conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Crédito Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusor regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.
--	-----------	---	---

7. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. A Associação Rádio Comunitária Chapada FM juntou documentos complementares para atender a solicitação da SERAD (Docs. nºs 4114627, 4114628, 4114629, 4114630, 4114631, 4114632, 4114633, 4114634 - Proc. Administrativo nº 01250.020617/2019-81 - SEI).

8. Registre-se, ainda, que a SERAD opinou: "(...)se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica", conforme se verifica dos termos da NOTA TÉCNICA Nº 16421/2019/SEI-MCTIC (Doc. nº. 4610901 - SEI).

9. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº. 4610901 - SEI).

10. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

11. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela da Constituição Federal, pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

12. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. (*Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001*)

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. (*Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001*)

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

(...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (*Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002*)

(...)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

- I - estatuto da entidade, devidamente registrado;
- II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
- III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;
- IV - comprovação de maioria dos diretores;
- V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

13. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

- I - publicação do edital;
- II - habilitação;
- III - seleção da entidade com maior representatividade;
- IV - instrução do processo selecionado; e
- V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

II – estatuto social da entidade atualizado;

III – ata de constituição da entidade;

IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;

V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou
- VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

14. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizado à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

15. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada a apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

II.2 – ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO

16. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

17. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 16421/2019/SEI-MCTIC, manifestou-se nos seguintes termos a respeito da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Chapada FM, na localidade de Teresina de Goiás/GO (Doc. nº. 4610901- SEI), *in verbis*:

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Teresina de Goiás/GO**, em atendimento ao Edital nº 112/2018, publicado no Diário Oficial da União de 04/06/2018.

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 02/08/2018, às fl. 1/2 (3224466), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Antônio de Pádua Loureiro Lima Filho
Vice-Presidente: Eguimar Jacob Vargas Júnior
Diretor Administrativo: Wallas Rodrigues Farias
Diretor Operações: Divino Gregório de Souza
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro, Teresina de Goiás, GO
Coordenadas geográficas: 13°46'41"S de latitude e 47°15'59"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro, Teresina de Goiás, GO

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/08/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM	FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1. Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	3775353
2. Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	4114628
3. Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	3224472
4. Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	3224481
5. Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	3224484
6. Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	3225282 ; 3225286
7. Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	3224468
8. Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	4114631
9. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	4610781
10. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	4610784
11. Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	4610793
12. Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	4610788
13. Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no	4610798

	Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	
14.	Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	4610806

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Formosa/Teresina de Goiás/Go e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho [4610814](#).

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

18. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que houve o preenchimento dos requisitos previstos nas normas aplicáveis à espécie, para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária pela citada Associação, consoante os termos da NOTA TÉCNICA Nº 16421/2019/SEI-MCTIC, dentre outras manifestações técnicas elaboradas pela SERAD.

19. Como foi abordado alhures, a Associação Rádio Comunitária Chapada FM foi a única entidade habilitada, não havendo outras entidades interessadas/concorrentes na prestação do serviço de radiodifusão comunitária (vide item 3 deste PARECER).

20. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente o teor do Edital de Seleção Pública (vide item 2 deste PARECER), verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela citada Associação é tempestivo, porquanto foi apresentado em 02 de agosto de 2018, dentro do prazo previsto no mencionado Edital, conforme checklist realizado pela SERAD (Doc. nº 4610892 - SEI).

21. A referida Associação carrou os seguintes documentos, dentre outros: i) requerimento de outorga, subscrito por todos dirigentes (Doc. nº 3775353 - Processo Administrativo nº 01250.002450/2019-76 - SEI); ii) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Doc. nº 4114628 - Processo Administrativo nº 01250.020617/2019-81 - SEI); iii) Ata registrada de constituição e posse dos membros da atual Diretoria (Doc. nº 3224481 - SEI); iv) comprovantes de nacionalidade e maioria dos diretores (Doc. nº 3224484 - SEI); v) manifestações de apoio de pessoas jurídicas (Docs. nºs 3225282, 3225286 - Processo Administrativo nº 01250.044796/2018-61 - SEI); vi) comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (Doc. nº 3224468 - SEI); vii) comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (Doc. nº 4610781 - SEI); viii) formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (Doc. nº 4114631 - Processo Administrativo nº 01250.020617/2019-81 - SEI); ix) informação sobre a inexistência de realização de operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização - RADAR (Doc. nº 4610806 - SEI); x) certidões de regularidade junto à Anatel, à tributos federais, ao FGTS e a Justiça do Trabalho (Docs. nºs 4610788, 4610784, 4610798, 46110793 - SEI); xi) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Doc. nº 4610814 - SEI)

22. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 3º) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (art. 24 e ss), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015 (Doc. nº 4114628 - Processo Administrativo nº 01250.020617/2019-81 - SEI).

23. A SERAD informa que não existem vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se constata do Checklist RADCOM (Doc. nº 46110892 - SEI).

24. Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 3775353 - Processo Administrativo nº 01250.002450/2019-76 - SEI).

25. É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

26. Face ao exposto e após o atendimento das orientações acima apresentadas não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a concessão de autorização ora solicitada à Associação Rádio Comunitária Chapada FM.

27. Por fim, é importante consignar que não foi suscitado nenhum esclarecimento de natureza jurídica a esta Consultoria Jurídica, pelo que a presente análise foi fundada, tão somente, no controle da legalidade na seleção pública para outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária.

III – CONCLUSÃO

28. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) após o atendimento da recomendação acima apresentada (vide item 25 deste PARECER), não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Rádio Comunitária Chapada FM, na localidade de Teresina de Goiás/GO; ii) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

29. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

30. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044725201868 e da chave de acesso 8ed9ce83

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 320330872 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 03-10-2019 08:55. Número de Série: 13796164. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01587/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.044725/2018-68

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM/GO

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044725201868 e da chave de acesso 8ed9ce83

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 325497526 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 04-10-2019 10:32. Número de Série: 264097435512019350. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01612/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.044725/2018-68

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM/GO

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **DESPACHO Nº 01587/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Dr. Emmanuel Felipe Borges Pereira Santos, aprovando o **PARECER Nº 00770/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarado pelo Dr. João Paulo Santos Borba, Advogado da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250044725201868 e da chave de acesso 8ed9ce83

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 326582775 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 07-10-2019 17:11. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Apoio Técnico da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.044725/2018-68

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, para as providências constantes no Parecer Jurídico 770/2019 (4712608).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 08/10/2019, às 11:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4713352** e o código CRC **FDAE9D74**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4713352

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

Processo nº: 01250.044725/2018-68

Referência: Parecer Jurídico 770/2019 (4712608)

Interessado: Paulo Henrique Oliveira da Rocha

Assunto: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

Encaminhe-se o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para exame e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 08/10/2019, às 14:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4715377** e o código CRC **6AB19776**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4715377

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.496.664/0001-02

Razão Social: ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA CHAPADA FM

Endereço: AV PEDRO ALVARES CABRAL SN / CENTRO / TERESINA DE GOIAS / GO /
73795-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/09/2019 a 28/10/2019

Certificação Número: 2019092904560290969827

Informação obtida em 17/10/2019 16:35:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **Atualização de certidão do FGTS.**

1. Informo que em atendimento ao item 25 do Parecer Jurídico nº 00770/2019/CONJUR-MCTIC/CGU-AGU (4712608), nesta data foi anexada nova certidão de regularidade perante o FGTS (4753721), expedida nesta data.
2. Dessa forma, o processo deve ter seu regular prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 17/10/2019, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4753728** e o código CRC **C16D9E5C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4753728

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. Em atenção ao Parecer nº 770/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4712608), emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério, foi elaborado o Despacho SECOM 4753728, onde se informa que foi juntada aos autos a Certidão do FGTS atualizada (4753721), motivo pelo qual o processo se encontra devidamente instruído.
2. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério no Parecer supracitado entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo.
3. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/10/2019, às 17:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4760927** e o código CRC **0C7B5B56**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044725/2018-68, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária chapada FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.496.664/0001-02, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 770/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

MINUTA
PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4760927

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 01250.044725/2018-68

Interessado: Associação Rádio Comunitária chapada FM

Assunto: Outorga de autorização

Trata-se de minuta de portaria, bem como exposição de motivos, que visa a outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC (4610901) e do Parecer nº 770/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4712608), manifesto-me de acordo à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 04/11/2019, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4787586** e o código CRC **208E5DB7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4787586



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 5878/2019/SEI-MCTIC de 05 de Novembro de 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/11/2019, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4785676** e o código CRC **7C093BCD**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 08/11/2019 17:01:56
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5593413
Data prevista de publicação: 11/11/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12183861	ATO PORTARIA Nº 5878 MIN.rtf	c43f1616741d109f d289b686b9c1d5c0	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			7,00	R\$ 231,28

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 64, de 27 de setembro de 2019, Seção 1, Página 16, Anexo IV, Autorização nº 02, processo nº 01506.003405/2019-90, publicada em 30/09/2019, onde se lê: "Arqueólogo de campo: Luiz Fernando Erig Lima", leia-se: "Arqueólogo de campo: David Lugli Turtera Pereira".

Na Portaria nº 70, de 01 de novembro de 2019, Seção 1, Página 13, Anexo V, Autorização nº 18, publicada em 04/11/2019, onde se lê: "01504.000204/2018-33", leia-se: "01504.000240/2018-33".

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.878-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.992, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Institui o Canal "IdearumMCTIC" e cria a Equipe de Avaliação de Projetos de Pesquisadores e Desenvolvedores - EAPPD, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir o canal "IdearumMCTIC" no sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com a finalidade de viabilizar a apresentação voluntária e gratuita de ideias, pesquisas, projetos e protótipos, na área de ciência, tecnologia, inovação e comunicações, por pesquisadores e desenvolvedores interessados em contribuir com o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Art. 2º Para a submissão de qualquer proposta por meio do canal "IdearumMCTIC", deve o proponente:

I - apresentar a "Declaração de Ciência e Concordância", conforme modelo constante no Anexo, por meio da qual declara estar ciente e concorda com as disposições previstas nesta Portaria, bem como se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados juntamente com a proposta; e

II - submeter as ideias, pesquisas, projetos e protótipos, por meio do Formulário de Informações da Proposta, que se encontra disponível na página do MCTIC.

§ 1º O pesquisador ou desenvolvedor participante é responsável pela veracidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.

§ 2º A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime ou contravenção.

Art. 3º As propostas recebidas pelo canal "IdearumMCTIC" serão avaliadas e, se forem selecionadas, receberão orientações sobre acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo MCTIC em suas respectivas áreas temáticas.

§ 1º Não haverá nenhum tipo de contraprestação financeira, incentivo ou financiamento ao pesquisador ou desenvolvedor em razão do recebimento ou seleção de propostas.

§ 2º O cadastramento das propostas não interfere nos direitos de propriedade intelectual envolvidos nas ideias, pesquisas, projetos e protótipos apresentados, que permanecem resguardados conforme legislação vigente.

Art. 4º A avaliação e seleção das propostas serão realizadas pela Equipe de Avaliação de Projetos de Pesquisadores e Desenvolvedores - EAPPD, criada no âmbito do MCTIC, com as seguintes atribuições:

I - conhecer as ações previstas no Planejamento Estratégico do MCTIC e no Plano Plurianual, nos Planos de Ação das diversas Secretarias, bem como os projetos e programas desenvolvidos nas Unidades Vinculadas ao MCTIC, para discernir e orientar o melhor aproveitamento das ideias pesquisas, projetos e protótipos apresentados pelo canal "IdearumMCTIC", em prol do desenvolvimento da pesquisa e da inovação;

II - catalogar o material recebido pelo canal "IdearumMCTIC" em cadastro próprio e realizar as estatísticas necessárias para permitir consultas e avaliação dos resultados;

III - emitir parecer sobre os níveis de Technology Readiness Level - TRL e a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade das propostas, bem como a sua aderência aos interesses estratégicos do MCTIC;

IV - responder aos interessados que tiverem propostas selecionadas, fornecendo-lhes orientação, em função do nível real de TRL avaliado pela Equipe, e propondo-lhes ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação, como forma de motivação; e

V - avaliar e propor às Secretarias finalísticas as propostas de seus interesses apresentadas pelo portal, conforme o nível de TRL de cada proposta, ou enviar diretamente à determinada Secretaria, caso se trate de alguma atividade específica já em curso.

§ 1º A EAPPD poderá solicitar apoio de especialistas e consultores ad hoc, para melhor avaliar as propostas e sua aderência a atividades específicas do MCTIC.

§ 2º Outras atribuições atinentes à política de pesquisa e inovação do MCTIC poderão ser conferidas à EAPPD.

Art. 5º A EAPPD será composta por servidores do MCTIC, com capacidade de avaliar os níveis de TRL e a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade dos projetos informados, bem como a sua aderência aos interesses estratégicos do MCTIC, sendo:

I - um representante indicado diretamente pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a quem caberá a coordenação da equipe;

II - um representante da Secretaria de Tecnologias Aplicadas - SETAP;

III - um representante da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI;

IV - um representante da Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas - SEFAE; e

V - um representante da Secretaria de Telecomunicações - SETEL.

§ 1º Cada membro efetivo terá um suplente, que participará dos trabalhos na ausência do titular.

§ 2º Os representantes, titular e suplente, das Secretarias finalísticas serão indicados pelos respectivos Secretários em conjunto com o Coordenador da EAPPD.

§ 3º Outros membros poderão ser convidados a compor a equipe, em caso de necessidade, a critério do Coordenador.

Art. 6º O Coordenador da EAPPD possui as seguintes atribuições:

I - convocar as reuniões conforme a necessidade;

II - participar da avaliação das propostas de projetos apresentados;

III - informar ao Ministro e aos Secretários específicos as propostas selecionadas;

IV - encaminhar ao Ministro, quando solicitado, os relatórios parciais e finais das propostas, acompanhados das avaliações realizadas pela EAPPD;

V - manter atualizado o cadastro do material recebido pelo canal "IdearumMCTIC" e dos pesquisadores e desenvolvedores que enviaram propostas;

VI - solicitar aos Secretários do MCTIC as indicações dos representantes das Secretarias finalísticas para comporem a EAPPD;

VII - fomentar a elaboração de outras normas específicas para o funcionamento da EAPPD, a partir da consecução dos trabalhos; e

VIII - cumprir e fazer cumprir esta Portaria.

Parágrafo único. Outras atribuições poderão ser conferidas ao Coordenador da EAPPD, quando necessário.

Art. 7º Para o desenvolvimento das atividades da EAPPD poderão ser criados subgrupos temáticos, de modo a operacionalizar as demandas específicas sobre assuntos de complexidade que excedam a capacidade de entendimento dos membros da Equipe.

Art. 8º A Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle do MCTIC funcionará como secretaria executiva da EAPPD, a fim de prestar o apoio administrativo necessário às suas atividades.

Art. 9º A EAPPD reunir-se-á ordinariamente, conforme a necessidade, e extraordinariamente, por convocação do Coordenador ou por solicitação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º As reuniões da EAPPD serão realizadas com a participação da maioria simples de seus membros e as decisões serão adotadas por maioria simples, cabendo ao Coordenador apenas o voto de qualidade.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas por correspondência eletrônica oficial, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 3º Poderão ser realizadas reuniões da EAPPD em conjunto com outros colegiados do MCTIC para assessoramento em assuntos específicos.

Art. 10. Qualquer membro da EAPPD deverá declarar-se impedido de analisar as propostas em que:

I - participe da equipe do projeto como coordenador, orientador ou membro;

II - participe da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

Art. 11. Os casos omissos ou as dúvidas de interpretação desta Portaria serão decididos pelo Coordenador da EAPPD, em conjunto com os demais Secretários, CONJUR ou o Ministro do MCTIC, se necessário.

Art. 12. As normas de funcionamento do canal "IdearumMCTIC" e da EAPPD poderão ser revistas por proposta de 2/3 (dois terços) dos membros da EAPPD ou dos Secretários do MCTIC apresentada ao Coordenador da EAPPD, que levará ao conhecimento do Ministro.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

ANEXO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a/o [identificação do interessado] está ciente e concorda com as disposições previstas na Portaria MCTIC nº 5992/2019, que instituiu o canal "IdearumMCTIC", bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados juntamente com a proposta.

Local-UF, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome do Representante Legal)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.373, DE 24 DE JULHO DE 2019

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 3.217, de 12 de julho de 2019, e o SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 263, de 3 de maio de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.035089/2017-01, de 14 de junho de 2017, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Quadrac Telecomunicações e Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 07.698.978/0001-18, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Cordão óptico conectorizado, com fibras embainhadas individualmente, com revestimento externo de material dielétrico.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 4.754, de 1 de novembro de 2016, publicada em 3 de novembro de 2016.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.035089/2017-01, de 14 de junho de 2017.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia



PORTARIA Nº 5.712-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal nº 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.042692/2007-12, conforme decisão da Coordenação-Geral de Engenharia de Outorgas/DEOC/SCE-MC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 0684 - 1.11/2008 PARECER/MC/CONJUR/JSS, da Consultoria Jurídica atuante neste Ministério, resolve:

Art.1o Extinguir, a pedido da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, a partir de 31 de julho de 2007, a autorização para execução do serviço de retransmissão de televisão, mediante o uso dos canais 2 (dois), 4 (quatro), 8 (oito) e 10 (dez), em caráter secundário, no município de São José do Cerrito, estado de Santa Catarina, outorgada, respectivamente, por intermédio da Portaria nº 308, de 17 de julho de 1985, publicada no Diário Oficial da União, de 6 de agosto de 1985, da Portaria nº 307, de 17 de julho de 1985, publicada no Diário Oficial da União, 6 de agosto de 1985, da Portaria nº 302, de 16 de julho de 1985, publicada no Diário Oficial da União, de 6 de agosto de 1985, e da Portaria nº 1724, de 18 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de agosto de 1980.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.816-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.017045/2017-91, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados, CNPJ n.º 00.530.352/0001-59, o canal 210 (duzentos e dez), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de JANAÚBA/MG, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.818-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.059549/2018-69, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados, o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), classe A4, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Palmas/TO, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.863-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000550/1999 e nº 53900.011598/2014-99, resolve

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação de Difusão Comunitária do Cabo de Santo Agostinho, inscrita no CNPJ nº 02.871.272/0001-92, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.878-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044725/2018-68, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, CNPJ nº 28.496.664/0001-02, cuja sede se situa na Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº, Centro,, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.880-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.068530/2013-44, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação União de Radiodifusão Comunitária, CNPJ nº 19.067.972/0001-21, cuja sede se situa na Rua da Paz, s/nº, Centro, na localidade de Zé Doca, Estado do Maranhão, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 5.881-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.037955/2016-19, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural de Breu Branco, CNPJ nº 24.901.243/0001-69, cuja sede se situa na Av. Olinda Cavalcanti, s/nº, Bairro Liberdade, na localidade de Breu Branco, Estado do Pará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.042-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53820.000871/1998 e nº 53900.050379/2015-14, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 02.501.556/0001-97, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de José Boiteux, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.044-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002807/1998 e nº 53900.048248/2015-69, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidade de Mairinque, inscrita no CNPJ nº 02.840.757/0001-19, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mairinque, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.045-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.000035/2002 e nº 53900.050616/2015-39, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM, inscrita no CNPJ nº 04.843.060/0001-27, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bofete, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro

ANEXO ÚNICO

MANIFESTAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	INTERESSADA
060/2001 - SSR/MC	PR	CHOPINZINHO E DOIS VIZINHOS	FM	SISTEMA NETGRANDE DE COMUNICAÇÕES LTDA.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro

ANEXO ÚNICO

MANIFESTAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA PARCIALMENTE

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	INTERESSADA
060/2001 - SSR/MC	PR	DOIS VIZINHOS	FM	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Chapada FM.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Haja vista a publicação da Portaria nº 5878, de 05 de Novembro de 2019, no Diário Oficial da União de 12/11/2019, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Chapada FM a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás, e em atenção ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o processo nº 01250.044725/2018-68, acompanhado do ato de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/12/2019, às 11:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4861777** e o código CRC **965A3090**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 4861777

53000.076667/2013	Radio Alterosa De Calcado Ltda - Me	FM	São José do Calçado	ES	Multa	3.358,44	Art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECECF nº 4858 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.065729/2010	Rede Central De Comunicações Ltda	FM	São Paulo	SP	Multa	53.200,14	Art. 38, "e" da Lei nº 4.117/62 c/c o art. 28, item 12, letra "f", do Decreto nº 52.795/63.	Portaria DECECF nº 5621 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53900.017668/2014	Prefeitura Municipal De Tutoia	RTV	Tutoia	MA	Multa	1.485,03	Art. 25 do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECECF nº 5689 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.004592/2014	Associação Cultural Santanense.	RADCOM	Santana do Manhuaçu	MG	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECECF nº 5817 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53524.006324/2013	Prefeitura Municipal De Padre Paraíso	RTV	Padre Paraíso	MG	Cassação		Parágrafo único do art. 30 do citado Decreto nº 5.371/05	Portaria DECECF nº 5945 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013
01250.006545/2017	Associação De Comunicadores De Arrozal	RADCOM	Pirapi	RJ	Multa	935,06	Art. 40, VI do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECECF nº 5947 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015
53900.005455/2014	Radio Ita Fm Ltda	FM	Itaberaí	GO	Multa	4.477,93	Art. 2º, da Portaria nº 26/96.	Portaria DECECF nº 6235 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.055668/2015	Fundação Cultural Francisco E Clara De Assis	FME	Linhares	ES	Multa	3.005,56	Art. 3º, da Portaria Interministerial nº 651/99.	Portaria DECECF nº 6238 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015
53504.012295/2016	Associação De Integração São Manuel	RADCOM	São Manuel	SP	Multa	3.686,83	Art. 40, incisos XIX e XXII do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECECF nº 6274 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015
53569.000987/2017	Associação De Radiodifusão Comunitária Barcarena Fm	RADCOM	Barcarena	PA	Multa	1.068,64	Art. 40, incisos XIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECECF nº 6277 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015
53569.001327/2017	Fundação Barcarena De Comunicação E Assistência Social	FME	Barcarena	PA	Multa	1.836,73	Art. 3º da Portaria Interministerial MC/MEC nº 651/99.	Portaria DECECF nº 6297 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015
01250.030845/2017	Associação Comunitaria De Radiodifusão De Piripiri - Ascorapi	RADCOM	Piripiri	PI	Multa	1.870,13	Art. 40, incisos VI do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECECF nº 6359 de 17/11/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 26 da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar o processo, abaixo relacionado, sem aplicação de sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53528.002484/2016	Rádio E Tv Portovisão Ltda	TV	Porto Alegre	RS	Portaria DECECF nº 5834 de 17/11/2019
01250.074710/2018	Rádio Piratininga De São José Dos Campos Ltda - Epp	FM	São José dos Campos	SP	Portaria DECECF nº 6020 de 17/11/2019
53900.049175/2015	Associacao Cultural Ideal	RADCOM	Boituva	SP	Portaria DECECF nº 6176 de 17/11/2019
01250.001460/2016	Prefeitura Municipal De Guarabira	RTV	Guarabira	PB	Portaria DECECF nº 6184 de 17/11/2019
53900.012335/2014	Prefeitura Municipal De Valenca	RTV	Valença	RJ	Portaria DECECF nº 6190 de 17/11/2019
53900.012333/2014	Prefeitura Municipal De Valenca	RTV	Valença	RJ	Portaria DECECF nº 6192 de 17/11/2019
53524.001767/2017	Rádio Ipê Ltda	FM	Arcos	MG	Portaria DECECF nº 6262 de 17/11/2019
53000.043008/2013	Prefeitura Municipal De Areial	RTV	Areial	PB	Portaria DECECF nº 6267 de 17/11/2019
53000.047966/2012	Rede Central De Comunicação Ltda	FM	Rio de Janeiro	RJ	Portaria DECECF nº 6269 de 17/11/2019

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

DESPACHO Nº 1.367, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionado:

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53542.000692/2013	AGÊNCIA BRASIL CENTRAL	RTV	São Luís de Montes Belos	PB	Não conhece	1367

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.878-SEI, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

O Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária decide:

Tornar sem efeito. Portaria referente à "ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM", cujo processo tramita sob o nº 01250.044725/2018-68 publicada no Diário Oficial da União em 12 de novembro de 2019, Seção 1, Página 258, devido já ter sido publicada com efeito anteriormente.

YROÁ ROBLÊDO FERREIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019

Expede, ao abaixo identificado, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 7.555 - Processo nº 53516.005116/2019-18: VERDE PARANA AGROFLORESTAL LTDA, CNPJ nº 32.807.286/0002-99.

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 7.556 - Processo nº 53516.005131/2019-58: ALBERT REINDER BARKEMA, CPF nº 572.474.129-68.

Nº 7.557 - Processo nº 53516.005317/2019-15: MADERO INDUSTRIA E COMERCIO S/A, CNPJ nº 13.783.221/0004-78.

Nº 7.558 - Processo nº 53516.005246/2019-42: TELEVISAO CULTURA DE MARINGA LIMITADA, CNPJ nº 79.135.760/0001-66.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 5.213, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Processo 53528.002587/2017-65.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BETEL, CNPJ nº 07146688000161, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.002, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.003991/2019-18.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO LINDOIA SHOPPING CENTER, CNPJ nº 97261069000100, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.021, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.003821/2019-33.

Expede autorização à MALTHA & LIMA MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 30118663000176, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

LUIZA MARIA THOMAZONI LOYOLA GIACOMIN
Superintendente
Substituta

ATO Nº 7.050, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.001587/2018-29.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Superintendência do Porto de Rio Grande, CNPJ nº 01039203000154, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.100, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.001382/2019-24.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) HERMANUS JOSEF LEONARDUS VAN ASS, CPF nº 08678669004, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 7.101, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Processo nº 53528.004278/2019-91.

Expede autorização à O B CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA, CNPJ nº 88838206000136, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.044725/2018-68

Certifico que foi realizado os assentamentos cadastrais no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, considerando a publicação da Portaria nº 5878, de 07/11/2019, publicada no DOU de 11/11/2019 outorgando autorização à Associação Rádio Comunitária Chapada FM, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, na localidade de Teresina de Goiás, Estado de Goiás,

De ordem, encaminho o presente processo ao CGGM_SIDOF, para prosseguimento do pleito.



Documento assinado eletronicamente por **Alicionete da Silva Luz, Chefe do Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 20/02/2020, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5199132** e o código CRC **5E7F3477**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 5199132

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM.**

Assunto: **Ratificação de Nota Técnica. Deferimento da Outorga.**

À Secretaria de Radiodifusão - SERAD,

A fim de dar prosseguimento à análise do processo em referência, **ratifico** a Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC (4610901), que se posiciona pelo deferimento do pedido de outorga da ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CHAPADA FM, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de TERESINA DE GOIÁS/GO, uma vez que o mesmo encontra-se corretamente instruído e em consonância com a legislação vigente, com base no Despacho SECOM 4753728 e no Parecer nº 770/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4712608), emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério, que se manifestou de modo favorável à autorização.

Considerando que já houve a publicação da Portaria de Outorga no DOU de 11/11/2019 (4834293) e tendo em vista a alteração da Pasta Ministerial, elaborou-se nova Minuta de Exposição de Motivos, para posterior envio dos autos à Casa Civil da Presidência da República.

À Consideração Superior.

Brasília, 16 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 16/10/2020, às 13:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 22/10/2020, às 09:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5747178** e o código CRC **57FA901A**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044725/2018-68, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Chapada FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.496.664/0001-02, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00770/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o então Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5878, de 07 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11/11/2019.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI-MC nº 5747178

DESPACHO

Processo nº: **01250.044725/2018-68.**

Entidade: **Associação Rádio Comunitária Chapada FM.**

Assunto: **Exposição de Motivos. Devolução à Casa Civil.**

De acordo.

Encaminhe-se a Exposição de Motivos Outorga (6014894), à apreciação e consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 11/11/2020, às 09:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6015555** e o código CRC **8BCFE672**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI-MCOM nº 6015555

Brasília, 23 de outubro de 2020.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044725/2018-68, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Chapada FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.496.664/0001-02, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00770/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o então Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5878, de 07 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11/11/2019.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/11/2020, às 16:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6014894** e o código CRC **A3671527**.

Referência: Processo nº 01250.044725/2018-68

SEI nº 6014894

Brasília, 21 de Dezembro de 2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.044725/2018-68, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Chapada FM, inscrita no CNPJ sob nº 28.496.664/0001-02, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Teresina de Goiás/GO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16421/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 00770/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o então Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5878, de 07 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11/11/2019.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 11571/2020/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.044725/2018-68.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

BRUNO LINS
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Cruz Luna Lins, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete**, em 21/12/2020, às 19:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6266880** e o código CRC **5F955876**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 11571/2020/MCOM - Processo nº 01250.044725/2018-68 - Nº SEI: 6266880